

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO**

**REBEKA LIMA CAVALCANTE**

**Cidadania autoconstruída: a audácia na escrita da Carolina Maria De Jesus**

**Ribeirão Preto**  
**2023**

REBEKA LIMA CAVALCANTE

**Cidadania autoconstruída: a audácia na escrita da Carolina Maria de Jesus**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Orientadora: Professora Dra. Fabiana Cristina Severi.

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP, gerada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC377c	Cavalcante , Rebeka Lima Cidadania autoconstruída: a audácia na escrita da Carolina Maria de Jesus / Rebeka Lima Cavalcante ; orientador Fabiana Cristina Severi. -- Ribeirão Preto, 2023. 100 p.  Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito) -- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2023.  1. CIDADANIA AUTOCONSTRUÍDA. 2. CAROLINA MARIA DE JESUS. 3. CIDADE NEGRA . 4. CIDADANIA. I. Severi, Fabiana Cristina , orient. II. Título
--------	---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: CAVALCANTE, Rebeka Lima

Título: Cidadania autoconstruída: a audácia na escrita da Carolina Maria de Jesus

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau acadêmico de Mestre em Ciências – Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTO

Esta dissertação não existiria sem a solidariedade e a rede de afetos construída ao longo da vida.

O primeiro amor, que me trouxe até aqui, foi o de meus pais - Odete e Raimundo. Eles me ensinaram a sonhar, algo talvez simples para alguns, mas que não é tão natural para uma criança negra se ver possível nos espaços. Hoje consigo entender como o empenho deles em alimentar meus sonhos foi fundamental.

As escritas e as audácias desta dissertação têm muitas das barreiras que meus pais atravessaram para construir uma família no estado de São Paulo. Os desafios mudaram um pouco depois do falecimento de meu pai. Minha mãe teve que assumir tantas outras funções enquanto ainda estava enlutada. Mesmo sem muitas certezas, ela jamais limitou meus sonhos. Mãe, obrigada por todo apoio. Sem você, esta pesquisa não existiria.

Falando em família, não posso deixar de mencionar a importância de minhas irmãs e sobrinhas. Desde que me tornei tia, algumas coisas se tornaram mais urgentes. Pensar e refletir sobre os caminhos possíveis para uma vida digna para duas meninas negras. Não poderia apenas estudar sobre os inúmeros desafios de ser uma pessoa negra no Brasil. Precisava sair disso para resgatar como nós nos mantemos vivos até agora, apesar de tudo. Mel e May simbolizam isso. Como continuamos em pé e sonhando. Como construímos outras possibilidades.

Talvez seja importante me apresentar para estes agradecimentos seguir fazendo sentido. Sou uma mulher negra de pele clara e fruto de um relacionamento interracial. Cresci sem grandes discussões sobre o racismo. Talvez tenha sido a única maneira que meus pais encontraram de lidar com a questão racial dentro de casa. Dito isso, apenas na graduação me tornei negra. Compreendi o sentido e o significado disso.

Aqui, nesta grande revolução de minha formação, entram Laysi e Poliana. Com elas, vivenciei o primeiro aquilombamento. São as grandes responsáveis pela minha formação como pesquisadora. Essa pesquisa é fruto dessa rede de afetos e solidariedade que construímos na graduação. Muitas das nossas conversas estão aqui. Muito do que vivenciamos "hackeando" o sistema está aqui. Ao longo dessa pesquisa, isso será chamado de audácia. Jamais teria iniciado a pesquisa com a Carolina Maria de Jesus sem os incentivos de vocês.

Tornar-se pesquisadora e mestre não seria possível sem o apoio de minha orientadora Fabiana Severi. Obrigada por ter aceitado o desafio de caminhar comigo nos estudos de direito

e literatura. Talvez ainda também não tenha mencionado, mas, ao longo da escrita, sempre soava em minha cabeça a sua voz dizendo: "não sejamos os cavaleiros do apocalipse". Isso me ajudou a mergulhar na escrita da Carolina e identificar cada movimento de audácia dela.

Não posso encerrar sem mencionar a importância de Thainara na caminhada do mestrado durante a pandemia. Ter alguém para dividir cada angústia e alegria foi muito importante. Thai, você ajudou a manter um pouco de sanidade durante este período todo. Obrigada por cada leitura.

Agradeço a meu companheiro, Alexandre. Você esteve ao meu lado a cada etapa difícil nestes últimos três anos. Só foi possível finalizar esta etapa graças a sua ajuda. Você esteve comigo desde a escrita do projeto até a última revisão. Em meio ao caos da finalização da pesquisa, você me ajudou a respirar e seguir. Obrigada por essa e outras tantas conquistas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa. Graças à bolsa de demanda social, consegui dar prosseguimento ao mestrado.

## RESUMO

CAVALCANTE, R. L. Cidadania autoconstruída: a audácia na escrita da Carolina Maria de Jesus. 105 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2023.

A presente dissertação buscou compreender a agência negra na construção de espaço/espacialidade de cidadania na produção literária Carolina Maria de Jesus. O conceito de cidade negra foi utilizado como categoria analítica, visando compreender as ações e articulações das pessoas negras em (re)construir identidades e elementos culturais por meio da constituição de espaços sociais. O método analítico-interpretativo (KARAM, 2017) foi utilizado para a guiar o procedimento de aproximação da produção literária da Carolina com o direito, incorporando a análise literária como ferramenta de coleta de dados. A presente pesquisa teve como objeto de estudo os seguintes livros: *Diário de Bitita*, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de alvenaria: Osasco* e *Casa de alvenaria: Santana*. A categoria analítica, cidades negras, permitiram compreender e aproximar os dados da análise literária do direito. Utilizando o conceito de direito autoconstruído, foi possível compreender as ações cotidianas individuais e coletivas na autodeterminação do sujeito coletivo na produção literária da Carolina Maria de Jesus.

**Palavra-chave:** cidadania autoconstruída; Carolina Maria de Jesus; cidadania; cidade negra.

## ABSTRACT

CAVALCANTE, R. L. Self-constructed citizenship: the audacity in the writing of Carolina Maria de Jesus. 105 f.. Dissertation (Master in Law) – Law School of Ribeirão Preto, University of São Paulo. Ribeirão Preto. 2023.

The present dissertation aimed to understand the agency of Black individuals in the construction of space and spatiality of citizenship in the literary production of Carolina Maria de Jesus. The concept of "Black cities" was utilized as an analytical category to comprehend the actions and connections of Black people in (re)constructing identities and cultural elements through the establishment of social spaces. The analytical-interpretative method (KARAM, 2017) was employed to guide the approach to Carolina's literary production with the law, incorporating literary analysis as a data collection tool. This research focused on the following books: "Diário de Bitita", "Quarto de despejo: diário de uma favelada" e "Casa de Alvenaria: Osasco," and "Casa de alvenaria: Santana." The analytical category, "Black cities," enabled us to understand and examine data from the literary analysis of the law. By employing the concept of self-constructed law, it became possible to comprehend individual and collective daily actions in the self-determination of the collective subject in Carolina Maria de Jesus's literary production.

**Keyword:** self-constructed citizenship; Carolina Maria de Jesus; citizenship; black city.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DIREITO E LITERATURA: CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	18
1.1. O desenho metodológico para um diálogo entre direito e literatura	24
2. CIDADES NEGRAS: REINVENTANDO ESPAÇOS E IDENTIDADES	30
2. 1. Breve percurso metodológico	30
2.2. Cidades negras: (re)criação no período da escravidão	34
2.3. Os cenários das cidades negras após abolição	44
2.4. Cidade negra e cidadania: o que irei trabalhar?	48
3. AS CIDADES NEGRAS NA ESCRITA DA CAROLINA MARIA DE JESUS	50
3.1. Diário de Bitita	50
3.2. Quarto de despejo: diário de uma favelada	58
3..3. Casa de alvenaria: Osasco e Santana	68
4. AUDÁCIA: CIDADANIA AUTOCONSTRUÍDA	77
4.1. Audácia como caminho da cidadania autoconstruída na literatura da Carolina Maria de Jesus	83
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIA	96

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação corresponde ao desdobramento da iniciação científica e estágio de pesquisa no exterior, desenvolvida entre o período de fevereiro a dezembro de 2019 e setembro a dezembro de 2019, respectivamente, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Durante a iniciação científica, intitulada “Segregação espacial urbana a partir da literatura caroliniana: como age um estado racializado?”, identificou-se a construção da noção de espacialidade nos livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*. Impulsionando a compreensão acerca da construção de espaços sociais próprios pela população negra tanto na cidade de Sacramento como no Canindé. Os resultados da pesquisa evidenciaram, também, a relação do espaço com a construção de uma narrativa de cidadania fictícia para população negra.

Durante o estágio de pesquisa desenvolvido na Universidad Nacional de Colombia (no período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2019), buscou-se traçar o diálogo entre a produção literária de Carolina Maria de Jesus com a literatura afrocolombiana (a partir do livro *¡Negras somos! Antología de 21 poetas afrocolombianas de la región Pacífica*). Os resultados evidenciaram como as poetas afrocolombianas construía nos poemas espaços de resistência e enunciavam-se como sujeito, bem como, destacou-se o movimento similar na escrita da Carolina, o qual era invisibilizado pela continuidade da leitura e interpretação da produção literária caroliniana no espaço da precariedade.

As pesquisas evidenciaram a construção da imagem da Carolina dentro do espaço da miséria - o qual assume centralidade no *Diário de Bitita* e *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Nessa segunda obra, a centralidade da favela - na narrativa - é resultado do processo editorial que buscou construir a imagem da Carolina Maria de Jesus para corresponder ao estereótipo de uma negra pobre e semianalfabeta. Elzira Perpétua (2003) ao debruçar-se sobre os textos originais da poetisa destaca que o processo de edição - coordenado por Audálio Dantas - conduz o leitor a vincular a imagem da escritora a miséria, favela e ausência de intelectualidade.

Porém as transformações mais comprometedoras no que tange à construção de uma imagem da narradora de *Quarto de despejo* na transposição do manuscrito para o livro referem-se às supressões, que acabam por subtrair informações importantes à coerência do discurso de Carolina e sobretudo à construção de sua imagem. As supressões vão desde a omissão de partículas como pronomes, até vocábulos, orações, parágrafos, páginas que registram dias inteiros, semanas, meses, e podem abranger até

um caderno inteiro, como é o caso do Caderno 21, com 400 páginas manuscritas inéditas (PERPÉTUA, 2003, p. 03-04)

Ambas as pesquisas evidenciaram a necessidade de traçar um olhar para os diários da Carolina fora do eixo da miséria e favela a fim de ressaltar os elementos de agência negra e ancestralidade. Aqui a agência como articulação consciente ou não das pessoas negras em construir espaços de resistência ao terror racial.

Buscando ampliar olhar para a produção literária da Carolina Maria de Jesus, o livro *Casa de alvenaria: diário de uma ex favelada* faz-se fundamental para retirar a escrita da Carolina do lugar de miséria. Neste diário a escritora registra a sua ascensão no mercado literário com o lançamento do *Quarto de despejo* em 1960. Neste momento Carolina Maria de Jesus está fora da favela e distante da miséria, sendo este diário essencial para compreender a espacialidade.

Mas a diferença é que *Casa de Alvenaria* narra as experiências da autora no seu convívio com a elite de São Paulo, seus novos vizinhos do bairro nobre de Santana onde ela passou a residir com os filhos depois do sucesso de vendas do primeiro livro. O deslocamento do ponto de vista de classe - daquela que a lê - dentro do itinerário que Carolina constrói no poema, torna-se motivo para sua derrocada literária” (MIRANDA, 2013, p. 122)

*Casa de alvenaria* é escrito quando a escritora está inserida no mundo dos brancos - na sala de visita. Neste espaço, “a narradora reflete e analisa com mais vagar e cuidado a problemática dos conflitos raciais, do preconceito racial e da própria ascensão que estava vivendo” (MIRANDA, 2013, p. 126). Fernanda Miranda (2013) evidencia a necessidade de debruçar sobre *Casa de alvenaria* a partir da ampliação da visão da poetisa sobre a Lei Áurea.

A presente dissertação objetiva contribuir para dissociação da produção literária da Carolina Maria de Jesus atrelada a favela, por meio da análise da noção de espacialidade e cidadania nas obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex favelada* e *Diário de Bitita*, da poetisa Carolina Maria de Jesus e da noção de espaço dos estudos das cidades negras. Ressaltamos que Carolina permaneceu na favela apenas por 12 anos. Um curto período da sua vida que assume o papel totalizante nas leituras realizadas dentro do campo científico.

A historiografia crítica da escravização nos possibilita pensar a construção de cidade a partir da interação das populações negras: escravizados, liberto ou livres. “A negritude que as marcavam - e ainda hoje marca - vai além do adjetivo, se expressa em seu movimento constante de crescimento e invenção” (SILVA, 2019, p. 59). Os campos de estudos das cidades negras apresentam um facilitador para compreender a espacialidade negra para além do lugar reservado da ausência e miséria, destacando a agência da população negra na reinvenção de espaços e

identidades. Desde o período escravocrata, houve a construção dos espaços negros dentro da cidade. A população negra livre e escravizada criam uma cidade negra dentro da cidade.

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado (CHALHOUB, 1990, p. 186).

A cidade negra permite que a população negra consiga viver sobre si, longe do domínio senhorial. No espaço negro, o escravizado poderia experimentar a liberdade. “A formação da cidade negra e o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política – ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a rotina” (CHALHOUB, 1990, p. 186). A cidade negra emerge como um espaço aquém do controle senhorial, sendo assim, torna-se um espaço de resistência.

Compreendo as produções literárias de Carolina Maria de Jesus a partir do diálogo com campo de estudos das cidades negras para ressaltar os possíveis aspectos de agência negra na sua escrita. Logo, a partir da categoria cidade negra, buscaremos entender as possibilidades de cidadania nos livros *Diário de Bitita*, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de alvenaria: Osasco* e *Casa de alvenaria: Santana*.

A vivência das pessoas negras privilegia uma forma de lidar com as normas jurídicas e como elas recaem sobre esse grupo subalternizado (MOREIRA, 2017). As experiências concretas individuais de grupos subalternos podem auxiliar em uma construção de interpretação mais inclusiva pelos juristas. O direito é construído por meio da abstração da realidade, assim, as normas desconsideram as individualidades. As experiências e as vivências diferentes são ignoradas, conseqüentemente o direito torna-se incapaz de compreender os demais sujeitos.

A análise literária dos livros da Carolina Maria de Jesus - em diálogo com o direito - permite-nos destacar o reflexo da ação/omissão do Estado na existência de um sujeito subalterno, bem como destacar o processo de inferiorização do ser negro a partir da experiência concreta.

Compreender a cidadania – a partir da literatura – possibilita questionar a concepção hegemônica “de justiça, de lei e poder” (OST, 2006). A narrativa literária impulsiona pensar o direito a partir da ambigüidade, da individualidade dos personagens, voltado a compreender as categorias jurídicas aquém das abstrações e generalizações presentes no texto normativo.

Considera (el derecho) a los ciudadanos como a un cuerpo; la literatura, en cambio, se encuentra en constante movimiento, avanzando más y más la singularidad de lo individual. Por lo tanto, por un lado, tenemos la conformidad de situaciones promedio, mientras que, por el otro, el misterio del destino particular (OST, 2006, p. 335).

O diálogo com direito na literatura inicia a partir da abordagem - neste projeto por meio da categoria cidadania - com o campo jurídico. “A literatura nos permite adquirir uma perspectiva crítica que é externa à narrativa do direito, (...) que os personagens oprimidos falem, ao dar voz àqueles que estão fora da economia predominante e do poder estabelecido” (KARAM, 2017, p. 360). A literatura impulsiona uma reinterpretação do direito a partir da narrativa subalternizada.

A escrita negra também tem a potência de ressignificar as experiências e vivências negras, narradas, majoritariamente, pela branquidade. A escrita, para quem faz esse exercício artístico-cognitivo, é uma forma de se afirmar como um sujeito crítico- reflexivo. Exercício esse que, por si só, para a população negra se traduz como exercício de resistência. Uma vez que vai de encontro ao lugar social que se quer relegar a negros e negras em sociedades conformadas pelo racismo (SOUZA, 2014). Como observa Souza (2014), a escrita autônoma e diferencial da mulher negra, que se tece pela desconstrução de estereótipos, de estigmas socioculturais, constrói um novo discurso sobre a mulher, de forma diferencial, transgressora, que ressignifica a si e seus contextos socioculturais.

Conceição Evaristo (2005) compreende que o fazer literário das escritoras negras e essa experiência pessoal, singular, única, se faz enunciando essa vivência negra, marcando ideologicamente o seu espaço, a sua presença, a sua escolha por uma fala afirmativa de um discurso outro – diferente e diferenciador do discurso institucionalizado sobre o negro – o que nos impulsiona a ler em sua criação uma referência de literatura negra (EVARISTO, 2005).

A literatura caroliniana questiona a construção da cidadania e a universalidade da categoria sujeito de direito a partir do paradigma da modernidade. “A cidadania constituída desde o Estado-nação e de sua articulação com a branquidade parece um passo importante para compreender as potencialidades e os limites dos Direitos Humanos” (RODRIGUES, 2018, p. 25).

A conexão da literatura caroliniana com os estudos das cidades negras nos permite repensar a categoria da cidadania para além das fronteiras dos Estados-nação. Isso porque, nos estudos das cidades negras, o atlântico negro emerge como uma unidade de análise do mundo moderno, tendo como ponto de partida uma perspectiva transnacional e intercultural. Compreender a construção da cidadania negra ultrapassa, deste modo, os limites territoriais dos Estados.

A pesquisa orienta refletir sobre a seguinte questão: compreender a possibilidade de construção de cidadania negra, a partir da produção literária da Carolina Maria de Jesus?

A presente dissertação tem como objetivo geral: compreender a agência negra na construção de espaço/espacialidade de cidadania na produção literária da Carolina Maria de Jesus. Os objetivos específicos foram: (a) compreender o conceito de cidade negra como categoria de agência negra para a construção de direito; (b) identificar os elementos de cidade negra no *Quarto de despejo: diário de uma favelada*; *Diário de Bitita* e *Casa de Alvenaria* vol. I e vol. II; (c) compreender os aspectos da cidadania – presente na produção da Carolina Maria de Jesus – como direito autoconstruído.

No primeiro capítulo, apresento as contribuições teóricas e metodológicas do diálogo entre direito e literatura. A presente dissertação situa-se como uma pesquisa em direito na literatura. A partir do método analítico interpretativo (KARAM, 2017) e da análise literária, aborda a produção literária da Carolina Maria de Jesus como fonte de compreensão do direito.

O segundo capítulo “Cidades negras: reinventado espaços e identidades” apresento o percurso e os resultados da revisão integrativa acerca dos estudos da cidade negra. Neste capítulo discorro sobre o conceito de cidade negra, bem como apresento-o como categoria analítica para a compreensão da construção da cidadania.

No terceiro capítulo, aproximo os resultados da análise literária com o conceito de cidade negra, a fim de contextualizar as produções da Carolina Maria de Jesus. Buscando compreender a agência negra na construção de espaços sociais, constituindo da cidade negra, a partir da chave de sociabilidade e solidariedade. Identificando os movimentos e articulações das cidades negras como expressões de (re)construção de identidades e elementos culturais.

O último capítulo “Audácia: cidadania autoconstruída” parte da noção de direito autoconstruído (LIMA, 2019) para refletir sobre a construção cotidiana na cidadania nos espaços sociais da cidade negra presente na produção literária da Carolina Maria de Jesus. A audácia aparece como a chave de articulação e mobilização individual e coletiva entorno da autodeterminação das pessoas negras. Refletindo a construção da cidadania nos espaços de sociabilidade e da escrevivência.

A escrevivência da Carolina Maria de Jesus destaca o processo de construção cotidiana da cidadania como efeito da autodeterminação dos sujeitos coletivos. Autodeterminação presente nas articulações da sociabilidade, sendo, possível reinventar identidades e culturas próprias. Estabelece e vivência a cidadania como autopertencimento ao grupo social.

## 1. DIREITO E LITERATURA: CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O campo de estudo de direito e literatura surgiu nos Estados Unidos na década 70. O diálogo entre estas duas áreas do conhecimento propicia a ampliação da visão de mundo dos aplicadores e estudantes de direito, uma vez que a literatura representa uma ampliação da realidade por partir do “eu” concreto e individualizado. A atuação jurídica parte do “eu” genérico, partindo da representação abstrata da realidade, propiciando a redução de fenômeno jurídico e social (OST, 2006).

François Ost (2006) apresenta a definição das diferentes modalidades de diálogo entre direito e literatura, as quais são: direito *da* literatura; direito *como* literatura e direito *na* literatura. O campo direito da literatura engloba estudos essencialmente jurídicos que voltam para a temática de propriedade intelectual. Os trabalhos desenvolvidos na temática de direito como literatura objetiva a compreender o texto/norma jurídica como fonte poética e literária, fazendo uso de mecanismos linguísticos para tal. As pesquisas inseridas no direito na literatura direcionam para a compreensão de um fenômeno jurídico a partir da produção literária.

A presente dissertação está inserida no campo de direito na literatura. Este campo possui duas vertentes: (a) uso da literatura como ferramenta de prática pedagógica e (b) como crítica aos paradigmas jurídicos (SUÁREZ LLANOS, 2018). Dialogarei com a obra literária como crítica dos dogmas jurídicos.

O direito atua no campo do dever ser, constituindo regras, diretrizes e proibições. Moldar a dinâmica das relações sociais em normas preestabelecidas (OST, 2006). Separando as condutas entre legais e ilegais. Exigindo a reducionismo e a universalização como parâmetros essenciais do fazer jurídico. A institucionalização própria do campo jurídico resulta no apagamento de experiências sociais.

Outro ponto fundamental do campo jurídico é a racionalidade e a neutralidade. Junto com a universalização dos sujeitos, constrói-se uma moldura do direito como neutro e racional.

A negação subjetiva dos julgadores está atrelada a hermenêutica jurídica como pura interpretação da letra da lei, a qual não está vulnerável as crenças individuais dos operadores do direito (OST, 2006). Buscando afastar a possibilidade de manifestação da subjetividade e a construção do imaginário do agente neutro.

A racionalidade, neutralidade e universalidade jurídica constroem um espaço de perpetuação de poder. Onde experiências e vivências distintas dos detentores do saber/poder são ignoradas, assim, reforçando estigmas e vulnerabilidade. Os aspectos universalizantes e racionais partem unicamente da experiência do homem branco como norma.

A literatura opõe a universalidade e neutralidade imposta no campo jurídico. O universo literário parte da construção de espaços imaginativos. Onde as experiências e as visões de mundo individuais sobressaem. No campo literário, prevalece a singularidade e o individual, estando em constante movimento.

Mientras que el Derecho selecciona, establece jerarquías y crea reglas, la narrativa literaria satisface un infinito de variaciones imaginativas. Como un laboratorio de experimentos humanos, la literatura explora un amplio espectro de posiciones, valores y representaciones, sus pasajes no se retraen ante los límites más vertiginosos (OST, 2009, p. 335).

Mesmo com a prevalência de algumas vozes e corpos no cânone literário, seguindo os moldes operantes da colonialidade do poder. Há maior permeabilidade das vozes e corpos subalternos no campo literário. Consequentemente, a literatura possibilita entrar em contato com diferentes visões de mundo e experiências. Permitindo ampliar as visões acerca dos elementos jurídicos por meio das experiências múltiplas que acessamos.

A literatura como o direito está inserida na colonialidade do poder. Compreendemos aqui a colonialidade de poder como o sistema, pautada na hierarquização racial e relacionada com a expansão marítima europeia, a qual constrói signos de subordinação e subalternidade para os demais povos e culturas (QUIJANO, 2005). Interfere diretamente na produção de saberes seja institucionalizado ou não. Construindo estigmas da produção de saberes dos vistos como Outros e neste aspecto tanto o direito como o cânone literário não pautassem na valorização das experiências e conhecimentos dos grupos subalternizados.

Apesar da inserção da colonialidade do poder no fazer literário, ainda se destaca como um campo de maior permeabilidade para os registros e inclusão das experiências dos grupos subalternizados. Vivências que são ignoradas no processo de universalização do direito. O campo jurídico ainda se destaca pela função de controle social.

O direito como ferramenta de controle social não corresponde ao escopo da presente dissertação. Porém, é necessário compreender este vínculo para entender a importância do diálogo entre direito e literatura. A relação entre o campo jurídico e controle social será compreendido a partir dos estudos da Dora Lúcia Bertulio (BERTULIO, 1989). Destacando, assim, a formação da tradição jurídica brasileira atrelada as formas de controle dos corpos negros (BERTULIO, 1989).

Como a própria configuração do Estado brasileiro, a estrutura jurídica nacional não apresentou ruptura com a tradição colonial, consequentemente manteve o tratamento reservado a população negra do período colonial (BERTULIO, 1989). A continuidade dos preceitos coloniais no estado-nação brasileiro pautou-se na institucionalização de ferramentas de

exclusão das populações negras e indígenas (QUIJANO, 2005). Consolidada pelo projeto de país almejado com a política de embranquecimento que mais tarde transmutou-se no ideal de democracia racial (NASCIMENTO, 1980; QUIJANO, 2005).

Diante desta continuidade das relações de poderes existentes no Estado brasileiro, constituiu-se uma cadeia voltada para o estabelecimento de espaço socioeconômico determinado para as pessoas negras (BERTULIO, 1989). A persistência do direito, especialmente da sua dimensão repressiva, como ferramenta de controle social do corpo negro é ressaltada devido “a grande maioria dos acionados pela justiça penal é negra, como ocorre nos presídios e nas delegacias” (BERTULIO, 1989, p. 182).

A institucionalização do mito da democracia racial criou condições para legitimação do terror racial. “Embalado na cantiga da democracia racial, o Estado foi, pela precarização da vida do contingente negro, construindo as condições para o descarte do segmento” (FLAUZINA, 2006, p. 100). O direito, especialmente o direito penal, age de modo que assegura a continuidade do terror racial, consolidando dinâmicas sociais de precarização da vida de pessoas negras.

Há um projeto genocida de Estado que, multifacetado nas várias dimensões da intervenção institucional, vai desenhando as vulnerabilidades que fragilizam, matam e impedem a formação de uma consciência histórica capaz de sedimentar as bases de uma reação articulada do contingente negro (FLAUZINA., 2006, p. 135).

A relação do direito com o terror racial evidencia a importância do diálogo com a literatura como forma de acessar diferentes vivências e experiências. Compreender o fenômeno jurídico, a partir do campo literário, evidencia narrativas ocultas pelo processo de universalização jurídica.

Demonstra a relevância da interação entre o direito e literatura. Resta responder quais são os pontos de intersecção entre essas duas áreas. Ost (2009) destaca o exercício dialético como um dos pontos de contato entre a literatura e o direito, o qual permite a aproximação desses dois campos de estudo. Ambos buscam a universalidade de algum modo. Em decorrência da racionalidade formal presente no sistema judiciário, partem das situações individuais e as classificam por meio de um predeterminado (OST, 2009). A literatura aborda o individual, contudo há uma busca por alcançar o universal.

A literatura humaniza o direito, a partir da crítica subversiva. O uso da intersecção entre o direito na literatura produz o conhecimento crítico da construção jurídica e um incentivo para reformular um conhecimento mais profundo da linguagem (OST, 2009). O campo literário propicia acessar a compreensão e a relação do direito, a partir da experiência dos sujeitos subalternizados.

Tensionar a aproximação do direito com a literatura, permite repensar os paradigmas jurídicos a partir da interação destes com a sociedade. Como destacamos não é toda e qualquer literatura que permite acessar os conhecimentos e vivências subalternizadas. O cânone literário está incorporado pela colonialidade de poder.

A literatura negra possui um lugar privilegiado para repensar os fenômenos jurídicos, visto que centraliza na experiência e vivência das pessoas negras. Utilizei o conceito de literatura negra de Mário Augusto da Silva (2011) para o desenvolvimento desta pesquisa.

A literatura negra corresponde “as ideias em movimento correspondem as confecções literárias estarem constante mudança de conceituação, a qual vária de determinado período, para cada autor, crítico” (SILVA, 2011b). Porém, destaca-se como elemento central a declaração do/a escritor/a como pessoa negra. Reivindica nesta sua escrita o lugar de privilegiado como pessoa negra para relatar a experiência como corpo negro em uma sociedade de terror racial.

A construção da identidade negra é a força motriz da literatura negra. Perpassando por dois momentos: enunciação como pessoa negra e, a negritude. A literatura assume lugar de destaque para a reconstrução da imagem positiva do ser negro, destacando aqui com o movimento de negritude.

A negritude possibilita a ruptura dos estereótipos. Expressa-se como movimento político-cultural, voltado para o enfrentamento do racismo científico (CESÁRIE, 2010). A literatura negra está vinculada ao processo da tomada de consciência existente no movimento da negritude. Assumindo expressões distintas em cada momento histórico.

A identidade negra constituída, em um ambiente socioeconômico de terror racial, resulta na assimilação de valores e imaginários negativos acerca do ser negro. A construção de estereótipos atrelada ao racismo científico que se utilizava de pseudociência para legitimar a condição de inferiorização das pessoas negras (MUNANGA, 2009). Neste contexto político, social e econômico, a negritude emerge como movimento de libertação do negro a partir da “reconquista de si e de uma dignidade autônoma” (MUNANGA, 2009, p. 43).

A negritude como um movimento de volta a origem, sendo relacionado com a busca pela identidade cultural de todos os africanos negros. Movimento de reinvenção da identidade negra em diáspora que parte do regaste das áfricas. Constituindo a identidade dos povos em diáspora no fluxo de influências recíprocas entre os continentes africanos, americanos e europeus. Negando “o mito da civilização ocidental como modelo absoluto, tal como era ensinado nas colônias, começou a desfazer-se assim que os africanos pisaram o solo europeu” (MUNANGA, 2009, p. 48).

A negritude e enunciação como negro na literatura negra são constantes nos diferentes momentos históricos. Contudo, como ideias em movimento, outros elementos da literatura negra alteram-se conforme a época. Alteração das temáticas centrais em decorrência do próprio contexto histórico inserido. A literatura negra torna-se, perante as reflexões dos seus autores, uma estética engajada, enunciadora de uma visão social de mundo, de uma fração de grupo social, ao menos para alguns coletivos de escritores negros (SILVA, 2011).

A presente dissertação debruçou-se nos seguintes livros: *Diário de Bitita*, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de alvenaria: Osasco* e *Casa de alvenaria: Santana*. Todos escritos pela Carolina Maria de Jesus entre a década de 60 a 70. O *Quarto de despejo* foi publicado em 1960 e a primeira versão dos livros *Casa de alvenaria* foi lançada no ano 1961.

Apesar do ano de lançamento do *Diário de Bitita* ter ocorrido em 1982, todas as produções da Carolina situam-se na década de 60, visto que este livro corresponde uma publicação póstuma. A produção literária da Carolina está situada historicamente na vertente de protesto negro (SILVA, 2011b) na literatura negra brasileira.

A produção literária de protesto negro está atrelada com a reflexão crítica sobre a condição social do negro na sociedade brasileira (SILVA, 2011). Opondo-se ao mito de democracia racial, as produções do protesto negro do início de 1960 põe a luz sobre a condição de marginalização da população negra no após abolição (SILVA, 2011). Destacando a ausência de integração das pessoas negras.

O *Quarto de despejo: diário de uma favelada* publicado em 1960 exemplifica o movimento literário de protesto negro. Carolina tensiona o racismo, marginalização e favela como elementos da sua narrativa. Discutindo acerca da condição socioeconômico das pessoas negras na cidade de São Paulo. Mesmo com a produção não correspondendo oficial a produção coletiva do protesto negro, dialoga com este campo literário.

A revolta e o protesto não estão ali organizados; a autora é oscilante em meio a suas constatações. Suas ligações com as associações negras são contatos ocasionais, na rua, quando ainda não era famosa. A favela, o lugar de onde fala é suspeito, até então, para o surgimento de algo como expresso em Quarto. Ela consegue, a um só tempo, por meio da Literatura, colocar em pauta os problemas da fome, das favelas, do racismo, do clientelismo político, da marginalidade social, do negro no pós-abolição etc. visto pelos despossuídos. Entretanto, talvez por tudo isso amalgamado, Carolina Maria de Jesus desperte o interesse quase imediato – e conflituoso, seja entre si ou com a escritora – de negros organizados, em seu movimento pendular do assistencialismo à auto determinação (SILVA, 2011, p. 195).

As demais produções literárias da Carolina também dialogam com o protesto negro, como movimento de reflexão crítica da condição do negro após a abolição. Propiciando adentrar para a experiência das pessoas negras no Brasil. Mergulhar para vivência dos brasileiros invisibilizadas no cânone literário e no campo jurídico.

A ampliação da realidade oferecida pela literatura não será tensionada neste trabalho como moralizante ou ética para o direito. Neste sentido, concordo com Suárez Llanos (2018) acerca do intercâmbio entre o direito e a literatura favorecer sobretudo uma reflexão crítica da relação do campo jurídico e os sujeitos particulares que atinge, sendo desatrelada como parâmetro para alcançar um ideal de justiça.

A presente investigação está inserida no campo de direito na literatura. Centralizamos o diálogo entre direito e literatura na categoria de cidadania. Buscaremos compreender as dimensões e sentidos desse fenômeno jurídico, a partir da produção literária de Carolina Maria de Jesus.

O conceito jurídico da cidadania moderna está atrelado com os direitos e obrigações do indivíduo perante o Estado. Consolida-se a experiência da cidadania vinculada a noção de estado-nação, e, conseqüentemente, ao pertencimento do território. Os elementos constitutivos da cidadania são: direito político, direito civis e sociais, os quais em juntos propiciam a alcançá-la de modo pleno.

Barrem (1993) conceitua a cidadania moderna como “igualdade de todos perante a lei, a inexistência de desigualdades sociais impeditivas do acesso social e no emprego do mérito como critério de escolha dos governantes” (p. 3). A própria dimensão do terror racial, já discutido, acerca da formação do estado brasileiro constituem obstáculos para o alcance da cidadania plena das pessoas negras. Abdias do Nascimento (1978) é cirúrgico ao destacar o estado de cidadania possível para a população negra após abolição.

As autoridades governamentais e sociedade dominante, se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos livres, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural livres, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade (NASCIMENTO, 1978, p. 67).

O estado de escravidão-em-liberdade decorre do terror racial institucionalizado, a qual reserva através das políticas de embranquecimento a precarização da vida das pessoas negras. Constituindo um estado de cidadania interdita. O objetivo da presente dissertação corresponde a compreender os movimentos e os sentidos de cidadania consolidados pelas pessoas negras.

A experiência e vivência De Jesus será o ponto de partida para repensar a cidadania. Repensar as formas e definições de cidadania, pois, buscaremos compreender o processo de autoconstrução do direito. Rejeitando o sistema jurídico como a única fonte de compreensão da cidadania. Direcionar o olhar para campo de disputas, a partir da noção de direito autoconstruído.

Utilizaremos o conceito de cidade negra como categoria analítica para compreender os movimentos e articulações das pessoas negras em diáspora desde o período da escravização. Cidade negra como espaço de fluxo e conexões, onde (re)constrói identidade e cultura (FARIAS et al., 2006). No próximo capítulo, destrincharemos o conceito e os movimentos constitutivos da cidade negra, os quais guiaram a compreensão da cidadania autoconstruída.

### **1.1.O desenho metodológico para um diálogo entre direito e literatura**

Apresentados as contribuições teóricas da interação entre o direito e literatura, faz-se necessário discorrer sobre o caminho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa no campo do direito na literatura. Deve-se fugir da utilização das produções literárias como exemplificações e contextualização de um fenômeno jurídico.

Exige-se um aprofundamento no texto literário com a finalidade de romper com as primeiras impressões e acessar a completude da obra. O mergulho nas ferramentas da teoria da literatura demonstra-se essencial para o processo de diálogo entre direito e literatura. Contudo, o simples uso dos recursos metodológicos da literatura não possibilita construção de um campo de diálogo entre o direito e a literatura.

A fim de acessar a literatura de forma mais profunda, é necessário utilizar das ferramentas da teoria da literatura. A presente dissertação utilizou a análise literária como ferramenta de coleta de dados para o prosseguimento da pesquisa. O lirismo presente na literatura faz necessário que as leituras realizadas pelos operadores do direito busquem acessar a obra para além do senso comum (KARAM, 2017). Apropriando-se da análise literária a fim de adentrar o sentido intrínseco do livro.

Objetivando conectar os dados da análise literária com o campo de estudo do direito, utilizaremos o método analítico interpretativo (KARAM, 2017). O método será a ferramenta de intermediação entre o campo jurídico e a literatura.

Na presente pesquisa, a análise literária foi utilizada como ferramenta para cumprir uma das etapas do método analítico interpretativo, a fim de acessar de modo integral a produção literária. Abaixo discorro sobre o processo de análise literária e posteriormente, sobre o método analítico. Por fim, apresento o procedimento metodológico utilizado na presente dissertação.

#### *1.1.1. Análise literária*

A análise literária visa proporcionar uma leitura das obras de modo a compreender as suas forças motrizes, as quais correspondem padrões de comportamento perante a realidade, de certos modos de ver o mundo, de certos valores, de certas ideias fixas (MOISES, 2007).

A identificação desse ponto é possível por meio do processo de desmembramento do texto por meio do direcionamento ao núcleo textual. O processo de análise literária não é descritivo, conseqüentemente é fundamental compreender como as células sintáticas e semânticas se organizam para constituir a força motrizes, a partir das indagações de como? E por quê? (MOISÉS, 2007).

A força motriz é construída a partir da correlação dos fatores da obra literária. A leitura deve ocorrer sem privilegiar um segmento do texto. A eleição de uma categoria para análise inviabiliza a compreensão plena do texto literário. É necessária que haja uma leitura inicial da obra a fim de construir familiaridade com a escrita.

Massaud Moisés (2007) defende que o caminho seguido por cada analista dependerá exclusivamente do gênero literário. O pesquisador separa análise literária em três principais gêneros: texto poético; texto em prosa e texto teatral. A produção literária da Carolina Maria de Jesus pode ser enquadrada na prosa ficcional realista. Seguirei: os caminhos propostos por Massaud (2007) para o desenvolvimento da análise literária no texto em prosa.

Compreender as especificidades do texto em prosa é essencial para dar seguimento a análise adequada. A linguagem denotativa corresponde uma característica da prosa. A prosa é objetiva, contudo, há um plano “interno”, implícito ou subentendido para além da camada visível do texto (MOISÉS, 2007).

A análise do texto em prosa possui duas etapas principais: a microanálise e a macroanálise. A primeira direciona para os pormenores quase esquecendo o conjunto, ou seja, direciona-se para as microestruturas da prosa de ficção. “As categorias fundamentais da prosa de ficção, denominam-se microestruturas” (MOISÉS, 2007, p. 86).

O caminho da macroanálise é sinalizado pelos elementos integrantes da microestrutura da prosa. A macroanálise corresponde ao local da imaginação, ou seja, é o campo de diálogo entre o leitor e o escritor (MOISÉS, 2007). “A macroanálise identifica-se antes de tudo por sua verticalidade, pois investiga a esfera dos conceitos, sentimentos e emoções que subordina ao plano das microestruturas” (MOISÉS, 2007, p. 87).

Na verdade, toda a tarefa da análise literária pretende o conhecimento da macroestrutura global de uma obra, e apenas ao realizá-los poderá considerar-se terminada: a macroanálise final de um romance, novela ou conto, permite conhecer tudo quanto passava despercebido ou obscuro, ao mesmo tempo que proteja dúvidas sobre recantos julgados, indevidamente, esclarecidos (MOISÉS, 2007, p. 89).

A análise literária deve englobar a macro e microestrutura. A microestrutura “adquire significação quando confrontado com os demais e com a macroestrutura total da obra” (MOISÉS, 2007, p. 89). Logo, micro e a macroestrutura integram um organismo único, devendo ser analisadas em conjunto.

As microestruturas, presente na prosa, são: a ação; o tempo; o espaço; personagens; o ponto de vista e os recursos narrativos. Por questões didáticas, inicia-se a análise por separada de cada elemento. Massaud (2007) orienta que análise literária se inicia pela ação.

A análise da ação deve voltar-se para compreender qual modalidade de “ação” está presente na obra e verificar o grau de exterioridade ou interioridade. Há normas estabelecidas pelo escritor, as quais o leitor deve conhecer e aceitar a fim de iniciar a leitura. “O escritor inventa um mundo, com base na observação, na memória e na imaginação, que leitor deve entender como tal” (MOISÉS, 2007, p. 90).

O segundo elemento apresentado por Massaud Moises é o tempo. “É para ele (tempo) que confluem todos os integrantes da massa ficcional, desde o enredo até a linguagem: dir-se-ia que o fim último, consciente ou não, de qualquer narrador consiste em criar o tempo” (MOISÉS, 2007, p. 101). O tempo é classificado, pelo autor, como: metafísico; psicológico; cronológico; histórico. O analista deve identificar as modalidades de tempo presentes no texto, uma vez que “cada forma encerra sua especificidade, que deve ser respeitada” (MOISÉS, 2007, p. 103).

Quando realizar a análise do espaço deve indagar-se sobre a importância do cenário e a sua razão de ser. “A frequência, a intensidade e a densidade com que o lugar geográfico se impõe no conjunto de uma obra ficcional está em função de suas outras características” (MOISÉS, 2007, p. 107).

Na narrativa com tempo psicológico, o espaço possui pouca relevância, uma vez que a “a tônica recai sobre o sujeito da ação, não sobre a paisagem” (MOISÉS, 2007, p. 107). Na narrativa do *Diário de Bitita*, o espaço assume local secundário. Enquanto, no *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, o espaço é central na construção da narrativa da escritora.

A análise dos personagens poderá ser: estaticamente ou dinamicamente. Independente da característica do personagem (redonda ou plana). Moises determina que o analista deve abordar as duas modalidades. A análise estaticamente volta-se para a descrição da personagem, segundo as palavras diretas do próprio ficcionista ou que dela se desprende. Enquanto, na análise dinamicamente ocorre desmontagem da evolução da personagem ao longo da prosa.

Ao contrário da análise estática, que cuida da imobilidade, a análise dinâmica ocupa-se da continuidade, referida a personagens planas ou a personagens redondas. No primeiro caso, admite-se como *a priori* que análise não desvendará surpresas, visto as

personagens serem caracterizadas pela reiteração de um defeito ou qualidade irremissível; no segundo, ou há surpresa ou a identidade das personagens não resulta de serem inevitavelmente e superficialmente iguais a si próprias (o que seria negar-lhes a tridimensão). mas dum complexo de fatores que se desdobram no fio da ação, ocasionando unidade pela diversidade (MOISÉS, 2007, p. 113).

O ponto de vista ou foco narrativo corresponde a posição do escritor ao contar a história. A pergunta central para o analista será: qual é a pessoa verbal que narra, primeira ou terceira? (MOISÉS, 2007). Nas obras em análise, o foco narrativo é em primeira pessoa. “A análise do foco narrativo, convidando-nos a refletir acerca do relativismo das perspectivas individuais, localiza-nos no âmago da obra de ficção, e descortina-nos a oportunidade para conhecer-lhes a estrutura, micro e macroscopicamente considerada” (MOISÉS, 2007, p. 114).

O gênero literário determina como será conduzida a análise. As obras literárias correspondem a diários, sendo editado a partir dos manuscritos da poetisa. “É a própria obra que decreta o procedimento a adotar: o caminho a percorrer inicia-se na obra e termina no método” (MOISÉS, 2007, p. 21).

### *1.1.2. Método analítico interpretativo*

Karam (2017) apresentou um roteiro metodológico para produção científica no campo de direito na literatura. O método analítico interpretativo é a ferramenta que auxilia acessar a obra literária como fonte do direito (KARAM, 2017). Destaca três etapas para este percurso, as quais são: elaboração do resumo; contextualizar temporalmente a narrativa; transcendendo o contexto histórico da produção do texto.

A primeira etapa é o resumo voltada para identificar o tema abordado na narrativa literária, sendo necessário que o pesquisador se dedique os elementos narrativos (tempo, narrador, personagem, espaço, modelo narrativo) e incluí-los neste momento. A etapa de contextualização temporal da narrativa volta-se para compreender o texto a partir da época da sua produção/publicação a fim de aprofundar na narrativa. A última etapa busca transcender o contexto histórico da obra, objetivando a relacionar os achados com a atualidade a fim de propiciar a revisão/ampliação do instituído jurídico existente.

M. Paola Mittica (2015) questiona sobre a necessidade de um diálogo interdisciplinar entre os juristas e os críticos literários para o desenvolvimento de pesquisa no campo do direito na literatura. Apontar as contribuições dos estudos da análise literária para a elaboração de trabalhos científicos neste campo, é fundamental para o pesquisador apropriar-se das ferramentas de análise literária a fim de conseguir acessar a completude da narrativa literária.

O presente trabalho de pesquisa irá adotar a análise literária ao manusear nas obras literárias. Irei percorrer o procedimento de análise literária descrito por (MOISES, 2007) a fim de auxiliar na produção do resumo descrito por Karam (2017). Ademais, seguirei as etapas do método analítico interpretativo (KARAM, 2017) para a elaboração da presente pesquisa.

### 1.1.3. *Percurso metodológico*

Incorporação a análise literária como uma etapa do método analítico interpretativo. O método analítico interpretativo (KARAM, 2017) possuem três etapas: elaboração do resumo; contextualizar temporalmente a narrativa; transcendendo o contexto histórico da produção do texto. Assim, segue as descrições das ações irei adotar em cada etapa:

- 1ª etapa: Elaboração do resumo das obras literárias. O resumo foi construído a partir da análise literária incorporando os seguintes procedimentos:
  - Leitura inicial da obra para aproximar com a escrita;
  - Leitura secundária atenta aos elementos da microestrutura e da macroestrutura. Visando facilitar a microanálise, construí a seguinte tabela de coleta de dados:

Tabela 1: Instrumento de coleta de dados

<b>Microanálise</b>
Ação
Tempo
Espaço
Foco narrativo
Personagens

Fonte: Produção própria

- Construção do resumo da obra literária voltada para compreensão das forças motriz acionadas para a construção da visão de mundo e ideias manuseadas.
- 2ª etapa: Desenvolverei a contextualização temporal da obra. Escolhi não realizar uma contextualização histórica em decorrência da larga margem

temporal das produções. O *Diário de Bitita* passa entre o período de 1919 a 1937 (ano que se muda para São Paulo). Enquanto, juntos a produção de *Quarto de despejo* e *Casa de Alvenaria* corresponde aos anos de 1955 a 1963. Assim, nesta etapa buscamos aproximar os dados da análise literária com o conceito de cidade negra, a fim de compreender os movimentos e articulações da Carolina e dos seus vizinhos. Os resultados da contextualização, a partir da categoria cidade negra, será apresentado no terceiro capítulo.

- 3ª etapa: Direcionada para relacionar a obra literária com atualidade. Utilizaremos esta etapa para discutir a categoria de cidadania, a partir da produção literária da Carolina Maria de Jesus. Usei a dimensão de direito autoconstruído para aproximar e conectar os sentidos de cidadania elaborada nas obras com o conceito jurídico. Abordarei aqui o resultado final da conexão entre direito e literatura, sendo apresentada no último capítulo da presente dissertação.

## 2. CIDADES NEGRAS: REINVENTANDO ESPAÇOS E IDENTIDADES

### 2. 1. Breve percurso metodológico

A revisão integrativa volta-se para síntese e aplicabilidade dos estudos de um mesmo tema. Diferencia-se da revisão sistemática por incorporar diferentes tipos de trabalhos teóricos e empíricos, logo, há uma ampliação dos trabalhos que podem ser manuseados. A fim de possibilitar a ampliação dos estudos analisados, é fundamental realizar as buscas em diversas formas como em revista, pesquisas anteriores e base de dados (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). Ampliação do campo de busca possibilita que seja realizado uma “revisão integrativa que contribua para compreensão do fenômeno estudo a partir de uma perspectiva diversa” (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Seguirei o procedimento de revisão integrativa desenvolvido por Whittmore e Knafl (2005). Assim, as seguintes etapas que serão realizadas a fim de prosseguir com a revisão integrativa:

- Definição de pergunta norteadora.
- Busca ou amostragem (base de dados variados; definir descritores; definir critérios de inclusão e exclusão a partir da pergunta norteadora).
- Coleta de dados: incluir autores, método e conceitos empregados.
- Análise crítica dos estudos incluídos: Definir relevância, observar rigor metodológico, concorrência entre os resultados, métodos e conclusões.
- Discussão dos resultados: análise dos dados a partir do referencial teórico (evidenciando o que foram dados da amostra e as inferências realizadas).

A pergunta norteadora é “há possibilidade de vivenciar a cidadania no espaço social das cidades negras?”. A partir da pergunta, defini como marcadores de busca: cidadania [and] cidade negra. Contudo, não obtive êxito no levantamento, resultando na definição apenas de “cidade negra” como marcador de busca.

A presente de pesquisa parte da definição de cidade negra apresentada por (CHALHOUB, 1990), na obra *Visões de liberdade*. Inicialmente, a referência aos estudos de Chalhoub (1990) sobre cidade negra seria o marcador de exclusão/inclusão, contudo, considero que isto proporcionaria uma restrição da compreensão do conceito de cidade negra. Ao longo do levantamento dos dados, deparamos com diferentes concepções de cidade negra, as quais não tinham como referência o campo da historiografia – área de pesquisa de Sidney Chalhoub.

Porém, apresentavam elementos complementares para a compreensão da relação do espaço social das cidades negras com a disputa da cidadania.

O levantamento nas bases de dados foi realizado nos dias 23 a 24 de janeiro de 2021. As bases de dados consultadas foram Scielo, Clacso, CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ainda consultei as referências teóricas dos estudos selecionados a fim de destacar demais pesquisas que dialogam com o campo de estudo e não foram detectadas nas bases de dados.

A análise crítica dos estudos incluídos engloba “uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Essa etapa é fundamental para compreender validade teórica dos resultados dos estudos incluídos. As discussões dos resultados da revisão serão apresentadas nas próximas sessões. Construí o seguinte instrumento de coleta de dados:

**Tabela 2:** Coleta de dados

<b>Identificação</b>	Título
	Ano
	Autor
<b>Tipo de estudo</b>	
<b>Método</b>	
<b>Objetivo</b>	
<b>Conceito de cidade negra</b>	
<b>Tese/argumentos centrais</b>	
<b>Amostra/dados</b>	
<b>Área de publicação</b>	
<b>Resultados</b>	

Fonte: Produzido pela própria autora.

Realizei a leitura de resumo dos trabalhos indicados nas bases de dados, sendo excluídos aqueles que não correspondiam ao escopo da presente pesquisa. Excluí as produções acadêmicas que relacionavam a cidade com a população negra, a partir dos seguintes recortes: territorialidade, espacialidade, quilombo, catolicismo negro, memória, violência contra a

mulher, educação, corporeidade, músicas, imprensa negra, e política de saúde da população negra. Sem mencionar a “cidade negra” em si.

Depois deste primeiro corte restaram 12 trabalhos, em que foi feita uma leitura inicial na íntegra dos artigos científicos e apenas a introdução das dissertações e das teses a fim de confirmar se as pesquisas versam sobre o cotidiano e/ou retratava a vivência na cidade negra.

Após a primeira leitura dos trabalhos, exclui duas produções acadêmicas. Os trabalhos excluídos por este motivo foram: “Política da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra”, produzido por Ana Flauzina e Thula Pires e “Cidades negras: Petrópolis Imperial”, escrito por Renata Aquino e Henrique Cunha Júnior.

A produção da (FLAUZINA; PIRES, 2020) têm como objeto compreender o extermínio, no espaço da cidade negra, guiado pelo Estado no contexto da pandemia de Covid-19. Assim, não contribui com o objeto de pesquisa desta presente investigação pela centralidade na ação institucional de controle das pessoas negras. Ainda, esta produção trouxe à tona aproximação do conceito de cidade negra com o conceito de cidades dos colonizados de Fanon. Assim, optei por voltar a produção de Frantz Fanon (FANON, 1968) – especificamente ao livro “Os condenados da terra” - para buscar compreender esta aproximação, bem como entender que este conceito contribui para o objeto da pesquisa.

O artigo “Cidades negras: Petrópolis Imperial” de (AQUINO; JÚNIOR, 2014) objetiva evidenciar como Petrópolis caracteriza-se como uma cidade negra. Os autores partem da compreensão de cidade negra, a partir do espaço geográfico da região da cidade de Petrópolis, buscando apresentar outras explicações sobre o povoamento e desenvolvimento desta localidade. Excluindo os elementos do cotidiano da cidade negra e centralizando em destacar os locais de concentração das pessoas negras em Petrópolis, logo, não colaborando com o escopo da presente pesquisa.

Após o critério de inclusão/exclusão, restaram os seguintes trabalhos científicos fornecidos pelas bases de dados:

**Tabela 3:** Pesquisas levantadas nas bases de dados

**Continua**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>
---------------	--------------	------------	-------------

Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870-1888)	Fernanda Lima da Silva	2019	Dissertação de mestrado
São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia	Stella Zagatto Pateriani	2019	Tese de doutorado
Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX	Bruna Portella de Novaes	2017	Dissertação de mestrado
Cidade Negra: as remoções no município do Rio de Janeiro e a luta pelo Direito à cidade	Ethiene V. S. Wenceslau	2017	Artigo científico
Cenas da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis	Ariosvalber de Souza Oliveira	2013	Dissertação de mestrado
Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802	Luciano Costa Gomes	2012	Dissertação em mestrado
Propaganda, grafite e as representações de uma cidade negra	John Finn	2010	Artigo Científico
Bahia: negra, mas limpinha	Jean Marcel Oliveira Araújo	2006	Dissertação de mestrado
Cenas e cenários da cidade negra	Eneida Leal Cunha	1999	Artigo científico

Fonte: Produzido pela própria autora

Busquei ainda as referências recorrentes nas produções acima mencionadas e não foram fornecidas pelas bases de dados. Esta busca resultou nos seguintes trabalhos: “Cidades Negras:

Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil Escravista” de Juliana Barreto Farias et al. (FARIAS et al., 2006), “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro” de Sidney Chalhoub (1988) e “Contradições na cidade negra: relações de gênero, raça, classe, desigualdades e territorialidade” de Antonia dos Santos Garcia (GARCIA, 2012).

## 2.2. Cidades negras: (re)criação no período da escravidão

A cidade negra emerge no espaço urbano, sendo a sua formação atrelada a luta por liberdade no período da escravização (CHALHOUB, 1990). Na obra *Visões da liberdade*, o autor volta para os processos criminais e civis dos últimos anos do Rio de Janeiro, objetivando compreender a ação da população negra (escravizada e liberta) no processo de abolição, assim, foca nos processos envolvidos essa camada.

Analisando o processo autor destaca a importância da emergência da cidade negra como mecanismo de enfraquecimento do cotidiano da escravização urbana da província do Rio de Janeiro. A concentração do número de escravizados na corte, o qual contabilizava mais da metade da população local na segunda metade do século XIX, compreendido como fator importante para a consolidação da cidade negra (CHALHOUB, 1990).

O modelo de escravização urbano era marcado pelo escravizado com autorização de trabalhar fora do domínio senhorial – desempenhando diversos ofícios na cidade, sendo necessário apenas o pagamento do jornal<sup>1</sup>. A capitalização da escravização urbana formulada pela terceirização da mão de obra escravizada impulsionava a dissolução do domínio senhorial imediato.

A população escravizada possuía autonomia de circulação na zona urbana, sendo este elemento característico da escravização na Corte (CHALHOUB, 1990). A cidade negra torna estes movimentos cotidianos em luta por política pela liberdade atingindo diretamente a instituição da escravização (CHALHOUB, 1990). A flexibilização dos mecanismos de controle senhorial representava a possibilidade de experimentar a construção do sentido próprio de cidadania.

Os sentidos de cidadania possível de experimentar dentro das cidades negras reflete a precariedade que a população negra está submetida dentro de uma sociedade escravista. O

---

<sup>1</sup> Corresponde ao percentual do pagamento dos ganhos do escravizado em serviço prestado para outrem ao seu senhor.

espaço social das cidades negras, contudo, possibilita a disputa de sentido de cidadania e de liberdade. Destaca-se especialmente, o papel da cidade negra como esconderijo, a qual ao mesmo tempo que protege alimenta novas formas de controle social.

A cidade negra constitui-se como um esconderijo, uma vez que impossibilita a distinção entre liberto, africanos livres e escravizados (CHALHOUB, 1990). A movimentação do corpo escravizado, pela cidade, indetectável corresponde o ataque ao controle da escravização. Porém, mesmo diante da mobilização “livre” a condição social de escravizado é demarcada pela vestimenta, impulsionando o controle por meio da suspeição<sup>2</sup> (CHALHOUB, 1990).

Outro elemento caracterizador da cidade negra é a solidariedade. A construção de uma rede para criar um mecanismo de sobrevivência e a proteção – reforçando os signos de luta por liberdade presente (CHALHOUB, 1990). O comércio interno na cidade negra possibilitava a sobrevivência dos/as escravizados/as e foragidos/as devido à facilidade de circulação dos seus serviços desvinculada do domínio senhorial (CHALHOUB, 1990).

A solidariedade como mecanismo de proteção reflete nas denúncias dos castigos excessivos para as autoridades e do auxílio para escapar do domínio senhorial. A proteção não reflete unicamente entre os integrantes da cidade negra. As redes de solidariedade acionavam outros indivíduos pelos mecanismos de negociação.

A fim de ilustrar, destaco o processo da Francelina estudado e analisado por Chalhoub (1990). Francelina, escravizada, foi acusada de envenenar a “sua” senhora. Os relatos apresentados destacam que era de conhecimento notório que ela sofria com castigos físicos severos cometidos pela senhora (CHALHOUB, 1990). Chalhoub (1990) destaca que a Francelina foi inocentada com o sentimento de que os castigos físicos justificariam o crime cometido, bem como destaca a suspeita de que haviam envolvimento de pessoas livres no envenenamento.

O caso da Francelina destaca a teia de solidariedade construída na cidade negra, a qual mitiga e combate o controle senhorial (CHALHOUB, 1990). Resultando como destaca Chalhoub (1990) no enfraquecimento da instituição da escravização pela prática de liberdade pelo ataque do domínio senhorial, a qual é a base desta instituição. Os repúdios sociais contra os excessivos castigos, remetem para além da mudança de moralidade a alteração dos paradigmas de controle social da população negra. Com elevado contingente de pessoas

---

2 O conceito de suspeição refere-se à associação imediata da população pobre com a perigosidade. A autoridade estatal, a partir deste vínculo, utiliza-se da abordagem de “suspeição generalizada”. Ainda destaca a suspeição da população negra a partir do imaginário de malandro, o qual está vinculada a escravidão – especialmente presente no processo abolicionista com a inclusão do negro como mau cidadão (CHALHOUB, 1988; 1996; 1990).

escravizadas no espaço urbano, ocorre uma mudança de paradigma em relação os modos e ferramentas a dispor dos senhores para controlar estes corpos. Em decorrência do “medo” da elite da rebelião das pessoas escravizadas, especialmente, após o movimento de Independência do Haiti.

O caso da Francelina ressalta esta mudança de paradigma. Porém, isso não implica uma ausência de precariedade do cotidiano das pessoas negras e, muito menos, corresponde a redução dos índices de violência que estavam submetidas. As posturas municipais de 1838 determinam o poder de intervenção das autoridades policiais diante dos castigos severos (CHALHOUB, 1990). Resultando na concentração do controle da massa de escravizados pelo Estado.

O trajeto investigativo realizado por Chalhoub (1990) o insere a cidade negra como organismo autônomo constituído por e para pessoas negras, emergindo como espaço de possível autonomia. O âmbito de autonomia impulsiona vivência simbólica de cidadania para além do sistema de escravização, emergindo como uma agência negra de luta pela liberdade.

Chalhoub (1990) destaca o papel da cidade negra como local possível para vivenciar a liberdade, mesmo que de forma simbólica, por estar distante do domínio senhorial. A Carta de Lei de 25 de março de 1824, do período correspondente ao analisado pelo autor, determina os requisitos legais para ser detentor da cidadania brasileira. Há um destaque pela condição de liberto para usufruir da cidadania<sup>3</sup>. A liberdade simbólica corresponde uma etapa para constituir uma possível cidadania.

A vivência unicamente simbólica da cidadania<sup>4</sup> decorre desta não ser vinculada a qualquer garantia constitucional, uma vez que os processos analisados por Chalhoub (1990) destaca a agência estatal atuando a fim de diferenciar o cidadão brasileiro e as pessoas escravizadas independente da cidade negra construir um espaço de camuflagem. Os símbolos da cidadania dentro das cidades negras compõem o campo de disputa e de autoconstrução de direito. Apesar das precariedades impostas, os integrantes das cidades negras conseguem exercer e vivenciar signos de liberdade.

Chalhoub (1990) relaciona a cidade negra como agência da população negra direcionada para desmoralizar a instituição da escravização. Assim, expressa-se como uma rede composta por elementos de busca por liberdade e resistência. A fim de exemplificar esta agência negra

---

3 Art. 6º, inciso I: “os que nos Brazil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação” (sic). Carta de Lei de 25 de Março de 1824.

4 A cidadania no âmbito da cidade negra emerge afasta dos pressupostos jurídicos, sendo correspondente agência da população negra em construir um espaço de sociabilidade e vivência própria.

como elemento constitutivo da cidade negra, destaco o estudo sobre cenas da cidade negra desenvolvido por Oliveira (2013), a partir da narrativa dos contos de Machado de Assis do período oitocentista.

Ariosvalber Oliveira (2013) apresenta fuga, capoeira/capoeiragem e a quitandeiras como movimento da população negra livre, liberta ou escravizada voltada para o desmoroamento da instituição escravocrata. Oliveira (2013) identifica essas ações como elementos constitutivos da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista – representado nos contos machadianos.

Conceitua as quitandeiras como “mulheres negras livres ou cativas que vendiam comidas (doces, frutas e angus entre outros), nas ruas de muitas cidades brasileiras, e tinham uma forte presença em muitos logradouros e praças do Rio de Janeiro no século XIX” (OLIVEIRA, 2013, p. 100). As quitandeiras correspondem a prática presente na escravização urbana, pois este regime era comum existente de escravizados de ganhos, assim, elas tinham autorização para circular pela Corte para vender os doces, tendo que realizar um pagamento de jornais aos senhores.

A prática da quitanda abria a possibilidade de as mulheres negras escravizadas conseguirem adquirir a sua alforria por meio da compra. Caracterizando por si uma atividade atrelada ao desmoroamento para escravização como é apresentada a experiência da cidade negra por Chalhoub (1990; 1988).

Com a venda de comida pela cidade, as quitandeiras desenvolviam o conhecimento da malha urbana da Corte (FARIAS et al, 2006). Este conhecimento era utilizado para facilitar a fugas dos negros/as escravizados/as e para possibilitar o esconderijo dos/as escravizados/as foragidos/as (OLIVEIRA, 2013). As quitandeiras reforçam a dimensão da solidariedade presente na cidade negra através do auxílio com os processos de fugas.

As mulheres negras exerciam um papel fundamental na manutenção das cidades negras tanto pela mobilidade da cidade como pelo acesso aos alimentos. A facilidade de ingresso das mulheres negras na produção de alimentos garantia o abastecimento das casas coletivas (FARIAS et al., 2006). Para além das habilidades das quitandeiras com as vendas que facilitavam a circulação por toda a cidade.

As mulheres conseguiam com mais facilidade se envolver com o trabalho de produção de alimentos, chamariz muito importante para agregar negros e negras em casas coletivas. E no ambiente urbano as africanas tinham ainda mais desenvoltura para conseguir renda como vendedora de rua (FARIAS et. al., 2006, p. 93).

A presença das mulheres negras nos espaços urbanos correspondia a resistência, perigo e confronto em uma sociedade patriarcal (SILVA, 2019). A inserção das mulheres negras nos

espaços públicos estava atrelada com o imaginário sexual. A leitura social acerca dos corpos femininos negros como domínio público, resultando em uma série de violências. O confronto exercido, por vezes, diretamente com os policiais. Fernanda Silva (2019) observa como atuação policial visa disciplinar e controlar as mulheres negras no seu cotidiano. A centralidade dos papéis exercidos pelas mulheres na manutenção das redes de solidariedade e sociabilidade negra reforçavam atuação estatal de controle, bem como pelo exercício de integração social realizado.

As mulheres negras exerciam o papel de integração de suas comunidades (NOVAES, 2017; SILVA, 2019; FARIAS et al., 2006) e, assim sendo, exercendo uma ponte entre o mundo negro e o branco. O papel de educação, nas casas brancas, era realizado por elas, sendo elas responsáveis por africanizar a cultura nacional (SILVA, 2019). A construção do imaginário entorno das mulheres negras era construída em oposição ao ideal de brancura – figura feminina associada a pureza e delicadeza (SILVA, 2019).

A capoeira e as quitadeiras expressam uma rede de proteção dos espaços sociais das cidades negras como formam elementos importantes para concretização das fugas. Ainda compartilham entre si elementos culturais dos povos africanos reinventados na diáspora. A capoeiragem/capoeira caracterizada como “uma mistura de dança e luta que é marcada pela rara habilidade de jogos de pernas e cintura” (OLIVEIRA, 2013, p. 96). A capoeira era utilizada como ferramenta de proteção de território. Assim, Oliveira (2013) atrela a sua prática com rebeldia e resistência, sendo expressão da negação do poder senhorial. Identifica a prática das capoeiras e a capoeiragem como expressão da rede de sociabilidade (OLIVEIRA, 2013).

Como Chalhoub (1990; 1988), Ariosvalber Oliveira (2013) ressalta a fuga como elemento integrante da cidade negra. Isto, pois, a fuga atingia diretamente a estrutura da escravização por expressar a negação de sujeição ao poder senhorial. A fuga contribuía para o enfraquecimento da instituição escravocrata, a qual era acentuada pela rede de atuação dos próprios negros voltada para a indiferenciação dos negros escravizados, libertos e livres. Assim, dificultando o exercício de controle do corpo negro escravizado após fuga.

As fugas ocorreriam tanto como a ruptura com subordinação dos senhores como também em algumas modalidades revela-se como uma ferramenta de negociação das condições do cativo. Compreender essas duas dimensões da fuga é fundamental para romper com a idealização desses movimentos.

A rede de solidariedade acionada pelas fugas era composta por diferentes grupos sociais (CHALHOUB, 1990; FARIAS, 2006; SILVA, 2019). Os processos criminais analisados, por Sidney Chalhoub (1990), destacavam a presença de pessoas de diferentes status sociais para

testemunhar sobre as condições de liberdade. As redes de solidariedade são construídas também a partir das relações de poder até mesmo de interesse econômico envolvido. "Escravizados eram reconhecidos como pessoas e, enquanto tais, podiam se tornar sujeitos, fosse por solidariedade, fosse por interesse econômico, por exemplo, de pessoas livres, negras ou não" (SILVA, 2019, p. 40). A própria fuga realizada por meio da sedução evidencia as complexidades das relações que constituem o cotidiano da cidade negra.

As fugas como negociação das condições do cativo são denominadas de seduções. Nas seduções, os escravizados realizam as fugas com auxílio de pessoas livres e oferecem em contrapartida a sujeição, assim, ocorrendo apenas a troca do domínio senhorial. Destacando como as fugas não correspondem apenas como uma busca pela liberdade, mas, destacam-se, especialmente, por escravizados atuarem nas fugas como "agentes e determinantes do seu próprio destino" (FARIAS et. al., 2006, p. 39).

A capoeiragem/capoeira e a fuga revelam outra característica da cidade negra: a precariedade da liberdade. Associação da fuga com a precariedade da liberdade, decorre efetivamente de seu vínculo com a camuflagem oferecida pela cidade negra (CHALHOUB, 1990; 1988) que era possível devido à marginalidade dos negros libertos e livres na Corte (OLIVEIRA, 2013). A ausência de diferenciação visual entre as pessoas negras livres e escravizadas está relacionada com a manutenção das condições precárias de vida após a liberdade alcançada. O status de liberdade pouco alterava em relação até mesmo do acesso ao mercado de trabalho.

A precariedade da liberdade presente na cidade negra relaciona com a sua característica dual: a possibilidade de liberdade e perseguição estatal. A cidade negra possibilita experimentar a liberdade, mesmo que precária, e simultaneamente estimula criação de novos mecanismos de controle social. Chalhoub (1990) identifica o mecanismo de suspeição generalizada como resposta a proteção e camuflagem garantida pela cidade negra na Corte.

A emergência da cidade negra impõe em risco a continuidade da escravização, uma vez que há neste espaço a ausência de controle senhorial. A mobilidade e camuflagem possibilitam torna-se símbolo de insubmissão negra, impulsionando a atuação estatal para controlar este espaço. As suspeições generalizadas correspondem atuação das autoridades em encarar todas as pessoas negras da Corte como se fossem escravizadas.

O cotidiano das cidades negras demonstrou-se eficaz para o enfraquecimento do domínio senhorial, disputando os sentidos de liberdade a partir das próprias características da escravização urbana (CHALHOUB, 1990). Evidenciando práticas de liberdade que incluíam desde de grandes levantes até mesmo com a disputa dos sentidos de viver por si. Chalhoub

(1990) evidencia como os sentidos de liberdade são discutidos judicialmente a partir do marcador de autonomia.

A compreensão de cidade negra do Chalhoub (1990; 1988) parte do movimento de resistência da escravização. Analisando os processuais criminais do período final da escravização na Corte, o autor identifica a construção de espaços sociais, que conscientemente ou não, resultam no enfraquecimento do sistema escravista. Identificando a agência da população negra no processo abolicionista. Juliana Farias et al. (2006) associa a cidade negra com a construção de espaços sociais pela população negra em diáspora. Constituinto uma cidade atlântica, a qual está atrelada a construção de identidades da população negra.

Situar a cidade negra no Atlântico Negro permite compreender os processos de reinvenção e recriação das identidades dos povos negros no ocidente. Paul Gilroy (2001) conceitua o atlântico negro como transcultural negra criada no processo inter-relacionado nos estados-nações. O atlântico representa os canais comunicativos compartilhados pelos colonos negros em diásporas, sendo a interligação entre Europa, América e África.

A escravização é um ponto importante para configuração da diáspora africana, porém, não está restrita a este momento histórico. O conceito de diáspora mobilizado para pensar o Atlântico negro é ampliado e corresponde ao espaço comunicativo entre os povos negros do ocidente. Onde articula-se as histórias descontínuas das pessoas negras (GILROY, 2001).

As identidades e culturas forjadas no Atlântico negro não são simples rememoração a África. A inter-relação entre Europa, América e África compõem espaços de trocas múltiplos, onde os povos em diásporas não estão na posição de absorção das identidades e elementos culturais do continente africano. O Atlântico negro indica a recriação e reinvenção de áfricas pela experiência da escravização e/ou do terror racial (GILROY, 2001).

O Atlântico negro e a diáspora impõem a ruptura com as noções estáticas de fronteiras e de estado-nação. Impulsiona repensar os espaços como “um fluxo comunicativo e não mais em um processo de influências unilaterais” (ARGOLO; PIZA DUARTE; QUEIROZ, 2016, p. 10). As cidades negras constituem redes de sociabilidade e solidariedade mutáveis, onde são criadas e recriadas identidades. Identidades formadas além das concepções territoriais e atravessadas por estes fluxos comunicativos.

As práticas da cidade negra correspondem a recriação e reinvenção das práticas culturais dos povos africanos em diáspora (FARIAS et al., 2006). A diáspora dos povos africanos corresponde ao processo de sequestro. A experiência da diáspora impõe uma releitura e construção de práticas culturais na América a partir da vivência da escravidão no continente (FARIAS et al., 2006). Este processo é perceptível nas práticas de liberdade presentes e

decorrentes da cidade negra como a capoeira. Outro elemento central da reinvenção da identidade e das práticas culturais dos povos africanos em diáspora são os ritos religiosos.

As cidades negras não correspondiam apenas como movimento de resistência e luta contra a escravização, visto que estão vinculadas com a construção da própria identidade da população negra em diáspora. Apresenta-se como movimento Atlântico. ““Os recém-chegados’ produziam identidades diversas, articulando as denominações do tráfico, aquelas senhoriais e sua própria reinvenção em determinados cenários” (FARIAS et al., 2006). Correspondendo na criação de identidades plurais que eram demarcadas pela experiência na diáspora. Atenta-se pela pluralidade de signos e símbolos da cidade negra.

A (re)criação de espaços e de identidades evidenciada pela presença das casas de zungu. As casas de zungus: “era de um tipo de moradia, para onde convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituída um espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua” (FARIAS et al., 2006, p. 84). Estas casas eram localizadas nos corredores e labirintos da cidade e reuniam a população negra tanto para festividade como para a religiosidade. Demarcando a sociabilidade e solidariedade presente nestas casas por vincular com espaços onde ocorria a divisão dos alimentos entre a população negra.

Olhar para a construção das identidades associadas a cidade negra não corresponde uma ruptura das características das cidades negras elencadas por Chalhoub (1990; 1996). Ambos os estudos aproximam a identificar a cidade negra como uma rede de solidariedade e sociabilidade. Para Farias et al (2006), constitui atrelada esta rede a construção de identidades próprias da população negra, enquanto, Chalhoub (1988;1990) apresenta a mesma característica a partir da resistência a escravização. Apesar de não se apresentar como central, a experiência da escravização corresponde um elemento comum nas dimensões de cidade negra discutidas pelos autores. As identidades recriadas na cidade negra estão atreladas a experiência do tráfico e do plantio (FARIAS et al.; 2006).

A dissociação da cidade negra como mero movimento de resistência da escravização permite evidenciar a dualidade e as negociações presentes. Compreender as negociações e a dualidade presente na cidade negra impede de atribuir todas as ações e atos da população negra como reação/resposta ao regime escravista e, assim, identificar a complexidade do que denominaremos como agência negra.

Os estudos da cidade negra destacam a dimensão de negociação presente tanto nos atos de fuga como na realização de outros elementos culturais, como o carnaval. Identificando que os espaços sociais da cidade negra não correspondiam uma ruptura total com a escravização. A

realização do carnaval em algumas cidades brasileiras ocorria sob autorização das autoridades policiais com a determinação de locais onde a festividade poderiam ocorrer.

Os aspectos de negociação presente nas cidades negras possibilitavam a ocorrência de espaço de divertimento. Observando como “conquistas” de espaços mesmo que precários. O carnaval na província de Recife exemplifica a tolerância e conquista de espaços com o carnaval (SILVA, 2019). Fernanda Silva (2019) observa a existência pelos policiais de tolerância, em contrapartida, a cidade branca denunciava incomodo pela existência destes ajuntamentos. A denúncia da cidade branca era presente nos jornais da época que destacam a anuência das autoridades para ocorrência desses divertimentos.

Esta experiência do carnaval na província de Recife também exemplifica outras ferramentas de controle decorrente das cidades negras. A própria dificuldade de controle da cidade negra impõe a negociação como caminho para o controle dos corpos negros. Destacando-se que a liberdade presente nas cidades negras ainda se apresentava precária.

Os aspectos da religiosidade constituída na cidade negra representam aspectos da identidade negra recriada no Atlântico (FARIAS et al., 2006). Destaca-se o papel das casas de zungu tanto para a religiosidade como para a sociabilidade das pessoas negras.

As casas de zungu tornaram-se outro espaço de reinvenção de identidade, ou seja, local onde “as fronteiras étnicas são relidas, reinterpretadas e modificadas por aqueles que chamamos genericamente de africanos ou de crioulos” (FARIAS et al., p. 92). As releituras das fronteiras da étnica decorrem da própria pluralidade dos povos africanos sequestrados para a América. Criaram laços e identidades partilhadas pela experiência da diáspora, construindo a partir das (re)criação das práticas culturais. As casas de zungu destacam a importância da sociabilidade e ajuda mútua cultivada. Além do potencial subversivo existente nestes espaços de microcomunidades africanas (FARIAS et al., 2006).

Os termos recriação e reinvenção são utilizadas para evidenciar que não houve uma continuidade integral das tradições culturais e identidades dos povos africanos, mas estas foram adaptadas as condições da diáspora. “A essência do ato cultural podia se manter, mas a morfologia, o recorte externo e mesmo a amplitude sofrem variações profundas” (FARIAS et al., 2006, p. 97). Logo, as cidades negras não traduzem a integralidade dos elementos culturais e identidades dos povos africanos, sendo recriados e forjados em decorrência da própria experiência do sequestro.

Reinvenção cultural e étnica como conceito explicativo central dessa nova visão, não buscando mais permanência, sobrevivências puras, como ilhas de africanidade num mar de ocidentalização, mas sim versatilidade, a plasticidade cultural dos africanos para adaptar-se ao quase sempre hostil ambiente da escravidão (FARIAS et al., 2006, p. 97-98).

O processo de recriar identidades está atrelado com o mecanismo de criar redes de solidariedade, visando garantir conforto mútuo em uma sociedade violentamente excludente (FARIAS, et al., 2006). Construindo espaços seguros para a população negra na cidade, sendo possível locais de encontros, assim, possibilitando o compartilhamento de experiência. O *zungu* representa este momento de “troca, de encontro, de diálogo, entre pessoas com rotinas de vida muito semelhantes” (FARIAS et al., 2006, p. 99).

Com o processo de tráfico negreiro interno, as casas de *zungu* foram, especialmente, importantes para a integração de africanos e da população negra vinda para o sudeste. Com o patrocínio e o financiamento das casas de zungus, os imigrantes conseguiram a estreita relação e se inserir na comunidade negra da Corte (FARIAS et al., 2006). Aproximação destacando tanto as diferenças das vivências e experiências da população negra em cada região do país, bem como agência política para a construção de uma rede solidariedade.

Entretanto, além do espírito comunitário, de apoio mútuo, que esses “estrangeiros” tinham de cultivar entre si naquela terra nova (formando como se fosse uma colônia de afro-baianos na cidade), eles também precisavam se aproximar das maiorias. Precisavam compartilhar suas culturas e seus significados, seus símbolos e seus recursos. Até para poderem, irmanados com africanos de várias procedências, resistir melhor aos desmandos do poder público e dos senhores (FARIAS et al., 2006, p. 91).

Como as *zungus* representavam os espaços de sociabilidade, os locais de religiosidade exercem função similar. Além de exemplificar o processo de recriação e reinvenção da cultura dos povos em diáspora. Destaca-se neste âmbito o papel das irmandades, as quais surgiram atreladas a proibição dos africanos em participar de confrarias e devoções religiosas. O funcionamento das irmandades dependia das contribuições e pagamentos anuais dos/das irmão/irmãs. Como benefício eles recebiam auxílio em caso de doença, fome, prisão e nos atos funerários.

As celebrações religiosas realizadas pelas irmandades adotavam os símbolos e signos da cultura africana, assim, mantinham o espírito de festividade com elementos como tambores (FARIAS et al., 2006). Misturando os signos interpretados como profanos pela cidade branca com os rituais religiosos.

O imaginário negativo associado as celebrações africanas e negras decorriam da ruptura do ideal cristão, isto, pois, as festividades religiosas misturavam os elementos sagrados e profanos. Com isto, emerge a discussão sobre as proibições ou não das reuniões das confrarias dos africanos e negros. Ambas as propostas voltam para o controle social do corpo negro e

africano, visto que até mesmo a permissão destas confrarias relacionava a calmar os ânimos em relação a situação da escravidão (FARIAS et al., 2006).

A cidade negra recriava espaços sociais seguros, onde era possível vivenciar, mesmo que de modo precário, liberdade. Ao mesmo tempo também impulsionava novas formas de controle social. Como destacamos a suspeição generalizada exerce uma função central para o controle dos corpos negros na cidade negra. Com o fim da escravização e a consolidação do regime republicano, emergem novas formas de controle das cidades negras.

Há um reforço republicano por tentar controlar e disciplinar a cidade negra, atuando de forma a desmoralizar os seus signos. O código das posturas de 1830 proibia que os escravizados ficassem muito tempo no comércio, neste sentido, a postura de 1838 visava proibir o “ajuntamento de mais de quatro escravizados” e circulação de escravizados após 19h sem autorização escrita do senhor (CHALHOUB, 1988). A cidade senhorial evidenciada pelas posturas municipais correspondia a uma cidade que voltada para limitar o acesso dos cativos direcionado ao controle do corpo escravizado.

Chalhoub (1988) identifica os cortiços como símbolo da cidade negra. Isto, pois, a habitação coletiva era acessível para população liberta, escravizado e africano livre. Os cortiços expressam como espaço de resistência negra à escravização, logo, está atrelada a possibilidade de sobrevivência dos negros libertos, livres e escravizados distante da dominação do poder senhorial (WENCESLAU, 2017).

A revolta da vacina desempenhada contra as remoções dos cortiços representa o último fôlego da cidade negra clássica (CHALHOUB, 1996). Isto, pois, o cortiço representa – como já explicitado – símbolo da cidade negra por permitir a sobrevivência desta população na Corte. No projeto republicano de ruptura com o passado imperial, a perseguição aos símbolos e elementos da cidade negra é intensificada com a associação das moradias populares com espaços de classes perigosas.

O instrumento de suspeição generalizada foi utilizado a fim de controlar este espaço e as pessoas negras no período republicano. A identificação pela elite branca dos cortiços e das pessoas negras como perigo para o padrão de civilização que se pretendia alcançar (CHALHOUB, 1996). Assim, a remoção das moradias populares expressa a busca por construção de uma cidade branca e civilizada (CHALHOUB, 1988, 1996; WENCESLAU, 2017).

É fundamental destacar que este não o único signo de cidade negra, uma vez que partindo da experiência dos cortiços no período republicano na cidade do Rio de Janeiro emerge

outra(s) cidade(s) negra(s). A transformação dessa cidade negra que é diariamente atacada e ameaçada, constituída por vezes no próprio mecanismo de controle social da população negra.

### **2.3. Os cenários das cidades negras após abolição**

Os estudos da historiografia das cidades negras partem da experiência da construção desses espaços sociais no contexto histórico do fim da escravidão e nos espaços urbanos das cidades litorâneas. Destacando a concentração de pessoas negras, seja escravizada ou não, no espaço urbano como condições para a consolidação da cidade negra (CHALHOUB, 1998; 1990; FARIAS et al., 2006).

Chalhoub (1988; 1990) inaugurou o conceito de cidade negra, a partir, como descrito acima da resistência ao sistema escravocrata. Farias et al. (2006) compreendem a cidade negra como cidade atlântica, a qual se constituem a partir da reinvenção e reinterpretação dos elementos culturais e identidades dos povos africanos em diáspora. Ambos os estudos ressaltam a cidade negra formada no contexto histórico da escravização.

Buscando compreender a continuidade das cidades negras no período republicano com finalidade de dialogar com a produção literária da Carolina Maria de Jesus, a qual é o objeto de estudo central da presente dissertação. Propomos definir a cidade negra como agência da população negra em construir espaços sociais com a finalidade de vivenciar e reinventar as suas identidades e cultura. Os estudos historiográficos das cidades negras permitem pensar esta agência como caracterizadas pelos seguintes elementos: a solidariedade; espacialidade e resistência.

Na produção “Cenas e cenários da cidade negra”, Eneida Cunha (1999) apresenta aspectos da cidade negra pós abolição, a partir da ação da juventude negra em constituir um espaço de valorização dos elementos culturais e estéticos negros. Cunha (1999) destaca a dimensão dos espaços sociais da cidade negra vinculada a construções de identidades negras, indicando uma continuidade com a dimensão de cidades negras estudadas por Farias et al. (2006).

Cunha (1999) analisa o romance *Jubiabá*, de Jorge Armado, para destacar esta agência antirracista da juventude negra voltada para inversão dos valores culturais e estéticos. Na narrativa, o personagem negro Balduíno representa afirmação da beleza e da força plástica do corpo negro “em detalhes de formas e de circunstâncias racializadas, insistindo-se na

desconstrução, na inversão ou mesmo na reversão do valo negativo das imagens instituídas” (CUNHA, 1999, p. 4).

Ainda destaca o território do Centro Histórico de Salvador – especialmente Pelourinho, como o espaço de expressão da cidade negra na Bahia. O espaço do centro histórico é identificado como local de circulação da juventude negra baiana (CUNHA, 1999), evidenciando uma rede de sociabilidade da comunidade negra local. Neste cenário, a rede de sociabilidade é voltada para afirmação do orgulho negro – através da estética da juventude circulante neste espaço.

A cidade negra - apresentada por Cunha (1999) – constitui-se como rede de sociabilidade voltada a enfrentar elementos do racismo como o imaginário negativo atrelado a cultura e estética negra. Ademais, esta agência está vinculada as

imagens afirmativas, de beleza, de força, de sensualidade e de potência que alimentam o imaginário afro-baiano e fazem com que os jovens negros de hoje enfrentem a exclusão social e econômica e ao mesmo tempo conquistem, de cabeça erguida — o orgulho negro —, a centralidade na produção simbólica na Bahia contemporânea, protegidos por uma “armadura cultural” (CUNHA, 1999, p. 5)

A armadura cultural vivencia continuada do pertencimento à tradição negro-africana que por vezes emerge como locais de sobrevivência apesar da subordinação socioeconômica. Há, assim, continuidade da expressão da cidade negra como agência e movimento da população negra em construir e reconstruir suas identidades e espaços sociais.

Wenceslau (2017) destaca a continuidade da perseguição da cidade negra na Primeira República como na política estatal contemporânea, isto pois, ambas ações voltam para construção de uma cidade branca e civilizada. Exemplifica esta continuidade através dos ataques aos bailes funk como política de embranquecimento dos espaços (WENCESLAU, 2017). Assim, seria possível compreender os bailes funk como expressão da cidade negra contemporânea. Sendo este, um movimento de resistência ao controle estatal voltado contra os territórios negros.

O Pelourinho e a favela em ambas as pesquisas aparecem como espaços sociais da cidade negra. Destacando uma aproximação da expressão da cidade negra como os territórios negros. Inicialmente, o território negro aparece como elemento não constituído da cidade negra, visto que não se apresenta essencial para expressão da cidade negra.

Os espaços sociais nas cidades negras exercem, por vezes, a função de sociabilidade e solidariedade como discutimos na sessão anterior. Destaca-se especialmente por possuírem uma dimensão de proteção, onde torna-se possível vivenciar e recriar os elementos culturais. Tanto

o Pelourinho como os bailes funks exercem esta função, isto pois, são pontos de contanto de pessoas negras. Construindo e recriando identidades.

O Pelourinho compõe o centro histórico de Salvador, sendo “o território central numa rede de territórios negros, nessa cidade tão negra que é Salvador” (CUNHA, 1999, p. x). Apesar de o centro histórico não ser o local de residência das pessoas negras, há uma constante circulação da juventude negra. Neste espaço social, a juventude constrói um “conjunto de imagens identitárias que vêm atenuando – ou até invertendo – a hierarquia tradicional de valores estéticos e culturais” (CUNHA, 1999, p. 3). As identidades constituídas, nestes espaços, são plurais e não correspondendo uma comunidade e plenamente identificada ou coesa.

Nas intensas vozes negras que se fazem ouvir contemporaneamente, seja no Centro Histórico de Salvador, tornado base territorial de alianças e de uma afirmação identitária surpreendentemente expansiva, seja em outras territorializações da afirmação de grupos étnicos em outras cidades do mundo (CUNHA, 1999, p. 6)

Os sentidos das cidades negras após abolição podem ser compreendidos a partir do movimento de moradia como Stella Parteniani (2019). Em sua tese de doutorado, busca traçar a partir do olhar do movimento por luta por moradia da São Paulo cidade negra. Apresenta a definição de São Paulo como cidade negra, a partir da formação histórica da capital paulista. Destacando a continuidade das cidades negras no período republicano.

Ler São Paulo como cidade negra visa negar o imaginário da cidade como incolor e apresentar a importância da agência negra na construção e estruturação do espaço urbano (PARTENIANI, 2019). Resgatando os estudos de Raquel Ronik sobre a cidade de São Paulo, busca destacar como os territórios negros existentes na cidade estão vinculados com a mobilidade dos corpos negros. Apontando para além da presença negra na senzala, quilombo e nas ruas, a população negra formou e constituiu um sentido de espaço social em São Paulo.

A São Paulo cidade negra apresenta como marco a presença das mulheres negras no comércio e rememora o processo de escravização urbana (PARTENIANI, 2019). Como os estudos da historiografia identificam a formação da cidade negra nestes contextos. Apresentam as festividades entorno da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos como outro elemento de expressão da cidade negra, destacando como a presença negra na cidade não estava registrada os territórios negros ou a subordinação as autoridades. As festividades como elementos da própria construção da cidade negra São Paulo, a qual está atrelada aos registros de “rodas de samba, desfiles de cordões carnavalescos e pernadas de tirica e capoeira também aconteciam no centro da cidade. Caracteriza a vila de São Paulo como "os movimentos dos corpos negros" (PARTENIANI, 2019, p. 84). A disputas de sentidos e signos da cidade de São Paulo busca sobretudo evidenciar o movimento da população negra.

A Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era palco de congadas, batuques e moçambiques, bem como da comemoração do dia de São Benedito. Ao lado da igreja, um cemitério, onde os negros eram enterrados com cerimônias com músicas, cantos e tambores, com pilões de madeira socando a terra das covas (PARTENIANI, 2019, p. 84).

Compreendendo a continuidade da São Paulo cidade negra, observa como ocorreu o esforço estatal para direcionar a população negra para as zonas periféricas, utilizando as casas como elemento central para este processo de exclusão espacial (PARTENIANI, 2019). O processo de empurrar estes corpos negros para periferia como ferramenta de banimento racial e estabilização destes corpos, identifica a função dos conjuntos habitacionais em transmutar pessoas em populações, e sim, unificar e simplificar a experiência das pessoas negras em São Paulo (PARTENIANI, 2019).

Utilizando o conceito de negrópole de Alves (2014) para destacar a práxis espacial negra como processo de transformar a necrópolis. Caracteriza a São Paulo cidade negra como práticas espaciais de ocupação e disputa do centro. Independente da atuação estatal, as pessoas "impedidas de se colocar efetivamente nesses espaços seguem se colocando e brincando com os impedimentos históricos, criando seus caminhos e desconcertando as narrativas oficiais da (i)legibilidade"(PARTENIANI, 2019, p. 284). Destaca este processo de brincadeira com a busca de alfabetização nas comunidades como mecanismo de resistência/combate. "Ensinar a ler o jornal e não acreditar no jornal que lê" (PARTENIANI, 2019, p. 284).

#### **2.4. Cidade negra e cidadania: o que irei trabalhar?**

A agência negra expressa na cidade negra permite experimentar a cidadania pela população negra aquém do Estado. Visto que ações estatais buscam controlar os corpos escravizados a fim de os mantê-los fora da possibilidade de constituir uma liberdade, mesmo que simbólica. A dimensão da cidadania fora da dimensão estatal busca compreender os movimentos e disputas das pessoas negras em construir sentidos próprios de cidadania, os quais por vezes não são abarcados pelo Estado ou quando ocorre em uma redução das experiências compartilhadas.

Pensar a cidadania negra dentro dos limites estatais reforçam os elementos de controle social e redução das suas experiências. Stella Parteniani (2019) demonstra como os aparelhos estatais mesmo quando incorporam as demandas das cidades negras, visam estabilizar e, assim, o banimento racial.

O Estado opera de modo a simplificar a ordem social caótica e produzir como ilegíveis práticas sociais como legível. "As práticas estatais seriam, assim, apropriadas, reformuladas e colonizadas por outras formas de ideias legais ou jurídicas que seria, também, constitutiva do próprio Estado" (PARTENIANI, 2019, p. 234). Observa como a máquina estatal atua na produção de invisibilidade, exemplo disso, sem o documento a existência do indivíduo não concretizada perante o Estado.

A cidadania relativa das pessoas negras dentro dos aparelhos institucionais e governamentais. O direito e as instituições atuam para assegurar os "privilégios dos detentores do poder político e econômico como mantenedor dos privilégios raciais do branco em nossa sociedade" (BETÚLIO, 1989, p. 10). Construindo impedimentos para aquisição plena da cidadania com o fim da escravização. Apesar da Constituição de 1824, dispor apenas como requisitos o nascimento no país e pela condição de liberto para o reconhecimento da status de cidadão.

A condição de nascimento em solo nacional constituía uma barreira para o reconhecimento da cidadania das pessoas negras em diáspora, e mesmo, diante do cumprimento de todos os requisitos, as pessoas negras possuíam os seus direitos políticos restritos pelos padrões econômicos. "A regra constitucional era no sentido de vedar a integração política de escravizados e ex-escravizados" (SILVA, 2019, p. 44).

Mesmo com alterações das disposições constitucionais sobre o status de cidadania brasileira, na realidade prevalece a marginalização das pessoas negras. Permanência de uma cidadania relativa, sendo tratados "como se nenhum daqueles preceitos jurídicos que protegem o cidadão e as conquistas sociais que lhe dão conteúdo fossem-lhes aplicadas" (MOURA, 2021, p. 3).

Utilizo as cidades negras como categoria para repensar a construção de cidadania a partir dos movimentos e signos atribuídos por estas pessoas. A cidade como um espaço que abria diferentes possibilidades de busca pela liberdade seja pelos movimentos de ruptura brusca com o cativo pela negociação dos termos de subordinação (SILVA, 2019). Ambas as práticas produziam tremores no regime escravista e também constituem condições precárias da cidadania possível, logo que as pessoas negras ainda estavam inseridas em uma sociedade escravista (SILVA, 2019). Os movimentos rotineiros do cotidiano da cidade estavam atrelados a (auto)construção de direitos, por meio da disputa dos próprios sentidos de liberdade.

Lutar para adquirir a liberdade possível, conduzir formas próprias de comunicação, construção de família, de lazer e de religião, representadas negativamente numa sociedade racista, eram as sedições de todo dia. Eram, em suma, a reflexão e a prática dos direitos e das liberdades posta em movimento (SILVA, 2019, p. 47).

Compreendendo a cidade negra como movimento consciente ou não das pessoas negras de construir e reconstruir espaços sociais, a partir da reinvenção e releitura das suas identidades e elementos culturais em diáspora. Buscando traçar a leitura dos movimentos das pessoas negras como sujeito histórico, assim, dissociando a vida negra da dicotomia escravidão-resistência (MOURA, 1983). Como sujeito situado historicamente, permite compreender o dinamismo e articulação do negro desde a escravidão.

### 3. AS CIDADES NEGRAS NA ESCRITA DA CAROLINA MARIA DE JESUS

A produção literária da Carolina Maria Jesus permite compreender o processo de (re)invenção e de continuidade das cidades negras no pós-abolição. O livro *Diário de Bitita*, da Carolina Maria de Jesus, retrata a dinâmica da cidade de Sacramento, Minas Gerais, no início da Primeira República. A luz para as dinâmicas da cidade negra nas obras literárias de Carolina nos permite compreender o processo de autoconstrução da cidadania que iremos destrinchar no próximo capítulo.

Nesta secção, buscamos compreender a produção literária da Carolina Maria de Jesus, a partir da categoria de cidade negra. Centralizamos esta análise nos livros: *Diário de Bitita*, *Quarto de Despejo*, *Casa de Alvenaria v. 1* e *Casa Alvenaria v. 2*. Iniciando análise pela ordem cronológica a fim de compreender as diferentes formas de expressão da cidade negra nestes momentos históricos.

#### 3.1. Diário de Bitita

Mergulhamos em Sacramento, Minas Gerais, pós-abolição. Bitita irá nos conduzir pelas ruas da cidade do interior de Minas Gerais. A nossa narradora é uma criança negra de 4 anos de idade que observa e interpreta aquela dinâmica social racializada. Bitita, como era o apelido de Carolina Maria de Jesus na sua infância, é a primeira geração após a abolição. O seu avô veio ao Brasil na última remessa do tráfico negreiro. A proximidade com a escravidão permite Bitita compreender as dinâmicas sociais presentes em Sacramento.

Aqui, é importante destacar ao leitor que o *Diário de Bitita* não passa apenas em Sacramento. A segunda parte da obra narra o início da fase adulta da Carolina, marcado pela mudança constante de cidade. O trânsito motivado pela busca de melhores condições de vida, especialmente, pelo tratamento das feridas que surgiram em suas pernas. Esta segunda parte pouco contribui para refletir sobre as formas da cidade negra no início da Primeira República.

A ausência do retrato do cotidiano das cidades em decorrência das próprias mudanças constantes impõe obstáculos para compreender as agências e os movimentos das pessoas negras nos espaços sociais. Porém, a segunda parte é fundamental para compreender as dinâmicas trabalhistas racializadas nas cidades brasileiras. Como não contribui com o escopo dessa pesquisa não iremos aprofundar nesta segunda parte do livro.

A divisão do *Diário de Bitita* entre primeira e segunda parte foi realizado por mim, a partir da transição da infância para o início da vida adulta. Isso corresponde a uma interpretação dos dados da análise literária, sendo, assim, não foi realizada pelos editores do livro ou pela própria escritora.

Voltemos para o escopo dessa pesquisa.

A cidade de Sacramento é composta por uma zona rural e urbana, as quais são interligadas naturalmente pela própria economia local. A dimensão da cidade retratada no *Diário de Bitita* é a parcela urbana. Há apenas algumas referências às zonas rurais, as quais ocorrem justamente na identificação do aumento do movimento de trabalhadores na zona urbana aos sábados. Os sábados são dias especiais para a expressão da cidade negra de Sacramento. Justamente por representar os momentos de recriação dos elementos culturais dos povos africanos em diáspora.

Aos sábados, ocorriam os bailes. As festas correspondem tanto ao movimento de expressão dos elementos culturais da população negra como à construção de rede de sociabilidade. A centralidade dos bailes como espaço de sociabilidade partilhada é evidenciada pela própria vinda dos trabalhadores rurais, bem como agitação gerada entorno desses eventos.

O que me preocupava era o dia de sábado. Que agitação! Homens e mulheres preparando-se para irem ao baile. Será que o baile é indispensável na vida dos homens? Pedia a minha mãe para levar-me ao baile. Queria ver o que era baile, que deixava os negros ansiosos. Falavam no baile mais de cem vezes ao dia (JESUS, 2014, p. 15)

Os bailes são os momentos de sociabilidade presentes no cotidiano da cidade negra Sacramento. Construção de espaços sociais, onde eram possíveis o encontro das pessoas negras e cultivar e (re)criar os elementos culturais. Destaca-se o espaço de encontro tanto pela vinda dos trabalhadores rurais como pela agitação gerada entorno dos bailes. “Nos dias da semana, os trabalhadores desapareciam. Voltavam aos sábados para a cidade” (JESUS, 2014, p. 45). Os sábados correspondiam a quebra da rotina árdua de trabalho até mesmo para as cozinheiras com a possibilidade de frequentar os bailes (JESUS, 2014).

A agitação dos sábados permite compreender as redes de construção de sociabilidade em Sacramento após abolição. Há a construção de um espaço social que não deixa de ser controlado como tantas outras festividades, porém, ainda emerge como um local de experimentar e vivenciar os seus elementos culturais.

O reconhecimento de Sacramento como cidade negra parte da identificação dos movimentos da população negra que construíram redes de sociabilidade, identidade e solidariedade própria. Construindo modos de vida próprios, os quais não anulam a violência

racial que estão submetidas pelo Estado, porém, garante mecanismo de sobrevivência em uma sociedade estruturada pelo racismo como no Brasil.

As festividades eram marcadas pelos batuques, danças e pela pinga (JESUS, 2014). A cachaça associada a embriaguez e as brigas são apresentadas também como comum nestes espaços de sociabilidade. Os imaginários construídos entorno da cachaça revela a dimensão de controle do comportamento dos homens negros dentro e fora dos espaços sociais da cidade negra.

Eu observava as ações dos homens. Os pretos bebiam pinga à vontade. Quando nascia uma criança, eles bebiam porque estavam contentes. Mas aquela criança que nascia ia viver igual a eles quando crescesse. Quando eles estavam tristes, bebiam pinga. Mas o resultado de beber pinga era ficarem embriagados, brigarem, matarem uns aos outros, depois irem presos e apanhar dos soldados (JESUS, 2014, p. 55).

A pinga associada a embriaguez dos homens negros era utilizada como justificava para as prisões. “Se um branco cambaleava nas ruas diziam que era indisposição, mal-estar” (JESUS, 2014, p. 55). O álcool era motivação válida para prisão quando praticada pelos integrantes das cidades negras. A acusação de embriaguez está relacionada com o controle racial, visto que utilizada para associar o comportamento das pessoas negras, especialmente dos homens, como incivilizado e imoral (SILVA, 2019).

A pinga constitui um elemento característico das festividades da cidade negra, e, simultaneamente, é utilizada como ferramenta de controle. Dualidade representada pelo álcool retrata bem como mesmo constituindo espaços sociais próprios, ainda está presente a precariedade em decorrência do exercício estatal de controle social.

Há uma divisão entre os espaços de divertimento entre pessoas negras e brancas em Sacramento. “O que eu notava é que nas festas dos negros os brancos não iam” (JESUS, 2014, p. 27). A separação das festividades também se expressava pelas expressões culturais. Os batuques e danças marcantes nas festividades até mesmo religiosas das cidades negras não tinham espaços dentro das festas brancas, as quais buscam como referenciais as tradições europeias (FARIAS et al., 2006; JESUS, 2014).

As festividades presentes em Sacramento, que constituem a rede de sociabilidade da cidade negra, não se restringiam aos bailes aos sábados. O Carnaval e da festa junina também eram datas comemorativas que agitavam o cotidiano de Sacramento (JESUS, 2014). As celebrações de carnaval não são retratadas com detalhes. A única informação que temos é sobre a realização dos bailes nesta época.

As festas juninas marcavam pela reverência ao “santo Antonio, são João Batista e são Pedro” (JESUS, 2014, p. 27) e a ocorrência de bailes. Para as crianças, a festa de são João

significava comer batata-doce e beber quentão (JESUS, 2014). Os homens eram os responsáveis por construir as fogueiras como preparar o toldo para o baile (JESUS, 2014). Os eventos festivos são construídos coletivamente com cada integrante da cidade negra se articulando. Assim, correspondendo para além de um espaço de sociabilidade sendo também uma rede de solidariedade.

As comemorações de são Benedito eram destaques nos meses de maio em Sacramento. As pessoas negras saíam em procissão com a bandeira de são Benedito pelas ruas da cidade e pediam esmola (JESUS, 2014). Entravam nas casas das madames e recebiam o dinheiro, enquanto, elas pediam auxílio ao Santo. As celebrações eram também marcadas pela dança de congada pelas ruas.

Nas festividades de são Benedito em Sacramento, retrata as possibilidades de mobilidade e, conseqüentemente, um campo de negociação para a ocorrências dos divertimentos das pessoas negras. Todas as ruas e vielas da cidade faziam parte do trajeto da procissão, porém, isto não ocorria em embates. Os jovens brancos construía obstáculos para a passagem “dos negros que dançavam a congadas pelas ruas” (JESUS, 2014, p. 26).

No dia da festa, o Américo de Sousa, filho de rico, era alegre e jocoso. Para assustar os negros que dançavam a congada pelas ruas, ele levantava às três da manhã e fazia três cruces de cinzas no meio da ponte e viam as cruces, ficavam com medo pensando que era feitiço. O Ameriquinho, reunido com outros brancos, dava risadas. Mas, o José Santana, que era o galã da festa e tinham um terno de congada, pulava por cima das cruces de cinzas e era aclamado herói pelo povo. Depois que o Santana havia pulado por cima das cruces, o feitiço deveria ir para ele (JESUS, 2014, p. 26).

As celebrações de são Benedito corresponde a continuidade das procissões realizadas pelas irmandades religiosas, sendo uma continuidade das expressões das cidades negras clássicas. As procissões realizadas para os santos padroeiros mantiveram as tradições de pedir esmolas e cruzar as cidades com as imagens (FARIAS et al., 2006; JESUS, 2014). As festividades religiosas são expressas pelas danças, pelos tambores e coreografias (FARIAS et al., 2006). Como as celebrações realizadas nas irmandades, a festa de são Benedito corresponde a um momento de recriar laços e construir identidades.

Nessas cerimônias, quando a emoção parecia suplantar a devoção cristã, africanos e seus descendentes recriavam simbolicamente, em forma ritual, suas tradições culturais, fortalecendo na prática outros aspectos de identificação étnica (FARIAS et al., 2006, p. 114).

Como mecanismo de construção de identidade destaca-se a festividade de são Benedito como recriação cultural. Em Sacramento, como em diversas cidades brasileiras o cortejo religioso, é marcado pela presença do terno de congada. “Os grupos se apresentam em formação de cortejo real, incluem danças, cantos e são compostos predominantes por homens

e mulheres negros(as), que se reúnem para louvar seus santos de devoção” (MONTEIRO, 2016, p. 3). O terno de congada expressa a celebração dos santos católicos, a partir de elementos culturais que rememoram os povos africanos. Exemplificando o processo de reinvenção cultural e de identidades realizadas na diáspora.

Além das festividades, as leituras coletivas correspondem outras redes de sociabilidade e solidariedade da cidade negra de Sacramento. Os momentos das leituras correspondiam a espaços de trocas e compartilhamentos de visões de mundo. A grande parcela das pessoas negras, em Sacramento, era analfabeta em virtude da própria proibição de frequentar escolas (JESUS, 2014). As crianças negras foram aceitas no ensino básico apenas em 1925.

As leituras coletivas correspondiam a uma forma de transmitir conhecimento e informação. Ainda está atrelada com o imaginário do analfabetismo como sinal de atraso da população negra. Em vários momentos no *Diário de Bitita*, deparamos a oposição entre desenvolvimento e analfabetismo. Os obstáculos ao ensino são ferramentas de controle social, construindo impedimentos para o exercício pleno da cidadania. As leituras coletivas visavam ter como finalidade proporcionar esta ruptura. As leituras coletivas eram realizadas pelo Manoel Nogueira.

O senhor Manoel Nogueira passava o dia com os brancos porque era oficial de Justiça. E ao entardecer ele sentava-se na porta de sua casa, e lia o jornal *O Estado de São Paulo* para nós ouvirmos trechos que foram ditos pelo Rui Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivarem. Mas esse projeto não foi aprovado na Câmara (JESUS, 2014, p. 44).

Manoel representava também em Sacramento o processo de miscigenação. Filho de um homem branco com uma mulher negra, é visto naquela sociedade como mulato, sendo o homem negro ilustre da cidade (JESUS, 2014). Ele era visto como ilustre pela posição profissional como Oficial de Justiça e, conseqüentemente, prestígio entre as pessoas brancas. Manoel vivia nos dois mundos - branco e negro. Exercia o ofício cercado por pessoas brancas e quando retornava para casa estava na cidade negra, exercendo as suas leituras de jornais. Quando inicia as leituras do jornal toda a noite formava-se uma roda em seu entorno. Bitita e o seu avô estavam sempre presentes nestes espaços, discutindo sobre as políticas brasileiras e internacionais.

Além de construir estes espaços sociais de trocas, Manoel também agia contrapondo o imaginário de incapacidade das pessoas negras. Importante no processo de construção de identidades próprias e desassociadas dos estereótipos negativos. O fortalecimento exemplificado pelo estímulo ao ensino. Mesmo tais conselhos revelando, ainda associação do atraso com o alfabetismo também reconheci a capacidade das pessoas negras negadas.

Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição? Qual era o mal que os negros haviam feito aos portugueses? Por que é que eles nos odiavam, se os negros eram pobres e não podiam competir com eles em nada? Aquelas críticas eram complexos na mente do negro.

Mas havia o senhor Manoel Nogueira que encorajava os negros. Dizia:

- Senhor Benedito manda os seus filhos à escola. É bom saber ler. Vocês devem obedecer Rui Barbosa. Ele foi amigo de vocês. Como José Patrocínio, como Castro Alves. Escreveu um livro pedindo clemência para vocês, que foram arrebatados do seu berço, que é África (JESUS, 2014, p. 47).

Como as relações sociais estruturadas nas cidades negras possibilitam construir outras dimensões de identidades. Forjando identidades raciais como a de Manoel que ao mesmo tempo é lido, por Bitita, como um negro ilustre, enxerga o negro como o “outro”. Os integrantes das cidades negras não formam uma identidade única e estável. Alterando-se com o contexto inserido. As complexidades das relações construídas nesses espaços sociais também são evidenciadas na relação com os soldados.

O cenário das autoridades policiais no país está vinculado com o fim da escravização e a necessidade de controle das cidades negras. A baixa remuneração e a dedicação exclusiva foram elementos que afastaram os indivíduos de alto estrato social das corporações policiais (SILVA, 2019). Simultaneamente, o analfabetismo não constituiu uma barreira para o ingresso dos membros das cidades negras (SILVA, 2019). A farda também correspondia a uma proteção até mesmo no período final da escravização e atraía até mesmo escravizados fugidos.

O fato dos fugidos entenderem que se ocultar no meio de seus supostos perseguidores era uma boa estratégia nos remete novamente à ideia de onda negra e às tentativas dos negros de driblar a fixidez de lugares sociais que devia caracterizar uma sociedade escravista (SILVA, 2019, p. 107).

O contexto histórico da formação dos corpos policiais permite compreender a complexidade das relações dos soldados em Sacramento, os quais simultaneamente compõem e são responsáveis por controlar e disciplinar a cidade negra. “Como é horrroso suportar uma autoridade, imbecil, arbitrária, ignorante, indecente e, pior ainda, analfabeta” (JESUS, 2014, p. 92). O realce do analfabetismo dos policiais evidencia a continuidade do perfil racial dos integrantes das corporações desde o fim da escravização.

Apesar da continuidade da presença de pessoas negras, já se registrava em Sacramento a presença de soldados brancos (JESUS, 2014). Mantinha-se a finalidade das autoridades policiais: controlar a cidade negra. “Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos” (JESUS, 2014, p. 55). Independente do conflito ocorrido apenas pessoas negras eram detidas, mesmo que “muitas vezes o negro estava apenas olhando” (JESUS, 2014, p. 55). Os soldados negros podiam experienciar as suas autoridades apenas diante das pessoas negras (SILVA, 2019).

A relação da cidade negra com as autoridades policiais também era marcada pelos espaços de negociações, os quais não deixavam corresponder mecanismo de controle. Em Sacramento, isto era notável pela liberdade de circular cantando, bebendo e até brigando pela cidade nos domingos. As segundas voltavam a perseguição rotineira pelas ruas das cidades.

Era a lei que mandava. Um soldado era autoridade. E havia ordem na cidade. Aos domingos, os camaradas eram os donos da cidade. Tinham permissão de cantar, beber e até brigar. Mas, na segunda-feira, se os policiais encontrassem um camarada nas ruas, ele tinha que justificar-se de por que estava vadiando no dia que era destinado ao trabalho (JESUS, 2014, p. 55).

O controle exercido também no âmbito religioso. Enquanto, aos sábados era dia de baile, os domingos eram dia de missa, as quais eram obrigatórias frequentar. “Os pobres e pretos assistiam à missa das seis. As madames ricas e casadas assistiam à missa das oito. E as mocinhas assistiam à missa das dez, iam com os namorados” (JESUS, 2014, p. 103). Sacramento era uma sociedade majoritariamente católica com a presença pequena de espíritas. O domínio do catolicismo impôs institucionalmente a participação obrigatória nos rituais religiosos. Porém, na dinâmica da cidade negra, prevalecia o sincretismo religioso como espaços de reinvenção cultural dos povos em diáspora.

Outra figura central na narrativa de *Diário de Bitita* e da própria dinâmica da cidade negra é Benedito José da Silva, avô de Bitita. O seu avô é importante para aproximar Bitita dos relatos da escravização e do processo de abolição. “O meu avô era um vulto que saía da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o seu sinhô português” (JESUS, 2014, p. 60). O seu avô costumava reunir os netos para compartilhar as experiências do cativo e dos movimentos de resistências contra a escravização.

No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor de vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava dos Palmares, o famoso quilombo em que os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos (JESUS, 2014, p. 60-61).

A manutenção do contato com experiência da escravização parte tanto do reconhecimento das violências submetidas, bem como dos atos de resistências. A centralidade do avô de Bitita como forma de questionar a posição de pacificidade diante da escravização e benevolência da abolição. Construindo e compartilhando narrativas próprias.

O seu avô também era conhecido como Sócrates Africano em virtude da sua inteligência. Exercia papel central na dinâmica da cidade negra pela sua habilidade de rezar. A reza, junto com as romarias, era importante para nos períodos de seca. “Quando chovia, as mulheres reuniam-se, iam fazer romarias, rezar aos pés dos cruzeiros e molhavam as cruzes e pediam a Deus para mandar chuvas, acendiam velas” (JESUS, 2014, p. 59). Apesar da centralidade da institucionalização da religião católica, os integrantes da cidade negra

expressavam e construíam as próprias tradições religiosas, a partir da reinterpretação e até mesmo da incorporação.

A organização das romarias pelas mulheres evidencia a importância delas para a dinâmica social, as quais não estavam restritas aos espaços privados. Mas, constituem ativamente a rede de sociabilidade e solidariedade das cidades negras.

Voltando para o avô de Bitita, “Quem sabia rezar era tratado como deferência especial. Ele recebia convite para ir rezar nos locais distantes” (JESUS, 2014, p. 59). Os momentos das rezas também eram espaços de sociabilidade com a realização de confraternizações. As diversas solicitações de reza para Benedito José evidenciam a construção de espaços próprios nas cidades negras para o exercício da religiosidade, mesmo diante da forte influência do catolicismo na dinâmica social local.

O meu avô rezava o terço. Quem sabia rezar, era tratado como deferência especial. Ele recebia convites para ir rezar nos locais distantes. Depois do terço, nós bebíamos licor de abacaxi, e os comestíveis eram variados. Broa de fubá, biscoito de polvilho. Eu ficava vaidosa por ser a neta de um homem que sabia rezar o terço, convencida de que éramos importantes. Eu preferia o arroz-doce preparado com leite puro (JESUS, 2014, p. 59-60).

Como a própria figura do avô de Bitita, o Sócrates Africano, exemplifica, a religiosidade da cidade negra ocorre afastada dos centros institucionais, construindo espaços próprios e ritos para responder às suas demandas e necessidades. As romarias realizadas pelas mulheres na ausência da chuva também reforçam este mecanismo da cidade negra. O sincretismo é representado de forma mais evidente na figura da Maria Treme-Treme, uma mulher negra, que se comunicava com os santos. Esta personagem aparece quando a família de Bitita precisa encontrar o seu tio para ele despedir do pai que se encontrava doente.

A minha mãe foi procurar a dona Maria Treme-Treme, que dizia que tinha poderes sobrenaturais e conversava com os santos. Ela pediu uma toalha virgem, que ainda não fora usada, uma peneira nova e um maço de velas. Minha mãe comprou e entregou-lhe (JESUS, 2014, p. 109)

Depois do contato com Maria Treme-Treme, a família de Bitita recebeu uma carta do seu tio. Logo após o ocorrido ao seu avô faleceu. A reconstrução dos ritos religiosos são presentes em Sacramento na figura de José cego. “Ele era benzedor. Benzia as crianças que estavam com quebranto e as mulheres com dor de cabeça” (JESUS, 2014, p. 35). As religiosidades da cidade negra destacam-se pelos personagens que fazem a intermediação para a conexão com o deus, santos e espíritos.

O episódio evidencia a recriação e releitura dos elementos culturais dentro da cidade negra. A religião é compreendida e exercida de modo distinto dos qimpostos. Quando reforçamos, que a cidade negra impõe uma releitura e recriação cultural dos povos em diáspora,

é para destacar que a experiência do sequestro de África e a vida na América impõe adaptação e (re)adequação, construindo uma identidade cultural própria dos povos negros aqui presentes (FARIAS et al., 2006). Não corresponde unicamente ao resgate de tradições culturais dos povos africanos, mas em decorrência da própria pluralidade de identidade cultural de África, recria, reinterpreta e se constrói novas identidades em solo americano.

### 3.2. Quarto de despejo: diário de uma favelada

O livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi a primeira obra publicada de Carolina Maria de Jesus. O cenário da narrativa é a cidade de São Paulo nos anos de 1955 a 1960. A produção foi editada pelo jornalista Audálio Dantas a partir dos manuscritos da escritora.

Carolina registra no *Diário de Bitita* a sua mudança para cidade de São Paulo. Mudou para ir trabalhar de doméstica com uma professora. “Quando cheguei à capital, gostei da cidade, porque São Paulo é o eixo do Brasil. É a espinha dorsal” (JESUS, 2014, p. 205). Em *Quarto de despejo*, Carolina está residindo na favela do Canindé, as margens do Rio Tietê, com os três filhos: José Carlos, João José e Vera Lucia.

Compreender a categoria “cidade negra” dentro na narrativa do *Quarto de despejo* exige compreender as práticas de divertimento tanto no âmbito coletivo como as articulações particulares da Carolina Maria de Jesus para sobreviver e construir a sua identidade fora das dimensões das precariedades.

As construções coletivas no *Quarto de despejo* estão associadas as redes de solidariedade e sociabilidade, as quais possibilitavam enfrentar as condições de precariedade e construir identidades. Para Carolina Maria de Jesus (2007), “a única coisa que não existe na favela é solidariedade” (p. 16). A escritora não reconhece as redes de solidariedades construídas em decorrências dos conflitos constantes entre os próprios moradores e, conseqüentemente, violência. Por isso, recomenda: “quem vive na favela deve procurar isolar-se, viver só” (JESUS, 2007, p. 49).

Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir o meu barracão e maltratar meus filhos. Trabalhei apreensiva e agitada. A minha cabeça começou doer. Elas costumam esperar eu sair por vir no barracão expandir os meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão sosinhas e não podem defender-se (JESUS, 2007, p. 19).

Os conflitos e as violências são apresentados como parte da rotina no Canindé e demarcam a complexidade das relações construídas dentro da cidade negra. As redes de

solidariedades não são construções harmônicas. Defini as ajudas mútuas no enfrentamento da fome como atos solidários, os quais compõe as relações dos moradores do Canindé. “Quando eu estava preparando para fazer o jantar ouvi a voz da Juana que pediu-me alho. Dei-lhe 5 cabeças. Depois fui fazer o jantar e não tinha sal. Ela deu-me um pouco” (JESUS, 2007, p. 116). O compartilhamento dos alimentos compõe a esfera de solidariedade mesmo que as relações com a vizinhança sejam marcadas pelos conflitos.

As redes de solidariedade existentes no Canindé representam a complexidade das relações nos espaços sociais da cidade negra. O compartilhamento das vivências na favela e em outros espaços sociais não resultam automaticamente em uma relação harmônica entre os integrantes das cidades negras. Os sujeitos constroem vínculos de enfrentamento e, simultaneamente de disputa.

Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. (...) Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar. Não sei porque é que os favelados são tão nocivos (JESUS, 2007, p. 72).

Mesmo as fogueiras que marcam um momento de sociabilidade dentro do Canindé e marcado pelo conflito entorno da lenha. Exemplificando a complexidade das relações construídas. Evidenciar as rugas das relações construídas nesses espaços sociais é fundamental para não romantizar os próprios movimentos da cidade negra. Canindé é caracterizada pelo conflito, solidariedade e sociabilidade, sendo três dimensões constantes em toda narrativa do *Quarto de despejo*.

As redes de solidariedade possuem como centralidade o embate a fome. A fome representa a precariedade do cotidiano na favela. “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2007, p. 32). O acesso aos gêneros alimentícios é o principal obstáculo para a construção da própria dimensão de cidadania e identidade. “O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais” (JESUS, 2007, p. 112). A proximidade das condições de vida com os animais anula a humanidade, e conseqüentemente, constroem obstáculos para concretização da cidadania.

A precariedade decorrente da falta de alimentos força os moradores da favela a recorrer os lixos para alimentar-se (JESUS, 2007). A fome resulta no sentimento de suicídio. “Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima” (JESUS, 2007, p. 62). O suicídio é um sentimento presente no cotidiano da Carolina, e

relaciona-se com as dificuldades para manter as condições básicas de vida para si e para os seus filhos.

Em contrapartida, o alimento permite alcançar o *status* de “gente bem”. A permanência na precariedade atinge diretamente o imaginário e a percepção sobre a própria identidade. “Puis feijão no fogo. Quando eu lavava o feijão pensava: eu hoje estou parecendo gente bem – vou cozinhar feijão. Parece até um sonho!” (JESUS, 2007, p. 48). Ao alcançar o comum para os residentes da casa de alvenaria, (r)estabelece a sua dignidade.

É quatro horas. Eu já fiz o almoço – hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu tivesse assistindo um espetáculo deslumbrante (JESUS, 2007, p. 50)

Há um contraste entre o *status* de cidadania e de identidade dos moradores do Canindé com os residentes da casa de alvenaria. A alvenaria representa o lugar almejado, onde seria possível estar longe da precariedade cotidiana do Canindé. Logo, significa alcançar a cidadania plena, e conseqüentemente, correspondia a saída da marginalidade.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 2007, p. 55).

Carolina (2007) classifica a favela do Canindé como o quarto de despejo. Onde estão os marginalizados e despejados. “Eu classifico São Paulo: O Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2007, p. 32). Os contrastes entre favela e o centro resultam também no acesso dos residentes desses espaços.

Quando eu vou na cidade tenho impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas (JESUS, 2007, p. 85).

O *status* constante de precariedade representado pela fome encontra nas redes de solidariedade mecanismo de resistência. As articulações dessas redes pela Carolina Maria de Jesus incorporam os elementos e aspectos do centro como aliados. Incluem os moradores das casas de alvenaria, frigorífico e banca de jornais. A construção dessas redes além da favela decorre da circulação constante da Carolina por estes espaços.

As casas de alvenaria representam as residências presentes nas ruas de São Paulo, a qual distinguem dos barracões da favela. Dona Mariana e Dona Julita são personagens que compõem

a rede de solidariedade construída pela Carolina. Ambas personagens contribuem para o enfrentamento a fome. “Eu levantei e fui sentar perto da casa D. Mariana. E lhe pedir um pouco de café. Já habituei beber café na casa do Seu Lino. **Tudo que eu peço a eles emprestado, eles empresta.** Quando eu vou pagar, não recebem” (JESUS, 2007, p. 24) (grifo nosso). Os empréstimos geralmente referem aos alimentos como açúcar e gordura e, assim, permitem completar as refeições.

Eu fui na Dona Julita. Ela deu-me comida, eu esquentei e comi. Acabei de comer, fiquei triste. É que a comida de lá é muito forte. Sopa, carne e outras iguarias. Quando o pobre come uma comida forte, dá tontura (JESUS, 2007, p. 158).

Outro espaço era o frigorífico, a qual ao mesmo tempo evidencia as articulações da Carolina pela cidade como também a precariedade do acesso ao alimento. O frigorífico era onde adquiria ossos. As articulações construídas não eram isentas de conflitos. O próprio frigorífico jogava “creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer” (JESUS, 2007, p. 45). Marcando a complexidade entre as redes construídas, pois representava o espaço onde era possível conseguir alimento e ao mesmo tempo evidenciava o estado de precário.

Passei no Frigorífico para pegar os ossos. No início eles nos dava linguiça. Agora nos dá osso. Eu fico horrorizada vendo a paciência da mulher pobre que contenta com qualquer coisa.  
As crianças ficam contente porque ganham salchicha. (JESUS, 2007, p. 117)

Reconhecer as articulações desenhadas pela escritora para sobrevivência evidencia o estado de precariedade constante, bem como os obstáculos para construir neste cenário caminhos possíveis para cidadania.

Como o frigorífico correspondia junto com os moradores da casa de alvenaria, os movimentos solidários de enfrentamento da fome. Enquanto, a banca de jornal representava as condições de vínculos e de trocas sobre as experiências. “Passei na banca de jornal na Avenida Tiradentes e parei para conversar com uns senhores e com jornaleiros” (JESUS, 2007). Simultaneamente a banca de jornal era o ponto de descanso diante da circulação constante pela cidade. Descanso pelas relações construídas de ajuda em carregar os materiais coletados, bem como de leitura. “Parei na banca de jornais. Li que uma senhora e três filhos haviam suicidado por encontrar dificuldade de viver” (JESUS, 2007, p. 63).

Os movimentos solidários construídos coletivamente ou resultados de articulações individuais da Carolina correspondem a dimensão de sobrevivência, sendo, um embate constante ao estado de precariedade. Enquanto, a dimensão de sociabilidade não possui como ponto de partida a precariedade, mas sim a construção de identidade e espaços culturais.

As sociabilidades construídas dentro das cidades negras ocorrem atreladas aos espaços de divertimentos, os quais estão presentes também na dinâmica da favela do Canindé. Os

divertimentos são construções próprias dos moradores da favela e ocorrem simultaneamente em diferentes ruas. “Na rua ‘A’ tem baile” (JESUS, 2007, p. 75) e simultaneamente ocorria o campeonato de corrida das mulheres.

Os bailes são caracterizados pela batucada improvisada pelos moradores. “Hoje ninguém vai dormir porque os favelados que não trabalham já estão começando a fazer batucada. Lata, frigideira, panelas, tudo serve para acompanhar o cantar desafinado dos notívagos” (JESUS, 2007, p. 48). Os sábados eram os dias tradicionais de baile pela favela. “Tem pessoas que aos sábados” (JESUS, 2007, p. 56). As festividades evidenciam as diferenças culturais entre os paulistas e os nortistas residentes.

Os nortistas são os imigrantes da região nordeste do país. Apesar do termo derivar da região Norte, há apenas registros de moradores originários do Nordeste como dos estados de Pernambuco e da Bahia. Prossegurei utilizando os nortistas como referência aos nordestinos presentes no cotidiano do Canindé.

As identidades dos nortistas reconstruídas no Canindé. Construídas especialmente nos bailes marcada pela presença da vitrola. “O senhor Alfredo fez um baile. Está tocando vitrola. Dança só os nortistas porque os paulistas aborreceram de ouvir e dançar *Pisa na fulô*” (JESUS, 2007, p. 74). O núcleo de festividade dos nortistas possibilitam a manutenção e (re)invenção das tradições culturais, bem como revelam como as distrações são ferramentas de construção de identidades.

As distrações são atravessadas por conflitos, destacando as complexidades das relações sociais construídas na cidade negra. Os bailes dos nortistas exemplificam os conflitos presentes nos espaços de divertimentos, os quais também impulsionam a construção de identidades. Os espaços sociais da cidade negra constroem identidade e cultura múltiplas. Compreender as multiplicidade e individualidades presentes no Canindé é fundamental para fugir da romantização entorno dos movimentos da cidade negra.

Quando eu ia deitar ouvir rumores que na rua A, os baianos estavam brigando. Fui ver. É que o Sergio havia feito outro. E estavam dançando com a porta fechada. E a mulher do Chó foi dançar no baile dos nortistas. Mas ela dançava só com os bonitinhos. E um pernambucano convidou-lhe para dançar com ele. Ela não quis dançar com ele. O Pernambucano quando se viu preterido enfureceu-se (JESUS, 2007, p. 76).

As festividades eram marcadas, por vezes, por conflitos. Compreensão dos conflitos, até mesmo espaço de divertimentos, é fundamental para destacar as complexidades das relações construídas. Como Carolina destaca ao longo da narrativa residência na favela também era caracterizada pela precariedade, porém, as articulações realizadas pelos moradores propiciavam a construção de espaços de divertimento. Onde as identidades dos moradores são construídas.

As festas não estão restritas ao baile. As celebrações com batucadas compõem os rituais de sepultamento e alguns rituais religiosos. “Morreu um menino aqui na favela. O sepultamento foi as 9 horas. Os negros que iam acompanhar o extinto alugaram um caminhão e levaram violão, pandeiro e pinga” (JESUS, 2007, p. 189). Construção e reinvenção de maneiras próprias de conduzir o ritual de sepultamento. As misturas e reinterpretções de celebrações abrangeram também a religião como abordaremos a seguir.

Todo ano ocorriam as fogueiras na favela. O momento do ano onde as pessoas negras reuniam ao entorno da fogueira. Para as crianças tinham batata doce e para os adultos o quentão (JESUS, 2007). As fogueiras eram também construções coletivas dos moradores, construindo redes de sociabilidades. Utilizo sociabilidade no plural para evidenciar as multiplicidades presentes nas festividades presente no Canindé. A diversidade resulta, por vezes, em espaços de disputas entre os moradores. Existiam conflitos pelas lenhas. “Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. (...) Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar” (JESUS, 2007, p. 72).

A diversidade das distrações inclui aos tipos. Até o momento centralizamos na categoria de festividade como redes de sociabilidade, porém, estas não são as únicas formas. O esporte compõe estes espaços, especialmente, a corrida e o futebol. O Rubro Negro é a organização esportiva organizada pelos moradores do Canindé, sendo o principal polo de construção de redes de sociabilidade esportiva.

Aqui na favela tem um quadro de foot-bal – O Rubro Negro. As camisas são pretas e vermelhas. O fundador é o Almir Castilho. O quadro não é conhecido pelo publico, mas já está conhecido pela policia. A dois anos atrás, o quadro foi jogar na Penha e brigaram com o quadro adversário e a briga transformou-se em conflito (JESUS, 2007, p. 64).

A equipe disputava campeonato com diferentes times de outras favelas da cidade de São Paulo e também organizavam disputa de corridas. As competições de corridas eram divididas entre homens e mulheres. Junto com a competição também ocorriam o baile e fogueiras. Os espaços esportivos possibilitavam o fortalecimento de sociabilidade. Distrações importantes no ambiente de precariedade, possibilitando a construção de identidade.

Hoje a noite vai ter corrida aqui na favela. A corrida é promovida pelo Rubro Negro. Tipo corrida São Silvestre. Compraram pinga para fazer quentão. Quentão para os adultos e batata doce para as crianças. Fizeram uma fogueira. Puzeram 4 luzes na praça. Estou guardando a corrida para ver quem vai vencer. Para o primeiro colocado o premio é um medalha, e uma garrafa de vinho e doce para o segundo. E para o ultimo ovo podres e uma vela. O trajeto é da favela até a igreja do Pari (JESUS, 2007, p. 75).

As sociabilidades foram construídas entornos da religiosidade. Destacando a presença tanto de cultos evangélicos como de missas católicas. Ambos estes espaços de sociabilidade possuem o caráter de moralidade direcionada para disciplinar e guiar os moradores. Os espaços religiosos aparecem como construções externas e, assim, aparecem com ambientes voltados para o ensinamento de comportamento dos favelados.

Cai a tarde lentamente. Já estão chegando os crentes, com seus instrumentos musicais para louvar Deus. Aqui na favela tem um barracão na rua B onde os crentes vem rezar três vezes por semana. (...) Mesmo sendo insultados eles não desanimam. Aconselha os favelados para não roubar, não beber e amar ao próximo como a si mesmo (JESUS, 2007, p. 90)

Demarcando as construções de sociabilidade alheio a realidade da população local. Especialmente, a figura do Frei Luiz representa a instituição católica, a qual visitava o Canindé, buscando catequizar as crianças (JESUS, 2007). A presença do catolicismo forte em disciplinar e orientar os moradores, construindo para além das missas outros espaços de sociabilidades.

De manhã teve miss. O padre disse para nós não beber, porque o homem que bebe não sabe o que faz. Que devemos beber limonada e água. Varias pessoas veio assistir a missa. Ele disse que sente prazer de estar entre nós.

Mas se o padre residisse entre nós, havia de expressar de outra forma (JESUS, 2007, p. 144).

Até mesmo os espaços de divertimento construídos pelas instituições possuíam o caráter de ensinamento. Os cinemas eram a principal representação desses espaços construídos pela Igreja Católica. Quando o telão era levado para o Canindé eram para passar o desenho bíblicos para as crianças (JESUS, 2007).

O encerramento da catequese era marcado pela realização da procissão pela favela. As procissões organizadas pela Igreja Católica finalizavam com batuque. Caracterizando a mistura dos elementos religiosos com as festividades mundanas. “A favela hoje está em festa. Vai ter uma procissão. Os padres enviaram uma imagem de Nossa Senhora. Quem quer, a imagem permanece 15 dias em cada barracão. Hoje estão rezando o terço na praça. A procissão vai até o ponto do bonde” (JESUS, 2007, p. 128). Resultando na construção e recriação de formas de celebrações próprias a partir da incorporação dos ritos católicos. Forjando elementos culturais e identidades próprias.

Em meio das tradições religiosas católicas, constituem-se novas formas de celebrações. “Dizem que vai ter baile por causa do batizado da menina da Leila. Estão cantando e bebendo” (JESUS, 2007, p. 120). As sociabilidades são os movimentos de encontro e divertimentos que coincidem com atos de liberdade. Liberdade como a possibilidade de viver e construir a identidade fora do marcador da precariedade.

Além da Igreja Católica, outras instituições faziam presente no Canindé como o serviço de Saúde do Estado. O departamento montava o cinema para exibir filmes educativos sobre a doença de caramujo (JESUS, 2007). Porém, as orientações não vinham juntas com soluções para prevenir a transmissão da doença e nem com a deficiência da água. “Ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço de Saude do Estado disse que agua da lagoa transmite as doenças do caramujo. Vieram nos revelar o que ignoravamos. Mas não soluciona a deficiência da agua” (JESUS, 2007, p. 80). Evidenciando a ausência estatal no Canindé.

A Rádio Patrulha representa o papel de polícia exercida pelo Estado no Canindé. Os policiais faziam presentes apenas quando acionados para intervir em algum conflito. Caracterizando um espaço ignorado pelas autoridades (JESUS, 2007). A ausência estatal exige movimentos e articulações dos moradores para sobrevivência em espaço de abandono. As articulações envolvem as mediações dos atos de violência entre os moradores.

(...) Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou-me:  
 - Você ainda mora na favela?  
 - Porque?  
 - Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz.  
 - É o dinheiro que não sobra para a aguardente (JESUS, 2007, p. 37)

Carolina, em vários momentos, exercia a função de mediadora de conflitos. “Se fazem bailes eu não compareço porque não gosto de dançar. Só interfiro-me nas brigas onde prevejo um crime” (JESUS, 2007, p. 39). Como os conflitos fazem parte das dinâmicas das relações construídas, as formas de combate também compõem os movimentos de solidariedade construídos.

O Ramiro ficou zangando porque eu fui a favor do senhor Binidito. Tentei concertar os fios. Enquanto eu tentava concertar o fio o Ramiro queria expandir o Binidito que estava alcoolizado e não podia parar de pé. Estava inconciente. (...)  
 Enquanto eu pretendia concertar a luza o Ramiro dizia?  
 - Liga a luz, liga a luz sinão eu te quebro a cara.  
 O fio não para ligar a luza. Precisava emenda-lo. Sou leiga na eletricidade. Mandei chamar o senhor Alfredo, que é o atual encarregado da luz (JESUS, 2007, p. 33).

Transcrevi o trecho acima para destacar o posicionamento da Carolina nas relações e nos conflitos do Canindé. Ao mesmo tempo que a escritora escolhe pelo isolamento, também interfere nos conflitos. A postura de mediadora tanto na pacificação dos conflitos como busca acionar a Rádio Patrulha. “Se eu guardasse todo o dinheiro que já gastei telefonando para a Radio Patrulha, eu podia comprar um quilo de carne” (JESUS, 2007, p. 112).

Carolina utiliza o imaginário do favelado como violento para proteger-se enquanto cruza a cidade de São Paulo. “Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temido” (JESUS, 2007, p. 84). A violência atribuída ao favelado corresponde ao manuseio do conceito de classe perigosa, incorporado

para controlar os integrantes da cidade negra ainda no período final da escravização. O resgate do imaginário popular como proteção corresponde também uma articulação e disputa de sentidos de identidade.

Corresponde a uma disputa de identidade, pois a incorporação do favelado como violento é, simultaneamente, o reconhecimento do imaginário negativo e a sua incorporação quando a convém. O manuseio do estereotipo como proteção perpassa pela sua negação, resultando na disputa dos sentidos da identidade do favelado para mover-se pela cidade de São Paulo.

As identidades construídas nos espaços sociais da cidade negra não são apenas positivas. Faz parte do campo da negociação e das articulações de sobrevivência brincar com os sentidos de atribuídos pelas autoridades. A violência também corresponde mecanismo de proteção, bem como demarcam as complexidades das redes construídas. Carolina destaca-se também em relação ao imaginário das mulheres negras.

- Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta.
- E você não é preta?
- Eu sou. Mas queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas (JESUS, 2007, p. 136)

A menção dos imaginários negativos entorno das mulheres negras e dos favelados também ocorre atrelado ao movimento de questionar as identidades atribuídas. O questionamento e construção de identidades também partem do movimento da valorização dos traços físicos.

- Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:
- É pena você ser preta.
- Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo negro mais iducado do que o cabelo branco. Porque o cabelo preto onde põe, fica. E o cabelo branco, é só dar um movimento na cabeça dele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2007, p. 65).

A construção das identidades como disputa atrela-se a recusa das atribuições negativas. Negação mais direta e imediata diante do questionamento da sua capacidade. A incorporação dos elementos negativos quando convém, especialmente, nos momentos de proteção não é uma contradição. Mas, correspondem as articulações de sobrevivência.

O status de despejado constante era driblado pelos espaços de divertimentos construídos coletivamente ou individualmente. Carolina articula e constrói espaços onde pôde vivenciar sua identidade fora da dimensão de precariedade. As distrações eram: cantar, dança e a escrita.

Toda manhã a escritora escutava rádio e dançava com os seus filhos. “O dia vinha surgindo quando eu deixei o leito. A vera despertou e cantou. E convidou-me para cantar.

Cantamos. O João e o José Carlos tomaram parte” (JESUS, 2007, p. 38). As pequenas articulações como a música permite a reconstrução de novos espaços, onde a identidade e a experiência não sejam pautadas na precariedade. Articulações não anulam o cenário precário a volta, porém, permite construir novos espaços e disputas. O cotidiano para além de uma busca incessante de acesso aos direitos.

A escrita compõe os espaços de divertimento da cidade negra e faz parte do cotidiano da Carolina Maria de Jesus. “Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2007, p. 22). Tanto a leitura como a escrita aparecem com o ideal da Carolina (JESUS, 2007). Ambos possibilitam a fuga da realidade.

Deixei o leite para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2007, p. 60)

O ato de escrita da Carolina constitui a (re)construção de identidade e da realidade. (Re) construção da realidade não se traduz no apagamento do seu contexto social, mas, essencialmente na denúncia. A categoria escrevivência permite compreender o processo de (re)invenção da identidade dos escritos das mulheres negra. O conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo (2020, 2005)

se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (EVARISTO, 2020, p. 31).

A escrevivência é a inserção no mundo que o desconsidera. Parte do incômodo, da denúncia do estado das coisas. Inicia a escrita da sua experiência como mulher negra, a partir da qual inventa e (re)constrói o seu espaço. A escrita correspondia a “ficcionalizava somente a partir do desejo, inventava para escapar daquilo me era interdito” (EVARISTO, 2020, p. 25).

A dimensão de refúgio da escrita pelas construções de espaços imaginários, os quais também denuncia do estado de precariedade. “As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários” (JESUS, 2007, p. 61). Os castelos representam, no *Quarto de despejo*, o acesso as condições dignas de moradias. Condições existentes apenas fora da favela.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferente da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma (JESUS, 2007, p. 85).

O refúgio no ato da escrita para Conceição de Evaristo (2020) corresponde ao ato de “procurar outras formas de aguentar, de suportar a realidade” (p. 34). A escrevivência está

atrelado ao “profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência” (EVARISTO, 2020, p. 35). Como absorção resultante no processo de autoinserção no mundo.

A autoinserção não é mero ato individual das escritoras negras, mas estão influenciadas pela coletividade. A reflexão e os incômodos da realidade partem da experiência compartilhada como pessoa negra em um país escravista. A compreensão e a interpretação do mundo, da Carolina, estão conectadas com a construção coletiva da identidade negra. “Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações” (JESUS, 2007, p. 71). Constroem a subjetividade do branco como o dominador do mundo, o qual apenas brinca com a condição de precariedade destinada as pessoas negras.

Carolina reflete a partir da dimensão racial. Questiona e disputa os sentidos da identidade negra como ocorre quando incorpora os signos negativos do favelado e da negra escandalosa como proteção. A escrita favorece a construção de espaços e reinvenção da identidade coletiva e individual.

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (EVARISTO, 2020, p. 38).

As contradições e as complexidades, cercam a relação da Carolina com os seus vizinhos e até as disputas do sentido de identidade negra, constituem a representação de um corpo literário negro vivo. Corpo construído no meio das contradições e dos conflitos. Não ocorre uma simples fuga dos estereótipos, mas a construção da sua subjetividade a partir da humanização.

A escrevivência permite a auto-representação das mulheres negras como “um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido” (EVARISTO, 2003, p. 6). Corresponde ao movimento de dupla condição como mulher e negra em uma sociedade que a inferioriza e nega a sua humanidade. A escrita compõe as articulações e os movimentos integrantes da cidade negra retratada no *Quarto de despejo*.

Seja nas articulações individuais seja nas coletivas constroem espaços sociais, onde é possível amenizar as precariedades que as cercam. Resultando na autoconstrução coletiva ou individual de espaços de cidadania, marcado especialmente pelas distrações. O batuque presente nas festividades religiosas ou laicas compõem os espaços de identidades negras forjados pela experiência da diáspora.

### **3..3. Casa de alvenaria: Osasco e Santana**

A presente dissertação mergulhou na trajetória da Carolina Maria de Jesus a partir da análise dos seus diários publicados. Nesta sessão escolhi abordar juntamente os resultados da análise literária dos livros *Casa de Alvenaria: Osasco e Casa de Alvenaria: Santana.*, pois ambas as produções retratam o ingresso da Carolina na sala de visita após a publicação do seu primeiro livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Após o lançamento de *Quarto de despejo* em setembro de 1960, a escritora muda-se para Osasco. Mudança conturbada, saiu do Canindé abaixo de pedradas. O livro não foi bem recebido pelos seus vizinhos, sendo acusada de ter contado mentiras sobre o cotidiano e dos moradores da favela.

A Leila que envelhece mas é sempre infantil agitou-se, pegou uma pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a direção com receio de atingir os olhos de Vera e do José Carlos que já estava ferido com as pedradas. Que confusão. Eu não sei de onde surgiu tantas pessoas para presenciar a minha partida (JESUS, 2021, p. 29).

A narrativa da *Casa de Alvenaria: Osasco* inicia com o registro da mudança. Carolina muda-se primeiro para um quartinho na casa do amigo. Depois aluga a sua casa de alvenaria em Osasco. A saída do Canindé não teve apoio do Audálio Dantas. “Fiquei triste porque o Audálio não estava presente, pensei: sera que ele não queria eu mudasse da favela?” (JESUS, 2021, p. 31).

Audálio foi o editor do livro *Quarto de despejo*. Eles se conheceram quando Dantas o fazia uma reportagem sobre a inauguração do playground nas mediações da favela do Canindé. Carolina apresentou os registros dos seus diários ao jornalista que iniciou uma série de publicação dos trechos no jornal Cruzeiro. Resultando na publicação do *Quarto de despejo* em 1960. No livro *Casa de Alvenaria*, o repórter e editor do *Quarto de despejo*, é um personagem central. “Ele é enigmático, gosta de ser bajulado, mas eu é que não vou bajula-lo. Ele auxiliou-me porisso eu tenho que ficar por baixo dele igual as raízes no solo” (JESUS, 2021, p. 31). Por vezes, assume a postura de mentor da escritora e em outros a de carrasco.

Com a mudança para Santana, Carolina apresenta a intensificação dos seus conflitos com o Audálio seja pelo controle financeiro exercido por ele seja controle da sua produção literária. A escritora possuía receio em escrever sobre a burguesia. Além disso, não valorizava a literatura de diário. Carolina visa dedicar aos romances, porém, era teleguiada (JESUS, 2021b).

Citei-lhes que estou com medo de escrever o Diário da vida atual.  
O Audálio diz que não dêvo temer. Mas, há vários tipos de profissão que posso exercer. Estava com a cabeça confusa. Citei-lhes que na favela eu fui apedrejada. Se

escrever citando o que acho horroroso na sociedade posso tomar um tiro (JESUS, 2021b, p. 226).

Após a publicação do *Quarto de despejo*, a escritora encontrou pouco apoio do editor, especialmente para a saída do Canindé. Carolina desejava residir no interior após o lançamento do primeiro livro, porém, Audálio fez a comprar uma casa na cidade. A relação com o editor piorou ao longo da escrita do livro de *Casa de alvenaria*. A escritora não tinha controle dos lucros do seu livro dependia da liberação da livraria para realizar qualquer negócio, o qual era sempre intermediário pelo jornalista.

O cenário de *Casa de Alvenaria* é a sala de visita. “Agora, eu estou na sala de visita, o lugar que eu ambicionava viver, sai da favela na hora que as aflições iam avolumando-se. Vamos ver como é que vai ser a minha vida aqui na sala de visita” (JESUS, 2021, p. 32). Ultrapassa os limites territoriais das cidades de Osasco e São Paulo. Carolina ingressa na sala de visita de diferentes cidades brasileiras.

Os compromissos de divulgação do livro fizeram a Carolina viajasse constantemente do Sul ao Nordeste no primeiro ano de lançamento da obra. “Não tenho tempo para escrever o meu Diário devido os convites que venho recebendo de varias cidades do interior para autografar livros” (JESUS, 2021, p. 52). Viagens onde encontravam e visitam os espaços sociais da elite brasileira.

Cercada pelos políticos, reportagens e intelectuais negros. Carolina na sala de visita fica em um sentimento de dentro-fora. “Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita. Uma sala que estou procurando um lugar para sentar” (JESUS, 2021, p. 94). Falta de habito na sala de visita reflete na compreensão dos comportamentos da elite brasileira. “Fiquei horrorizada vendo como é que a classe rica dissipa. Elas compram carne comem um pedacinho e jogam o resto fora” (JESUS, 2021, p. 119).

O desconforto era recíproco. “Eu não tenho complexo, mas, quando estou entre os brancos tenho a impressão que eles detestam a minha presença, ou talvez seja, a não estar habituada com estas damas, que não sabem o que é ter fome” (JESUS, 2021, p. 139). O desconforto gerado pela denúncia aos comportamentos da burguesia e por relembra-los da existência das mazelas sociais.

Eu tinha impressão que havia saído de um planeta favela para o planeta asfaltado com carros e olhares de admiração com o relato do meu livro que os pobres favelados comem o que encontra nas latas de lixo percebi que a minha presença desagradava as damas de renomes do país (JESUS, 2021, p. 169)

Na sala de visita, os seus comportamentos são vigiados e controlados. Simultaneamente, isso a sua presença gera desconforto. A experiência da escritora no hotel Copacabana Palace,

em uma de suas visitas para o Rio de Janeiro, exemplifica como o seu comportamento e dos seus filhos eram condenados na sala de visita. Recomendações direcionadas até mesmo a sua maternidade. Carolina destaca como a vida na sala de visita rodeada por recomendações confusa.

- A senhora não pode estudar e escrever com estes meninos. Cuidado com os espelhos! Não deixe a torneira aberta!  
Pensei: meu Deus do céu! Para viver aqui, com tantas recomendações, eu vou ficar louca! Vou voltar pra São Paulo a-pé – Comecei arranjar as roupas na mala. Preparei os filhos e sai do hotel chorando. Não tinha dinheiro para pagar condução (JESUS, 2021, p. 174).

Com a mudança para Santana, o estado de dentro-fora é intensificado. Os vizinhos deixavam evidente o descontentamento com a presença da Carolina e dos seus filhos no bairro. A escritora registra episódios em que o José Carlos foi espancado pelos vizinhos (JESUS, 2021b). As agressões estavam relacionadas com ascensão financeira da escrita. Havia uma repulsa da ideia de enriquecimento de uma mulher negra, especialmente, vinda da favela.

A escrita reaparece nestes espaços como reinvidicação da sua humanidade desatrelada as inúmeras funções e representações como escritora favelada. O papel reconhece e orgulha. O campo de escrita fortalece a representação positiva e produção de outros signos e símbolos como escritora preta da favela. Escrever também corresponde ao campo de disputa de sentidos.

Eu não tenho complexo de cor porque eu gosto de ser preta. Se Deus enviasse-se branca, crêio que ficava revoltada. Quando lêio nos jornaes: Carolina Maria de Jesus a preta da favela fico contente. Favela é o lugar dos pobres. É a mangedoura da atualidade. Cristo nasceu numa manjedoura. Se renascesce seria numa favela. O recanto dos que não podem acompanhar o custo de vida (JESUS, 2021, p. 152).

Escrever demarca as complexidades da sua existência, a qual perpassa pela favela e a raça, porém, reivindica diferentes camadas da sua humanidade. Tensiona na escrita as suas complexidades como mulher negra, mãe e escritora. Os campos interseccionais definem a sua forma de interação com mundo, especialmente, agora na sala de visita.

Apresentado o contexto da narrativa da *Casa de Alvenaria: Osasco*, antes de mergulhar para as mobilizações e os aspectos de cidades negras presente no livro é importante destacar pelas constantes viagens poucas informações temos sobre os espaços sociais das pessoas negras em Osasco e até mesmo de São Paulo.

Mergulharemos nos espaços sociais construídos na sala de visita por diferentes cidades brasileiras, conseqüentemente, demarca a ruptura com a territorialidade fixa presente nas análises de *Quarto de despejo* e *Diário de Bitita*. Entramos nos movimentos e articulações da escritora construídos em espaços “movéis”, conectando-se com as redes em diaspórica e do

Atlântico negro. Os espaços construídos nestes fluxos, nos quais as cidades negras expressam com articulações ainda pautadas na sociabilidade e solidariedade.

Na interação com os intelectuais negros, registra a construção de espaços sociais de socialidade negra na sala de visita. Representados pelo Teatro Experimental Negro, baile dos pretos e Club 220. Todos caracterizavam-se pela presença de intelectuais negros presentes tanto nas capitais brasileiras e nas cidades do interior paulista. Há poucos registros entorno das construções e das dinâmicas dessas redes de sociabilidade construídas na sala de visita.

Os bailes buscavam a construção de imaginário positivo da identidade negra. Nas festividades negras na sala de visita, a identidade positiva estava atrelada com a construção de espaços de sociabilidade entre as pessoas negras “ilustres” como pela valorização da beleza negra com a realização de concursos. Carolina rememora a sua experiência no Club Renascença (associação cultural afro-brasileira).

No Club Renascença a festa estava animada. As pretas do Rio estavam bem vestidas. Eu fiquei na hala esquerda, com as mulheres que davam cartões para autografa-los. Os jornalista estavam presentes conversando com o Audálio, é a primeira vez que ele aparece em publico no Rio. A festa iniciou-e com o desfile de modas para concurso. Foi classificado quatro modêlos (JESUS, 2021, p. 133).

Articulavam redes de sociabilidade e divertimento, as quais eram conscientemente construídos espaços de reivindicação de lutas sociais entorno da não integração social do negro. O Teatro experimental e o Club 220 destacam-se neste viés de luta política com as articulações além das dimensões de distrações presentes na favela do Canindé.

O Club 220 era uma agremiação da comunidade negra paulistana. Destacando a construção de microcomunidades nos espaços sociais da sala de visita. O Teatro Experimental Negro (TEN) busca articular a reinvenção da identidade cultural da população negras brasileira por meio da arte e da educação. O TEN criado em 1944 na cidade do Rio de Janeiro, sob coordenação do Abdias do Nascimento. O grupo teatral foi responsável por instaurar “o processo de revisão de conceitos e atitudes visando à libertação espiritual e social da comunidade afro-brasileira” (NASCIMENTO, 2004, p. 223).

As articulações do Teatro Experimental forjavam a construção da identidade negra em uma sociedade pautada no terror racial. Movimentação que englobava proximidade com África através da reinvenção cultural, constituindo um fluxo de trocas próprias do atlântico negro. Como exemplifica a peça teatral *Filhos de santo*.

Em 1948, José de Morais Pinho escreveu para o TEN *Filhos de santo*, peça ambientada na sua cidade do Recife. O texto entrelaça questões de misticismo e exploradores de Xangô (o candomblé da região) com a história de trabalhadores grevistas perseguidos pela polícia. Paixão mórbida de um branco pela negra Lindalva, que se torna tuberculosa pelo trabalho na fábrica. Sério, bem construído, *Filhos de santo* subiu à cena no Teatro Regina (Rio de Janeiro, 1949) (NASCIMENTO, 2004, p. 217).

A presença requisitada da escritora nestes espaços está associada aos símbolos e significados articulados entorno da Carolina como representante da ascensão da população negra. Carolina representava a possibilidade de enfrentar o complexo do negro (JESUS, 2021).

O Dr. Barboza Mello disse-me que eu não posso recusar os convites dos pretos para as festas, porque eles não de dizer que fiquei orgulhosa. A minha presença estimularia o preto a desenvolver-se na vida, com a minha presença eles não de despertar ambição. Que bom para o país quando o povo for culto, porque quem é culto, é dinâmico ... E o preto precisa ser estimulado para ir perdendo o complexo (JESUS, 2021, p. 131).

São secundários os registros da escritora nos espaços negros. Após o lançamento, a presença da Carolina é mais comum nos espaços brancos. Onde o desconforto por estar na sala de visita é mais latente. “Não sei se sou eu que sou desconfiada, mas as pessoas que me olham com desprezo, parece que não estão contentes com o meu modo de viver” (JESUS, 2021, p. 142). Recorrente justamente pela inadequação e o estado de dentro-fora.

Ainda na sala de visita articula espaços de solidariedade e afeto. Construção de solidariedade pautada nas relações tanto na vizinhança da casa de alvenaria tanto nos demais espaços da sala de visita.

A relação com a vizinhança era conturbada. Os vizinhos reclamavam do comportamento dos seus filhos. Sempre buscando vigiar e controlar sua maternidade. Questionada sempre sobre a viabilidade de internar as crianças para que houvesse mais liberdade para as viagens. O controle da maternidade da Carolina sempre ressoa a partir da continuidade dos comportamentos “favelados” na sala de visita.

Quando cheguei em São Paulo, fui tomar um ônibus para ir para Osasco. Os filhos estavam em completo abandono e queixou-me que o vizinho dos fundos expandiu-os porque eles pularam o muro. É que o vizinho é imprecante. Eles não atinge o muro do vizinho. O homem xingou os meus filho disse-lhes que nós somos vagabundos que estamos habituados a comer coisas do lixo (JESUS, 2021, p. 61).

Ainda influenciada pelo olhar da escritora negra rica como uma contradição. Marcando os olhares de rejeição da presença da Carolina na posição de sucesso financeiro na sala de visita. Caracterizando o sentimento de inadequação e (não) lugar dentro da sala de visita.

Saimos de manhã. Tenho dó de deixar os meus filhos sosinhos, porque o Juvenal expanda-os, e ele é forte está com quinze anos, ele não conforma que o negro deve ter dinheiro. Eu ganho dinheiro com os livros, tem pessoas no Brasil que tem pavôr de ler, eu dei exemplo (JESUS, 2021, p. 138).

Nestes cenários em que se encontra em um estado de dentro-fora constrói vínculos de afetos e solidariedade, os quais perpassam até mesmo pela sua maternidade. Dona Rosa representa a figura de afetos e laços solidários construídos na sala de visita, relembrando as articulações construídas nas cidades negras.

Dona Rosa é professora em Osasco e a responsável por levar a Vera (filha da escritora) para a escola todos os dias. Graças a sua colaboração foi possível que a Vera seguisse estudando após a mudança do Canindé. A importância do afeto construído com a professora é evidenciada se recordarmos da relevância do estudo para Carolina. A educação da escritora é fundamental para formar o caráter, e em diversos momentos destaca como aprender é um passo essencial para torna-se uma pessoa culta.

A articulação com a Dona Rosa destaca-se ainda porque os outros filhos não conseguiram seguir estudando. Os custos das passagens inviabilizavam a ida do João para escola. Este episódio também revela como a mudança para Osasco foi apressada. “Estou com dó dos meus filhos, que não estão frequentando escolas, eu queria ficar na favela até o fim do ano, para eles estudar e ver se passavam de ano” (JESUS, 2021, p. 142).

Dona Rosa representava a construção de uma rede de afeto. Afetividade articulada na irmandade constituída para além da contribuição com a educação da Vera. Compartilhavam a experiência e a vivência na sala de visita. Dona Rosa era companhia até mesmo no compromisso de divulgação do livro. Representavam um olhar conhecido e “aconchego” nestes espaços onde relembra que não pertencia.

Tomamos o ônibus s Dona Rosa é iducada. Eu gosto dela. Fomos conversando (...). A Dona Rosa aconselhou-me para ser prudente com a minha vida atual. Concordei com ela. O que eu sei dizer é que estou igual São Lourenço na grêlha. Em todas as direções encontro confusões (JESUS, 2021, p. 113).

Essa nova vida da Carolina ainda gera outros conflitos entorno da profissão como escritora. O reconhecimento do mundo literário veio atrelado de uma rotina agitada de convites de viagens por políticos e jornalistas em diferentes cantos do país. Vida agitada que interfere na sua escrita e leitura.

Eu pensava que escrever era cerviço leve – Enganei. É pior do que catar papel e trabalhar na lavoura. Eu tenho que ir nas festas televisão, cuidar dos filhos, ler, e escrever o Diário. Ganho muito dinheiro. Estou vivendo como gente bem (JESUS, 2021, p. 99).

Como escritora Carolina alcançou a vida sonhada na sala de visita. Alcançou parcialmente os direitos interditados e construídos dentro dos espaços imaginativos da escrita. Porém, isso ocorreu no espaço de conflitos e confrontos. “A minha vida está confusa. Eu não tenho tempo para ler, e eu tenho tantos livros” (JESUS, 2021, p. 88). Simultaneamente, aumentou a sua coleção e acesso aos livros, a rotina de compromissos impõe obstáculos para lê-los.

A escrita e a leitura correspondem a espaços de construção da identidade. Onde reivindica a sua complexidade como (re)construção da sua humanidade. A importância da

escrita no cotidiano da Carolina revela-se na irritação provocada pela dificuldade de seguir com este hábito.

Preciosidade de escrever e ler é uma constante nos diários da Carolina seja os aspectos de fuga com a construção de espaços imaginativos onde reivindica espaços e direitos interditados. “O meu sonho era residir nos palácios porque sou vaidosa. Esta vaidade vem da infância. Quando eu lia os livros de histórias” (JESUS, 2021, p. 143). Aspecto presentes no *Diário de Bitita e Quarto de despejo*.

Identidade construída como escritora negada pelos críticos literários. Negavam a capacidade da Carolina escrever o *Quarto de despejo*. Carolina identifica o processo de articulação para reconhecer-se como escritora passou pela audácia. Enfrentou dúvidas acerca da capacidade de uma mulher negra poder ser escritora.

Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia. Eu tenho dois anos de grupo. Mas se eu sei escrever iguala o doutor eu procuro competir com doutor. Conte as dificuldades que encontrei para editar o meu livro, que enviei o meu livro para os Estados Unidos para ver a possibilidade de ser impresso lá (JESUS, 2021, p. 109).

Críticas giravam entorno da sua busca pelo “melhor dizer” (EVARISTO; JESUS, 2021). Carolina buscava se aproximar dos clássicos na escrita. Lugar negado pelos críticos, os quais visavam construir a identidade da escritora como negra favelada e neste espaço a complexidade da sua escrita era criticado.

Alguns críticos dizem que sou pernostica quando escrevo – os filhos abluiram-se – sera que o preconceito existe até na literatura? O negro não tem o direito de pronunciar o clássico?  
Quando eu era empregada domestica as patrões despedia-me porque eu falava o clássico, e continuo falando. Ressolvi não ligar com o que falam de minha pessoa (JESUS, 2021, p. 69)

Escrever constitui o espaço onde a sua identidade não se pauta no lugar de marginalização. Busca com o “melhor dizer” dialogar com os clássicos com os doutores. Carolina articula a sua identidade fora da falta de acesso à educação. Nega na sua forma de escrita aos direitos interditados, mas, busca formar-se como doutora no dizer.

A audácia é a articulação de novas formas de entender e conectar com o mundo ao seu entorno. Aqui a audácia compreendi como articulação da escritora para construir um espaço e sua identidade. Construção da espacialidade pelo fluxo contínuo da escrita e da leitura.

Carolina reconhece como audácia a escrita e a busca incessante para publicar o seu primeiro livro. Já se enxergava como escritora antes mesmo de qualquer reconhecimento do mundo literário. Mesmo diante da negação constante do seu reconhecimento como escritora, Carolina reivindica na sua escrita a posição de poetisa.

Eu disse-lhe que o meu sonho era escrever, suplicava os editores para publicar os meus livros. Eles recusavam e diziam que eu devia escrever no papel igienico. Eu [\*\*\*] depôis entrestecia porque meu sonho é escrever.

Eu gosto imensamente de livros, agora estão concretizando o meu desejo (JESUS, 2021, p. 82).

Os registros dos seus poemas nos diários exemplificam as articulações da escritora para destacar a complexidade da sua escrita, a qual em vários momentos foi colocada como mera representante da miséria das favelas brasileiras. A complexidade e humanidade construídas pela escrita destacam-se pela a sua ânsia pela publicação da sua antologia.

A construção da sua identidade como poetisa e escritora se dá justamente no campo do conflito com a sala de visita. Audálio representa estes conflitos entorno da construção da identidade de Carolina como escritora. Enquanto, a escritora deseja que a sua próxima publicação fosse os poemas. O jornalista indica a urgência da Carolina continua escrevendo o seu diário sobre a nova vida na casa de alvenaria.

A audácia aparece novamente aqui. Nos eventos de divulgação do *Quarto de despejo*, sempre recitava sua poesia “Noiva de maio”. Articulando a construção da sua identidade para além do diário. Carolina nas pequenas articulações constrói a sua imagem como poetisa e destaca a complexidade da sua escrita anulada no processo de edição do quarto de despejo.

Voltando para escrita como construção de espaços sociais. Os diários são as respostas. Canaliza ao escrever e reformula os sentimentos acerca do mundo que o cerca. Seja no *Quarto de despejo* seja *Casa de alvenaria*. Registravam no diário as respostas aos injustos raciais. Construindo com a escrita também a imagem positiva sobre a sua identidade racial.

Acessando o espaço da sala de visita a escrita assume ainda mais a dimensão de resposta e construção de espaços. A escrita na sala de visita pautada no lugar de dentro-fora. Constroem um olhar de privilegio sobre os comportamentos e as dinâmicas das relações dentro da sala de visita, justamente, por não pertencer a este espaço.

O processo de escrita e leitura detalhado no *Casa de Alvenaria* revela a dimensão da escrevivência na produção literária da Carolina. A articulação por meio da escrita de novos espaços e de recriação da identidade. Escrever como as articulações da cidade negra na construção de espacialidade, as quais não partem exclusivamente da construção física de espaços, mas do fluxo de reinvenção de identidades e da cultura.

#### 4. AUDÁCIA: CIDADANIA AUTOCONSTRUÍDA

Iniciamos o estudo sobre o direito autoconstruído por meio da pesquisa desenvolvida por Adriana Nogueira Lima (2019) sobre o bairro de Saramandaia, situado na cidade de Salvador, Bahia. Saramandaia é um território popular, constituído através da ocupação e articulação dos moradores pelo direito à moradia. Centralizada na experiência dos moradores, ela conceitua o direito autoconstruído conectando ao direito à cidade.

O direito autoconstruído surge das relações sociais estabelecidas, e possui como característica a autonomia dos indivíduos, marcando a dimensão de “auto”. O direito autoconstruído materializa-se pela praxe popular, ou seja, está relacionado com a realidade concreta dos moradores. Vínculo estreito do direito autoconstruído com práticas cotidianas, resulta na sua flexibilidade, pois conforme as situações e os interesses postos podem assumir uma forma distinta.

Adriana Nogueira (2019) exemplifica e conceitua o direito autoconstruído, a partir de três momentos, os quais coincidem com os momentos de luta pela moradia dos moradores de Saramandaia. O ponto inicial da análise é a casa. Onde centraliza-se na invisibilidade do direito autoconstruído como mecanismo de proteção.

Dimensionando para as articulações entorno da construção da casa, as quais evidenciam a configuração do direito autoconstruído. Estabelecendo formas e acordos próprios entre os moradores, os quais se materializa através de acordos entorno das delimitações do terreno e do próprio direito da laje. Direitos consolidados, majoritariamente, pela oralidade. Através dos quais o princípio da necessidade e a solidariedade guiam as relações estabelecidos entre os vizinhos.

Os outros momentos e dimensões analisadas, na articulação dos moradores de Saramandaia, são o bairro e a fronteira. As formas do direito autoconstruídos estabelecem-se por vias de acordos e práticas cotidianas direcionada para a construção de Saramandaia como bairro. Focalizando no bairro são estabelecidas as relações voltadas para acordos e termos construção de espaços de sociabilidades.

A fronteira é o ponto de intersecção entre as dinâmicas sociais de Saramandaia com os diferentes agentes e instituições da cidade de Salvador. Constitui-se uma conexão tencionada pelo controle e pela tolerância. O espaço fronteiro caracterizado pela oscilação entre o estado “estar-fora” e pertencimento. Constitui uma barreira do direito oficial e das instituições, as quais podem usufruir desses estados híbridos como mecanismo de reserva.

As formas do direito autoconstruído no espaço fronteiriço é demarcado pela visibilidade. Aqui os movimentos e articulações dos moradores de Saramandaia descadeira em processo de criação de direito em contato com o direito oficial e com as instituições.

Nas dimensões de bairro e fronteira, torna-se mais evidente os aspectos de interconexão entre o direito oficial e o direito autoconstruído (LIMA, 2019), os quais também são presentes no momento de invisibilidade no espaço da casa. Onde a interconexão parece como mecanismo de validação no direito da laje, visto que recorrem os aspectos do direito oficial para fortalecimento dos argumentos entorno da concessão da abertura da janela (LIMA, 2019). Aqui a validação apresenta-se na esfera argumentativa para proteção dos interesses em conflitos como privacidade e ventilação (moradia digna).

A interconexão entre o direito oficial e o autoconstruído também é perceptível no reconhecimento dos documentos elaborados como comprovação de moradia pela Associação de moradores, bem como tais documentos ressignificam os termos e procedimentos do direito oficial (LIMA, 2019).

O direito autoconstruído é apresentado pela autora em diferentes momentos, os quais não são necessariamente lineares. Inicia-se com uma exemplificação da materialização do direito autoconstruído por meio das relações cotidianas, a qual visa assegurar as necessidades e tem como estratégia esconder as suas práticas marginalizadas. Guiando o estabelecimento de acordos tácitos ou verbais, os quais constituem direitos estabelecidos, especialmente, nas dimensões das casas e do bairro.

Na fronteira, o direito autoconstruído interage com o direito oficial, objetivando a visibilidade como estratégia de sentidos de direito à cidade. Neste momento o contato com os órgãos e as instituições estatais são mais constantes e guiam-se pela necessidade de direito à cidade, a qual tenciona entre outras coisas a presença de serviços públicos como creche. Caracteriza-se a dimensão da fronteira como o espaço de contato entre os moradores com outras entidades fora do espaço do bairro, seja pela articulação pelo direito à moradia com outras comunidades populares, seja pelo contato com os órgãos públicos.

O caminho investigativo e o de conceituação do direito autoconstruído apresentam uma íntima relação com o direito à cidade. Marcado pelas articulações dos territórios populares em formar acordos próprios, os quais se baseiam no princípio da necessidade e apresentam diferentes interações com o direito oficial. Apesar não se centralizar como o ponto de partida similar da presente pesquisa, a dimensão de direito autoconstruído, desenvolvido por Adriana Lima (2019), impulsiona caminhos para refletir acerca das práticas cotidianas voltada para construir cidadania.

Adriana Lima (2019) adverte sobre a apropriação do conceito de direito autoconstruído. Não corresponde uma categoria abstrata e possui delimitação. Atenta-se para a elaboração do direito autoconstruído como fruto de uma articulação e movimentação própria de um contexto social. Logo, a incorporação desses dependem da similaridade entre as mobilizações dos moradores de Saramandaia e dos espaços sociais analisados.

O diálogo entre a presente investigação e o conceito de direito autoconstruído, elaborado pela Adriana Lima (2019), é possível por meio dos pontos de intersecção. Nogueira (2019) como vimos parte da experiência de Saramandaia para discorrer sobre o direito autoconstruído, centralizando-se na experiência compartilhada entre os moradores como o ponto de construção dessa categoria. Busco, nesta pesquisa, compreender os movimentos e articulações realizadas nos espaços sociais das cidades negras para a construção de cidadania. A interconexão é latente no reconhecimento das práticas cotidianas como mecanismo de criação de direitos nestes espaços sociais.

Como a experiência dos moradores de Saramandaia, o conceito de cidade negra nos permite compreender as articulações e movimentos das pessoas para atender as suas necessidades, possuindo um ponto de partida a solidariedade e a sociabilidade. No cotidiano de Saramandaia, a construção de direito dá-se atrelada ao processo de solidariedade e cumplicidade. Seja no espaço de Saramandaia seja na cidade negra, a rede de solidariedade tencionada entre os indivíduos não ocorre sem conflitos e disputas.

A experiência dos moradores de Saramandaia permite conceituar o direito autoconstruído, bem como compreender as convergências para o direito à cidade (LIMA, 2019). A autora atenta para a relação do direito autoconstruído com o direito à cidade, porém, não o reduz a este aspecto. O percurso investigativo buscou tencionar os acordos formais e informais, aspectos que constituem o direito autoconstruído. Aqui atenta-se para configuração desse direito como expressão do cotidiano.

O direito autoconstruído é definido como:

É “auto”, uma vez que ocorre num processo de autonomia do sujeito coletivo de direito, como proposto por Chauí (2000). É “construído”, pois se estabelece por meio das relações sociais travadas entre os moradores no processo de construção da casa, do beco, da rua, em um contexto assimétrico de acesso à cidade (LIMA, 2019, p. 258)

Recorremos a produção de Mirela Chauí (2000) para destrinchar o aspecto de “auto”. O conceito de “auto” construído como referência ao sujeito autônomo, o qual não está subordinado e constrói as suas próprias normas e acordos. Compreensão do sujeito coletivo atenta-se para a criação e articulação de acordos próprios são estabelecidos em conjunto. Correspondem ao espaço coletivo como configuração de acordos explícitos ou não que buscam

atender as necessidades postas. Marcado pelos conflitos justamente por tencionarem as necessidades individuais e coletivas. O conceito de “auto” de Chauí (2000) pode ser resumido como:

A palavra autônomo vem do grego: autos (eu mesmo, si mesmo) e nomos (lei, norma, regra). Aquele que tem o poder para dar a si mesmo a lei, a norma, a regra é autônomo e goza de autonomia ou liberdade. Autonomia significa autodeterminação. Quem não tem a capacidade racional para a autonomia é heterônomo. Heterônomo vem do grego: hetero (outro) e nomos; receber de um outro a lei, a norma ou a regra (CHAUÍ, 2000, p. 566).

Presente trecho também utilizado por Nogueira Lima (2019) para explicar o que pretende mobilizar com a utilização do sufixo “auto” na elaboração do conceito de direito autoconstruído. Aqui evidencia o aspecto de uma criação de direito próprio e voltado pra atender as demandas locais. O direito criado não parte da relação com o direito oficial, mas da autonomia dos sujeitos coletivos em tecer as suas próprias regras. Isso não corresponde em ignorar as interconexões entre o direito criado e o direito oficial, porém, prevalece na primeira autodeterminação dos sujeitos coletivos.

O direito autoconstruído é classificado como flexível, recíproco e atrelado entre forma e substância (LIMA, 2019). A flexibilidade como permeabilidade dos termos é pautada na solidariedade. Enquanto, a reciprocidade entre os vizinhos (solidariedade) que "reflete um compromisso constituído socialmente por meio de múltiplas interações cotidianas que permitem a reprodução da vida em um contexto de precariedade e escassez" (LIMA, 2019, p. 259). O ratio popular guia o estabelecimento das condições e dos termos do direito autoconstruído, sendo atrelada a uma necessidade.

Essa ratio popular que guia os parâmetros do Direito Autoconstruído é fruto de uma experiência social mais ampliada, ou melhor, de múltiplas experiências individuais e coletivas, constituídas através do estabelecimento de uma relação porosa com a cidade, que condensa presente, passado e expectativas futuras (LIMA, 2019, p. 260).

O direito autoconstruído decorre das práticas cotidianas tencionada em relação a cidade. Estabelece-se por uma relação direta e imediata do cenário de marginalização compartilhada. "Os moradores impulsionados pela necessidade, foram obrigados a estabelecer mecanismos coletivos para superar a negação da prestação de serviços pelo Estado e criar uma condição mais favorável de habitabilidade" (LIMA, 2019, p. 116).

O direito autoconstruído não atua buscando legitimidade perante ao direito oficial. Apesar de manter uma interconexão com este. Visa sobretudo atender as demandas e as necessidades dos indivíduos naquele território. O direito autoconstruído é atrelado as relações estabelecidas e experiências partilhadas em territórios populares. Territórios construídos, a partir da invenção e articulação dos próprios residentes.

O conceito de direito autoconstruído distancia-se da categoria cidade negra devido a sua relação com a dimensão de território. A cidade negra corresponde as articulações e movimentos das pessoas negras em construção de identidades e elementos culturais, as quais não necessariamente convergem na experiência partilhada em um limite territorial.

A cidade negra não é estática e constitui-se por meio das práticas cotidianas das pessoas negras em reinventar espaços, identidades e cultura. Correspondem como o direito autoconstruído em um espaço marcado pela indiferença estatal. Indiferença expressa tanto na ausência como na hiper vigilância (LIMA, 2019). A cidade negra articula tanto com práticas de liberdade como alimenta mecanismo de controle social (FARIAS et al., 2006; SILVA, 2019; CHALHOUB, 1990). Caracterizando um processo de indiferença do Estado.

A noção de território fixo na cidade negra é substituída pela compreensão da construção de espaços sociais, os quais mantidos pelas relações e vínculos entre os indivíduos. Em alguns momentos, o território surge como elemento como é o caso do cortiço e *casas de zungu*. Espaços sociais construídos a partir das práticas cotidianas.

A construção e reconfiguração dos espaços sociais visam atender as necessidades dos integrantes da cidade negra. Compreende-se como um fluxo, o qual assume dimensão e sentido distintos nas práticas cotidianas. Através dessa atribuição de sentidos partilhados. Mesmo constituindo a cidade negra como um fluxo de construção de espaços sociais, esta estabelece uma relação de porosidade com a cidade.

A noção de porosidade usada por Adriana Lima (2019) para classificar a relação do direito autoconstruído e dos próprios moradores de Saramandaia com a cidade. A porosidade é acionada para evidenciar a complexidade de uma relação marcada pelo conflito entre pertencimento e “estar fora”. A relação oscilante entre hiper vigilância e ausência. Os movimentos e articulações da cidade negra estabelecem uma relação conflituosa com a cidade.

A cidade negra (re)cria e incorpora atividades com os distintos espaços sociais. Aproxima-se da experiência de criação de direito dos moradores de Saramandaia, os quais articulavam a construção de espaços de sociabilidade. Adriana Nogueira Lima (2019) relaciona, a partir da produção de Mello e Vogel (1983), a criação de espaços de sociabilidade com a noção de cidadania.

Mello e Vogel (1983) compreendem, a partir da experiência dos moradores de Catumbi, bairro popular da cidade do Rio de Janeiro, a construção de ritos de sociabilidade e regras mutáveis de ocupação do espaço social (MELLO; VOGEL, 1983). Através do qual é possível constituir cidadania.

O espaço é uma dimensão social, sendo “constituída por ele, e constitutiva dele, ao mesmo tempo” (MELLO; VOGEL, 1983, p. 7). No processo de reconfiguração e construção do espaço, os indivíduos atribuem valores e regras, as quais guiam a configuração de uma cidadania. Aqui a cidadania compreendida como resultado da prática cotidiana compartilhada. Os autores compreendem a cidadania atrelada aos espaços sociais, e não como mero efeito de uma atribuição jurídica.

Negociar as apropriações diferenciais dos espaços faz parte da pedagogia da rua, no Catumbi. O caráter sintético das regras, nesse domínio, o constitui como eixo fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da auto-pertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações, das quais o espaço e seus modos de apropriação fazem parte (MELLO, VOGEL, 1983, p 13).

Dialogando com a compreensão de cidadania de Mello e Vogel (1983), Adriana Lima (2019) discorre sobre a configuração e construção de espaços de lazeres entre os moradores de Saramandaia. Colaborando a formulação de uma cidadania resultante das práticas cotidianas compartilhadas entre os moradores, as quais aproximam-se da dimensão de sociabilidade presente na cidade negra. Permitindo tensionar, a partir das construções desses espaços sociais, a construção da cidadania como ponto de partida as distrações. Dando indícios para pensar os sentidos de cidadania, a partir da chave conceitual do direito autoconstruído.

Destacando aqui as práticas cotidianas que dão forma a cidadania nestes espaços sociais. O direito autoconstruído conceituado na chave dos movimentos e articulações dos moradores de Saramandaia, assim, possuem forte relação com as práticas cotidianas desse território. Sugerimos refletir sobre a cidadania autoconstruída dentro do espaço social das cidades negras, reconhecimento as limitações dessa aproximação. Visto que as cidades negras não partem da articulação de indivíduos de um território determinado, porém, ainda se constituem como práticas cotidianas em decorrência das experiências comuns em determinado espaço social.

Acreditamos em uma ponte de interconexão ente o conceito de direito autoconstruído com as cidades negras, as quais propicia repensar a cidadania a partir da chave do direito autoconstruído e da cidade negra. Aqui trabalhamos com categorias complementares. O direito autoconstruído é uma chave de conexão para pensar e analisar os movimentos em prol de uma cidadania autoconstruída.

Incorporação a definição de “auto” e “construído”, utilizados por Adriana Lima (2019), para definir o direito autoconstruído. Logo, trabalhei com a dimensão de autodeterminação dos sujeitos coletivos em construir nas práticas cotidianas sentidos e noção de cidadania. A autonomia dos sujeitos em construir a cidadania como processo, constitui-se da criação de espaços sociais articulados pela experiência de marginalização compartilhada.

#### **4.1. Audácia como caminho da cidadania autoconstruída na literatura da Carolina Maria de Jesus**

O ponto de partida para compreender os sentidos e construção dentro da produção literária da Carolina Maria de Jesus os espaços de sociabilidade. Centralizei inicialmente nos movimentos coletivos presentes entorno da construção de cidades negras, os quais impulsionam autodeterminação desses indivíduos.

Compreendi as cidades negras imersa na obra da Carolina como na criação de rede de sociabilidade e solidariedade. Demarquei como ferramenta de autodeterminação desses sujeitos, a partir da construção e reinvenção de identidade e cultura. Logo, irei aprofundar acerca das distrações como caminho para criação de uma cidadania.

Utilizo a categoria distração como ponto de referência aos movimentos de festividade e outros pontos de divertimentos, os quais são construídas a partir e para a cidade negra. Resultam da articulação dos próprios integrantes da cidade negra, correspondendo ao processo de autodeterminação.

Apropriei-me do termo distração em referência a própria escrita da Carolina Maria de Jesus (2007). A escritora utiliza distrações para se referir aos bailes realizados na favela do Canindé. Nos bailes, são recriadas identidades e elementos culturais, que correspondem a construção de um espaço próprio.

A rede de solidariedade também corresponde as práticas cotidianas, as quais impulsionam discutir o processo de formação da cidadania. Aqui a cidadania constituída por meio dos processos de conquistas de direitos interditados. Importante atentar-se como as práticas cotidianas presentes nas cidades negras resultam de um processo de precarização da vida das pessoas negras em uma sociedade racista. Partem da experiência do terror racial como já discutido. Atentar-se para isso é fundamental para evitar romantização acerca das articulações presentes nas cidades negras.

##### *4.1.1. Cidadania: (em) construção nas distrações*

Compreendo que o processo de construção da cidadania está atrelado à autodeterminação dos sujeitos coletivos, os quais são construídos por meio de práticas cotidianas das distrações com a criação de espaços próprios de lazer. Destrincharei a seguir articulações entorno da autodeterminação construída na rede de sociabilidade na produção da Carolina Maria de Jesus. Aqui focaremos nos dados coletados dos livros *Quarto de despejo:*

*diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*. A Centralidade dessas produções se justifica por mobilizarem os aspectos de formação coletiva dos espaços sociais na favela do Canindé e na cidade de Sacramento.

Ambas as produções impulsionam refletir e compreender o processo de autodeterminação dos sujeitos coletivos nestes territórios. Com a finalidade de facilitar a construção argumentativa, discorremos para o processo de autodeterminação como práticas cotidianas, a partir da chave: religiosidade, festividade e esporte. Elegi essas como chaves para aprofundar nos distintos momentos de construção de espaços sociais e autodeterminação presentes na expressão das cidades negras no Canindé e em Sacramento. Assim, correspondem aos resultados da análise literária.

A religiosidade, especialmente em Sacramento, emerge como espaços de reinvenção de cultura. As práticas cotidianas das pessoas negras atuam em recriar uma prática religiosa, a qual não partem do purismo católico. O catolicismo apresenta-se como a religião oficial da cidade, porém, articula-se a partir do cotidiano das pessoas negras a criação dos ritos religiosos. As procissões marcam este processo de recriação de identidade e autodeterminação, a partir das práticas cotidianas.

As procissões, organizadas pelos integrantes da cidade negra em Sacramento, destacam-se pelo cruzamento da cidade e construção de espaços sociais. Em que as ruas assumem a funcionalidade de sociabilidade. Os integrantes das cidades negras durante as celebrações de São Benedito percorrem as ruas e as vielas da cidade (JESUS, 2014), e assim, constroem as suas próprias identidades. A autodeterminação aqui, expressa desta forma de conduzir a procissão, a qual segue pelas ruas movidas por tambores e danças, até a criação de novas formas de ocupar as ruas. As ruas durante as procissões não possuem o caráter de paisagem, mas, especialmente, de sociabilidade.

A autodeterminação cria e reinventa espaços sociais. O processo como as próprias procissões não ocorre distanciadas de conflitos. Neste aspecto emergem na construção das cidades negras a dimensão da negociação. Negociadas construídas no espaço interno e externos das cidades negras.

Os movimentos entorno da religiosidade e as festividades demonstram-se central na construção e no processo de autodeterminação dos integrantes da cidade negra. A criação do espaço religioso mistura-se por vezes com as festas. Em Sacramento, esta interconexão é mais latente nas festas de junho, as quais são marcadas pela interação do sagrado com o profano.

As festas juninas, em Sacramento, celebravam o “santo Antonio, são João Batista e são Pedro” (JESUS, 2014, p. 27) e, simultaneamente, ocorriam os bailes. Mobilizavam diferentes

grupos das cidades negras para construir a fogueira, alimentos e outros elementos da festa. Como nas celebrações de São Benedito, prevalece a reconstrução de tradições religiosas próprias nas cidades negras.

As práticas cotidianas dos integrantes das cidades negras em Sacramento marcam a construção e reinvenção de identidades e espaços sociais, as quais marcam autodeterminação desses sujeitos coletivos. Utilizo o termo construção e reinvenção em referência a produção de Juliana Farias et al. (2006). As autoras e autores recorrem as palavras reinvenção e criação para exemplificar o processo dos povos em diáspora de construir as suas identidades e culturas pautadas tanto no continente africano como na experiência do cativo. Marcando o fluxo característico do atlântico negro.

Caracterizando um espaço de autonomia desses sujeitos coletivos imerso em uma sociedade marcada pelo terror racial. As distrações, especialmente, a religião é um espaço de maior evidência de reconstrução. Justamente, pela interconexão de mais uma tradição cultural. O sincretismo religioso evidencia as interconexões articuladas pelos integrantes da cidade negra, as quais resultam na reinvenção de uma nova expressão cultural.

O sincretismo religioso em Sacramento materializado na figura da Maria Treme-Treme, o qual incorpora nas suas práticas tanto as figuras dos santos católicos como do espiritismo. Representava, na narrativa do *Diário de Bitita*, uma autoridade religiosa na dinâmica da cidade negra, sendo assim, reconhecida pela habilidade de comunicar diretamente com os santos.

As práticas da cidade negra elegem as suas próprias autoridades religiosas. O avô de Bitita representava a invenção de autoridades nas dinâmicas das cidades negra, destacando-se pela sua habilidade de rezar. “Quem sabia rezar era tratado como deferência especial. Ele recebia convite para ir rezar nos locais distantes” (JESUS, 2014, p. 59).

As interpretações e reinvenções das práticas religiosas na cidade negra em Sacramento estão atreladas a construção de espaços e ritos próprios voltados para atender as demandas e as necessidades. A relevância da reza está conectada com o rito de pedir chuva durante o período de seca, bem como emerge neste contexto a construção das romarias organizadas pelas mulheres.

O processo de construção e expressão de religiosidade no Canindé possui interconexão com as instituições seja com a Igreja Católica seja evangélica. Mesmo em um cenário de maior estreitamento com as instituições, a autodeterminação expressa pela reinvenção de ritos religiosos, os quais mantêm a característica de integrar o sagrado com o profano.

Os integrantes das cidades negras apropriam-se dos ritos religiosos oficiais como procissão e batizado, construindo a partir deles, espaços de distrações próprias. As procissões

iniciavam-se como articulação da instituição oficial, por meio da disponibilização da Santa para circular nas casas, ruas e vielas do Canindé. Porém, este momento era encerrado com danças e tambores, marcando o processo de reinvenção dos moradores. Constituindo um espaço de autodeterminação dos sujeitos coletivos através da recriação da cultura.

O batizado constitui o mesmo espaço de reinvenção cultural através da apropriação dos elementos e ritos religiosos institucionalizados. “Dizem que vai ter baile por causa do batizado da menina da Leila. Estão cantando e bebendo” (JESUS, 2007, p. 120). Mesmo em espaços com maior conexão das instituições religiosas, os moradores articulavam redes de sociabilidade próprias. Apropriando-se dos espaços e exercitando a autonomia.

Como as próprias articulações entorno da religiosidade evidencia, as festividades são os pontos centrais de sociabilidade dentro das cidades negras. Os espaços sociais são reconstruídos pelas práticas cotidianas. Os bailes são característicos nos espaços de festividades tanto em Sacramento como no Canindé. Organizados pelos próprios integrantes das cidades negras, constrói espaço social de distração.

Os bailes geram agitação nos sábados entre as pessoas negras em Sacramento. Era o dia dos trabalhadores rurais e urbanos se encontram para fortalecer os vínculos de sociabilidade. “Nos dias da semana, os trabalhadores desapareciam. Voltavam aos sábados para a cidade” (JESUS, 2014, p. 45). Caracteriza as festividades recorrentes nas cidades negras, onde além de fortalecimento de vínculos também era possível criar e recriar elementos culturais.

Os bailes como as festividades religiosas já analisadas eram caracterizados pelo batuque, pinga e dança (JESUS, 2014). Constituem espaços em que partilham experiências e visão de mundo. A construção dos espaços de festividades religiosas ou não constituem com bases nos conflitos. Em Sacramento, atuação dos agentes policiais demarcam a hiper vigilância na cidade negra.

A prática de festividade no Canindé era marcada pela cachaça, batuque e dança. Como em Sacramento, ocorriam aos sábados. Os moradores articulavam-se para realizar estes espaços de divertimentos com batucadas improvisadas nas panelas (JESUS, 2007) era possível experienciar um espaço de lazer comunitário. A construção de espaço de distração era atravessada pelos conflitos entre os próprios moradores.

Atentar-se para os conflitos presentes no cotidiano das cidades negras é fundamental para compreender a interconexão com as instituições, bem como evitar a construir o imaginário de unidade entre os moradores. Quando escolho pontuar a presença de conflitos na rede de sociabilidade, busco evidenciar a construção de identidades e elementos culturais, as quais são estruturadas apenas em espaços e momentos de harmonia.

Os bailes dos nortistas exemplificam a construção de identidades no conflito. Há no Canindé a presença de migrantes nordestinos que são nomeados, por De Jesus (2007, 2021), como nortistas. As festividades organizadas pelos moradores no Canindé marcam as diferentes identidades articuladas nos espaços da cidade negra. As festas dos nortistas caracterizadas pela presença da vitrola por causa dos estilos musical não atraíam muito os paulistas (JESUS, 2007).

Constituindo identidades múltiplas dentro da dinâmica e práticas cotidianas da cidade negra no Canindé. A construção e reconstrução de identidades e culturas, é possível dentro de um espaço de autonomia. Resgatando o conceito de autônomo de Chauí (2000) como a capacidade dos sujeitos de determinar para si mesmo regras e lei. Nos espaços de distrações, os integrantes das cidades negras constroem para si mesmo regras de uso de espaços e recriam elementos culturais próprios. Autodeterminando-se a partir das práticas cotidianas.

O esporte constitui como já mencionado outra dimensão de sociabilidade dentro da cidade negra. Aparece apenas no livro *Quarto de despejo*. Os moradores do Canindé organizam o time de futebol Rubro Negro. A equipe além de disputar partidas em outras favelas de São Paulo também organiza competições de corridas entre os moradores de Canindé. Construindo outra dimensão de sociabilidade nas cidades negras.

A organização comunitária entorno da religião, festividade e esporte constituem espaços de autodeterminação dos integrantes das cidades negras. Criam espaços sociais próprios, nos quais é possível vivenciar e partilhar elementos culturais. A cultura constituída através das práticas cotidianas. Onde é possível dimensionar a construção da cidadania como prática dos integrantes das cidades negras.

A construção de cidadania tenciona-se no processo de autodeterminação dentro das articulações da cidade negra, as quais são construídas a partir das práticas cotidianas. As distrações revelam-se espaços chaves para a construção da cidadania pautada na autorrepresentação e pertencimento (MELLO; VOGEL, 1983). Autodeterminação constituída como base na reinvenção de identidades e elementos culturais.

#### 4.1.2. Cidadania (em) construção na escrivência

Mergulhando pela produção literária da Carolina Maria de Jesus, não posso ignorar e a potência da escrita como outro espaço de privilegio para repensar e reinventar espaços e identidades. A escrita como força motor do viver da Carolina impulsiona pensar a cidadania construída. Os livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de alvenaria: Osasco e Casa de Alvenaria: Santana* evidencia a relevância do ato da escrita no cotidiano da escritora.

No capítulo anterior, apresento uma breve correlação entre escrevivência e a produção literária da Carolina Maria de Jesus e cidade negra. Dois campos que se aproximam pela reinvenção e modificação impulsionada na construção de novos espaços, identidades e cultura. O conceito de escrevivência, de Conceição de Evaristo (2005; 2020), me guiou na compreensão da escrita como cidadania.

Enxerguei, inicialmente, ausência de ação coletiva que se correlaciona para a construção da cidadania, a partir da escrita. Foi por um período um obstáculo para aproximar a escrita do espaço de cidadania autoconstruída, visto que (r)elaborei este conceito atrelado a dimensão de direito autoconstruído, o qual tem como elemento fundante o sujeito coletivo. Como então seria possível pensar a escrita, especialmente, a escrita de si mesmo como um caminho da cidadania autoconstruída, a qual se estabelece dentro de um grupo social.

Simultaneamente, ao medo de ficar um conceito descontextualizando, a escrita da Carolina e os dados da análise literária evidenciavam a importância da escrita para a (re)construção da identidade. Enquanto buscava conciliar estes dois sentimentos, me deparo com o conceito de escrevivência (EVARISTO, 2005; 2020), o qual se apresenta como o ponto de interconexão entre a escrita de si e a coletividade.

A partir da dimensão da escrevivência, irei discorrer sobre os caminhos e as possibilidades de construir cidadania. Logo, irei apresentar os pontos da escrita-viver como espaço de autodeterminação e reafirmação da identidade das mulheres negras, bem como compreender a interconexão com a coletividade.

A escrita, para Evaristo (2005), era um modo de acessar o mundo e de conciliar as angústias. Na escrita, ia reinventando espaços e alcançando direitos interditados. O ato de escrita é o espaço de privilegio para as mulheres negras reconstruírem as suas identidades, as quais seja na literatura seja na história oficial são invisibilizadas e representadas como objeto (EVARISTO, 2005). Pela escrita, as mulheres negras assumem o papel de enunciação, assim, vão se auto representando.

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas *descrito*, mas antes de tudo *vivido* (EVARISTO, 2005, p. 06)

A escrevivência caracterizada pela escrita de si, a qual é atravessada e enunciada a partir da vivência. Caracteriza-se como o modo de escrita das mulheres negras, sendo tencionada a experiência de dupla subordinação pelo gênero e pela raça (EVARISTO, 2005). Abrigando em

sua escrita a luta racial e de gênero, logo, “toma-se o *lugar da escrita*, como direito, assim como se toma o *lugar da vida*” (EVARISTO, 2005, p. 07).

As escritoras negras, como Carolina Maria de Jesus, confrontam as histórias ocultas sobre as pessoas negras (EVARISTO, 2005). (Re)constituem a memória coletiva dos povos em diáspora e reinventam novos símbolos e signos de identidades negras, as quais confrontam os estereótipos.

Essas escritoras buscam na história mal-contada pelas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e de dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais elementos para comporem as suas escritas. Debruçam-se sobre as tradições afro-brasileiras, lembram e bem lembram as histórias de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem às suas dores e alegrias íntimas (EVARISTO, 2005, p. 7).

A escrita feminina e negra constituída por meio do diálogo com o passado. Com as tradições culturais, com as referências de resistências e sobrevivências ensinadas pelas antecessoras (EVARISTO, 2005). Conectadas com outras mulheres negras forjam um “eu-coletivo”.

Amanda Ferreira (2013) identifica, na sua dissertação de mestrado, a produção literária negra e feminina como espaço de construção de uma memória coletiva. Relacionando em alguns momentos a escrita de si mesmo com o “eu-coletivo”. As escritas das mulheres negras é um lugar de privilegio para a construção da memória coletiva das pessoas negras (FERREIRA, 2013; EVARISTO, 2005).

As memórias constituídas e resgatadas pela escrita. As escritoras negras “compreendem o presente e modificam o futuro, escrevendo as histórias contadas pelos seus, a fim de que não se perca aquilo que a mente pode esquecer, a voz pode não transmitir e história pode não registrar” (FERREIRA, 2013). Constituindo uma identidade coletiva, a partir do regaste e do registro das histórias das pessoas negras apagadas.

A escrevivência corresponde uma escrita de si mesmo articulada e influenciada pela experiência coletiva das pessoas. Colabora para a formação de uma identidade compartilhada, enquanto, simultaneamente, reivindica e (re)constrói como sujeito vivo.

O avô de Carolina, Benedito José da Silva, é a figura que articula o conhecimento do passado e a construção de um futuro possível. Construindo uma memória coletiva acerca do cativo e do processo abolicionista. Em seu diário, Carolina registra as histórias contadas pelo seu avô e constrói a figura de herói negro.

No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor de vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava dos Palmares, o famoso quilombo em que os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos (JESUS, 2014, p. 60-61).

Benedito articulava, nas histórias e as experiências, a esperança. Criava e vislumbrava um futuro coletivo. “O vovô nos contava que os pretos que moravam nas cidades grandes já sabiam ler e tinham até dinheiro nos bancos. Ele não sabia ler, mas procurava saber se os negros já estavam subindo na esfera social” (JESUS, 2014, p. 83). A própria figura de Benedito correspondia a (re)construção de uma identidade positiva dos homens negros.

O avô de Bitita era conhecido como Sócrates Africano. Representava a (re)construção da identidade dos homens negros desatrelada da violência e do álcool. O Sócrates Africano representava a sabedoria do homem negro. (Re)constrói e sedimenta a identidade coletiva dos homens negros. Ao menos, apresenta uma identidade possível.

As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando:

- Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano.

[...]

Outros comentavam:

- Foi crime não educa-lo. Este homem seria o Homem! Poderiam criar um lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si (JESUS, 2014, p. 122)

A escrevivência emerge assim como o processo de autodeterminação compartilhada, onde as memórias e identidades das pessoas negras são revisitadas. Retorna ao passado e nega o determinismo entorno das impossibilidades e das identidades fixas. Na escrita da Carolina, a construção da identidade se estabelece no conflito.

Simultaneamente com a figura de homens negros ilustres, como o seu avô, retratadas a figura de homens negros ébrios e “malandros”. Devolve nestes conflitos a humanidade dos homens negros. Mesmo apresentando, em alguns momentos, a imagem de homens negros associado ao álcool, Carolina questiona os estereótipos entorno da bebida e pessoas negras.

Observava as consequências de todos os atos que praticamos. Quando os negros bebiam, eu pensava: “Por que é que só os pretos bebem?”. Mas os brancos bebiam dentro de suas casas. Se um branco cambaleava nas ruas diziam que era indisposição, mal-estar. Se um branco bebia nos bares era repreendido: - Você está imitando os negros? Arranjou um negro para ser seu professor? A única coisa que está ao alcance do negro para ele nos ensinar é beber pinga. Na pinga eles são catedráticos (JESUS, 2014, p. 55).

A figura do avô da Carolina também corrobora com a construção da “eu coletivo” pela ruptura com o imaginário de família negra na literatura e por representar um símbolo de ancestralidade (FERREIRA, 2013). O processo de ruptura de estereótipos e a materialização pela escrita das histórias transmitida pela oralidade constroem um caminho de construção de uma memória coletiva para além da experiência do cativo.

A escrita afro-feminina busca recuperar a ancestralidade, também negada aos negros na Literatura canônica, que sempre são apresentados como descendentes de escravizados, sem linhagem, sem família, como se escravidão oferecesse descendência a alguém (FERREIRA, 2013, p. 95)

Carolina rompe com os estereótipos da mãe preta tanto a partir da figura da sua mãe tanto da sua própria maternidade. A tradição literária constrói o imaginário da mãe preta dissociada dos seus filhos, sendo mulheres a dispor da família branca, remetendo até uma personagem estéril (EVARISTO, 2005). (Re)constrói na sua maternidade e na figura da sua mãe. Apesar dos conflitos na relação com a sua mãe, Bitita recorda-se como ela era a única a ter paciência com as suas inúmeras perguntas. Caracterizando o afeto presente.

Seguia a minha mãe por todos os recantos, chorando e pedindo:

- Eu quero virar homem! Eu quero virar homem. Eu quero virar homem.

Falava o dia todo.

As vizinhas ficavam impacientes e diziam:

- Dona Cota, espanca essa negrinha! Que menina cacete. Macaca.

Minha mãe tolerava e dizia:

- Quando você vir o arco-íris, você passa por baixo dele para você virar homem (JESUS, 2014, p. 16-17).

A maternidade da Carolina marcada pela paciência das aventuras dos filhos e da filha. Colabora com a construção de uma identidade coletiva. A ruptura com os estereótipos acerca da mãe preta corresponde a construção de “eu coletivo”, o qual se autodetermina pelo materna. Maternidade negada e não registrada na história oficial.

Através da escrita e da figura do seu avô, Carolina Maria de Jesus (2014; 2007; 2021) reivindica e (re)constrói a cidadania a partir do reconhecimento da capacidade das pessoas negras. Capacidade, especialmente, de produzir saberes. “Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade” (JESUS, 2014, p. 47).

A reivindicação como escritora perpassa pela aproximação com os clássicos. Na sua escrita seja nos poemas seja no diário, move-se para estar em contato com os cânones literários. Carolina é confrontada e questionada pelos críticos pela forma da escrita. “Alguns críticos dizem que sou pernóstica quando escrevo” (JESUS, 2021, p. 69).

Percebemos na escrita de Carolina, que ela não foi picada pelo “bichinho modernista”, pois percebemos, em seus poemas, claramente o apego a outras **estruturas poéticas como as rimas, a musicalidade, a melancolia, o saudosismo**, além da influência dos poetas aos quais ela teve acesso, como Casimiro de Abreu, por exemplo (FERREIRA, 2013, p. 92) (grifo meu)

O movimento da linguagem da Carolina não restringiu aproximar dos clássicos literários, mas, sobretudo reconstituiu na sua escrita o “pretuguês”. Incorpora o modo de escrever, como observa Fernanda Felisberto da Silva (2011a), da negridão. A escrita da Carolina Maria de Jesus é marcada pela oralidade. Dialoga com a forma de expressar e o uso

do português pelas pessoas negras. Reconstrói na sua escrita outra camada da autodeterminação, a qual é atravessada pelo manejo da língua ditada oficial.

Ela arquitetou o seu estilo a partir de um material linguístico variado, buscando os registros oferecidos pelos compêndios gramaticais da língua portuguesa, lendo os poetas parsaianos, deixando-se seduzir por expressões raras e algumas até arcaicas, como “abluir”, “nívea”, “promanar”, “incidente” e outras. Seu estilo era capturado pelo sotaque mineiro e por termos muitos usados nas Gerais – “minino”, “retira”, “sugestã”, “canseira”, “escolado” -, denunciava trazer em si o “pretuguês”, trocando o “l” pelo “r” (“impricante”) - marca de línguas africanas aportadas no Brasil nas quais o som da letra “l” não existe -, e ainda incluída a criação de neologismos (EVARISTO; JESUS, 2021, p. 14)

Enuncia neste processo de incorporação do “pretuguês” o “eu coletivo” (FERREIRA, 2013). Colaborando e constituindo uma identidade grupal através da escrita. Registrando os movimentos já presentes de autodeterminação das pessoas negras através da linguagem. Simultaneamente, mantém o movimento pelo “melhor dizer” (EVARISTO; JESUS, 2021), dialogando com os clássicos e aproximando da norma culta.

O movimento perceptível na sua escrita que compõem a estratégia de se constituir como escritora. Construir o seu espaço no universo literário, onde mulheres negras são invisibilizadas (FERREIRA, 2013; EVARISTO; JESUS, 2021).

Apropriando-se da língua portuguesa e ato da escrita como direito, Carolina Maria de Jesus se pronunciava, se apresentava como escritora, se reconhecia como poeta, percebendo, contudo, o campo minado em que a sua peleja estava sendo travada. Sabia que a literatura, para além da arte, é um campo de exclusão para determinados grupos sociais e étnicos (EVARISTO; JESUS, 2021, p. 17)

Carolina, no movimento da linguagem entre a norma oficial e pretuguês, constrói-se como escritora. A escrevivência constitui espaço privilegiado para reinventar a cultura e a identidades. Arelada com as rupturas dos estereótipos e resistir ao silêncio, a escrita corrobora com a cidadania autoconstruída.

A autodeterminação dos sujeitos coletivos, na escrevivência, faz-se na construção do “eu” coletivo na escrita afro feminina. Movimento dar-se vinculado com a escrita de si. A enunciação do “eu” coletivo relaciona-se com a construção de identidades para si e para os seus pares (SILVA, 2011a). Corroborando com a construção da identidade coletiva através da (re)significação da história (SILVA, 2011a).

Através da escrevivência, Carolina Maria de Jesus constrói um espaço de cidadania para si e para os seus pares. Com a força motora da autodeterminação, forja identidades e enuncia se como “sujeito-mulher-negra” (SILVA, 2011a, p. 23). Perpassando desde a negação dos estereótipos até a (re)construção da história oficial. Reescrita da história presente na escrita da Carolina, especialmente, no *Diário de Bitita*. A cidadania autoconstruída presente nos conflitos.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa mergulhou nos quatro diários da Carolina Maria de Jesus - *Diário de Bitita*, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, *Casa de alvenaria: Osasco* e *Casa de alvenaria: Santana* – com a finalidade de compreender a agência negra na construção de cidadania. Compreendendo a escrita feminina negra como lugar privilegiado para entender a relação das pessoas negras com o direito – espaço caracterizado pelo discurso universalizante dos sujeitos.

A categoria analítica, cidade negra, constituiu uma primeira aproximação dos dados da análise literária com o direito. Utilizando o método analítico interpretativo (KARAM, 2017), a cidade negra correspondeu a etapa de contextualização das obras literárias. Centralizando em compreender as construções de espaços sociais, e conseqüentemente, reinvenção de identidades e elementos culturais na produção literária da Carolina Maria de Jesus.

A agência negra emerge, nas cidades negras, como a construção de espaços sociais onde é possível resistir e sobreviver ao cenário de terror racial. O terror racial característico de países, como o Brasil, que se constituíram enquanto estado-nação sem ruptura com as ideologias da colonialidade (QUIJANO, 2005). Marcando a atuação estatal voltada para a manutenção do contato constante das pessoas negras com estado de precariedade (FLAUZINA, 2006).

Como exemplificam Ana Flauzina (2006) e Dora Bertulio (1989), a relação do direito com as pessoas negras demarcam-se pela exclusão e negação. Mantendo o estado de cidadania fictícia inaugurada no processo abolicionista (NASCIMENTO, 1978). A cidade negra emerge de um espaço privilegiado para compreender a criação de direitos, conseqüentemente, de cidadania pelas pessoas negras. Descentralizando do fazer direito da experiência institucional.

As cidades negras correspondem uma categoria da historiografia crítica. Incorporado pelo Sidney Chalhoub (1996; 1990), como a ação consciente ou não das pessoas negras em transformar práticas cotidianas em ferramentas de enfraquecimento da escravização. Apresenta como característica da cidade negra: sociabilidade, solidariedade e esconderijo.

As cidades negras expressam-se como esconderijo, especialmente, no período final da escravização. Constituindo espaços de liberdade, e simultaneamente, alimentando novos signos de precariedade, visto que alimenta o poder institucional para perseguir as pessoas negras. Destacando-se a suspeição generalizada como uma tentativa de controle dos corpos negros nas cidades.

Os resultados da revisão integrativa revelaram outras características das cidades negras: a reinvenção de identidades e elementos culturais. Aproximando a construção dos espaços sociais com a autodeterminação das pessoas negras em diásporas. Apresentando como elemento central para aprofundar nas dinâmicas das cidades negras, a compreensão do atlântico negro.

As identidades e cultura forjadas nas cidades negras relaciona-se com o fluxo de trocas do atlântico. O atlântico negro como fluxo de trocas de vivências e experiências partilhadas entre a América, Europa e África. Onde as pessoas negras em diásporas reinventam e reinterpretam identidades e elementos culturais partilhados.

Olhando para os dados da análise literária, mergulhei em cada produção literária, visando identificar os espaços sociais constituídos e as identidades forjadas. Identificando as expressões das cidades negras nos diários da Carolina Maria de Jesus, a partir das chaves de sociabilidade e solidariedade. A sociabilidade corresponde as articulações das pessoas negras em construir espaços de compartilhamento e onde reinventam e criam tradições culturais. Os bailes e a festa de São Benedito exemplificam em Sacramento a reinvenção de elementos culturais e identidades, a partir da sociabilidade.

As solidariedades correspondem as ajudas mútuas como estratégia de sobrevivência em um estado de direito interdito. Exemplifica-se, no período final da escravização, com as fugas, as quais mobilizaram diferentes sujeitos das cidades negras e fora dela. No *Quarto de despejo*, as solidariedades buscam driblar a fome. Articula-se entorno do compartilhamento do acesso ao alimento.

As expressões das cidades negras sejam de sociabilidade sejam de solidariedade constituem espaços de criação de direitos negados. Constituição de direitos estabelecidas através do conflito seja com as instituições estatais seja com os próprios integrantes das cidades negras. Carolina Maria de Jesus (2007; 2014) destaca os conflitos presentes na construção dos espaços sociais das cidades negras, os quais atravessam a própria reinvenção e criação de identidades e cultura.

Identificando a construção e interpretação de identidades nos movimentos das cidades negras, presentes na produção literária da Carolina, busquei compreender como este processo relacionava-se com a cidadania. Aqui buscava dialogar com uma experiência de cidadania fora da dimensão jurídica, visto que a impossibilidade do exercício pleno dela em virtude do terror racial vivenciado pelas pessoas negras no Brasil.

Destacando o caminho para a constituir a cidadania, a partir das práticas cotidianas presentes nos espaços sociais das cidades negras. Resultando na aproximação com o conceito de direito autoconstruído, desenvolvido por Adriana Lima (2019). A pesquisadora observa a

criação e reinvenção de direito nas práticas cotidianas dos moradores de Saramandaia, bairro periférico de Salvador. Observa autodeterminação do sujeito coletivo em constituir através dos cotidianos direitos próprios, os quais visam atender as necessidades e demandas coletivas e individuais tensionadas em Saramandaia.

Adriana Lima (2019) dialoga com o conceito de autonomia (CHAUÍ, 2000) para constituir o conceito de direito autoconstruído. Compreendendo autonomia como autodeterminação dos moradores de Saramandaia em constituir regras e procedimentos para medir as suas relações e atender as necessidades. A pesquisa de Adriana Lima (2019) foi o ponto de partida para o reconhecimento dos processos de cotidianos na produção literária da Carolina que constituem espaços de autodeterminação.

Centralizamos a autodeterminação nos processos de reinvenção e criação de identidades expressas nos espaços de sociabilidade. A análise dos livros *Casa de alvenaria: Osasco* e *Casa de alvenaria: Santana* evidenciaram a escrita da Carolina como um espaço de privilegiado para reinvenção de identidades.

Assim, utilizei o conceito de escrevivência para exemplificar como o ato de escrita se relaciona com a construção de identidades coletivas. Corrobora com a construção da cidadania, visto que a escrita feminina negra também se enuncia o “eu” coletivo (FERREIRA, 2013).

A compreensão da cidadania autoconstruída, na produção literária da Carolina Maria de Jesus, partem das práticas cotidianas das pessoas negras em construir e reinterpretar identidades. Centraliza nas ações coletivas, consciente ou não, de construir espaços próprios de sociabilidade.

## REFERÊNCIA

AQUINO, R.; JUNIOR, H. C. Cidades Negras – Petrópolis Imperial. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 81–96, 2014.

ARAÚJO, J. M. O. **Bahia: negra, mas limpinha**. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Bahia, Salvador, 2006.

ARGOLO, P.; PIZA DUARTE, E.; QUEIROZ, M. V. L. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. **Universitas Jus**, v. 27, n. 2, 15 dez. 2016.

BARREM., V. O conceito moderno de cidadania. **Revista Direito Administrativo**, p. 29–37, 1993.

BERTULIO, D. L. de L. **Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao Racismo**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

CESÁRIE, A. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte Nandyala, 2010.

CHALHOUB, S. Medo branco de almas negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, 1988.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 01

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CUNHA, E. L. Cenas e cenários da cidade negra. **Revista Semear**, v. 3, p. 1–20, 1999.

EVARISTO, C. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. Em: MOREIRA, N. M. DE B.; SCHNEIDER, L. (orgs.). **Mulheres no Mundo: Etnia, Marginalidade e Diáspora**. João Pessoa: UFPB, Ideia/Editora Universitária, 2005. p. 1–15.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. Em: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. v. 1. p. 26–47.

EVARISTO, C.; JESUS, V. E. DE. Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. Em: JESUS, C. M. de (org.). **Casa de alvenaria - volume 1: Osasco**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 9–23.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FARIAS, J. B. et al. **Cidades Negras: Africanos, Crioulos e Espaços Urbanos no Brasil Escravista do Século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2006.

FERREIRA, A. C. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães**. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FINN, J. Propaganda, grafite e as representações de uma cidade negra. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 11, n. 2, p. 75–101, 2010.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. 145 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLAUZINA, A.; PIRES, T. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 74–92, 2020.

GARCIA, A. DOS S. Contradições na cidade negra: relações de gênero, raça, classe, desigualdades e territorialidade. **Saberes em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 33–51, 2012.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, L. C. **Uma cidade negra: Escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. 262 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

JESUS, C. M. **Casa de alvenaria volume 1: Osasco**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a. v. 1

JESUS, C. M. DE. **Casa de alvenaria, volume 2: Santana**. 1. ed. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

KARAM, H. Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto *Suje-se gordo!*, de Machado de Assis. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 827–865, 2017.

LIMA, A. N. V. **Do Direito Autoconstruído ao direito à cidade porosidades, conflitos e insurgência em Saramandaia**. EDUFBA ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

MELLO, M. A. DA S.; VOGEL, A. Lições da Rua (ou Quando a Rua vira Casa). **Arquitetura Revista**, v. 1, n. 1, p. 1–15, 1983.

MITTICA, M. P. O que acontece além do oceano? Direito e literatura na Europa. **ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 1, n. 1, p. 3, 2015.

MOISES, M. **A análise literária**. São Paulo: Editora Cultrix. 2007.

MONTEIRO, L. N. A origem mítica das festas de Congada e as memórias da escravidão no tempo presente em Minas Gerais. **Revista OQ**, v. 3, n. 3, p. 1–19, 2016.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo ( \* ). **Afro-Ásia** , v. 14, p. 125–137, 1983.

MOURA, C. **De bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara , 2021.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A. do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 209–224, 2004.

NOVAES, B. P. DE. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, A. D. S. **Cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis**. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

OST, F. El reflejo del Derecho en la literatura. **Doxa. Cuadernos de Filosofía del Derecho**, v. 29, n. 29, p. 333, 2006.

PATERNIANI, S. Z. **São Paulo cidade negra : branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. 342 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: QUIJANO, A. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117–142.

SILVA, F. F. DA. **Escrevivências na diáspora: escritoras negras, produção editorial e suas escolhas afetivas, uma leitura de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maya Angelou e Zora**. 153 f. Tese (Doutorado em Letra) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011a.

SILVA, F. L. DA. **Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1871-1888)**. 191 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, M. A. M. DA. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011b.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

SUÁREZ LLANOS, L. Literatura del derecho: entre la ciencia jurídica y la crítica literaria. **ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 3, n. 2, p. 349–386, 2018.

WENCESLAU, E. V. S. Cidade Negra: as remoções no município do Rio de Janeiro e a luta pelo Direito à Cidade. **Revista Convergência Crítica**, n. 11, p. 119–140, 2017.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: update methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, p. 546–533, 2005.